

CAISAN

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**Balço das Ações do Plano Nacional
de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN 2012/2015**

Brasília, janeiro de 2014

The logo features the word "CAISAN" in a bold, grey, sans-serif font. Below the text is a horizontal line that curves downwards on the right side. The background is white with several large, curved, grey shapes that sweep across the page, creating a sense of movement and flow.

CAISAN

**Balanco das Ações do Plano Nacional
de Segurança Alimentar e Nutricional**

PLANSAN 2012/2015

Brasília, janeiro de 2014

© 2013 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
Balanço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar
e Nutricional – PLANSAN 2012-2015
Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2013.
120 pp.; 28 cm
ISBN: 978-85-60700-65-3

1. Política social; 2. Segurança Alimentar e Nutricional; 3. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome; 4. Balanço das ações; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CDU 304(81)

**Balanço das Ações do Plano Nacional de
Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN 2012/2015**

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN

Tereza Campello – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Presidenta

PLENO MINISTERIAL DA CAISAN

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Tereza Campello
Casa Civil da Presidência da República - Gleisi Hoffmann
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Antônio Andrade
Ministério das Cidades - Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Pepe Vargas
Ministério da Educação - Aloizio Mercadante
Ministério da Fazenda - Guido Mantega
Ministério do Meio Ambiente - Izabella Teixeira
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Miriam Belchior
Ministério da Saúde - Alexandre Padilha
Ministério do Trabalho e Emprego - Manoel Dias
Ministério da Integração Nacional - Francisco José Coelho Teixeira
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Marco Antonio Raupp
Ministério da Pesca e Aquicultura - Marcelo Bezerra Crivella
Ministério das Relações Exteriores - Luiz Alberto Figueiredo Machado
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - Eleonora Menicucci
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Luiza Helena de Bairros
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Maria do Rosário Nunes
Secretaria Geral da Presidência da República - Gilberto Carvalho

PLENO EXECUTIVO DA CAISAN

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Arnaldo Anacleto de Campos
Casa Civil da Presidência da República – Magali Marques
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Silvio Isopo Porto
Ministério das Cidades – Carlos Antônio Vieira Fernandes
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Onaur Ruano
Ministério da Educação - Albaneide Maria Lima Peixinho
Ministério da Fazenda - Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ministério do Meio Ambiente – Paulo Guilherme Francisco Cabral
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Esther Bemerguy de Albuquerque
Ministério da Saúde - Patrícia Jaime
Ministério do Trabalho e Emprego – Flávio Pércio Zacher
Ministério da Integração Nacional – Marcelo Giovani
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Osório Coelho
Ministério da Pesca e Aquicultura – Luiz Alberto de Mendonça Sabanay
Ministério das Relações Exteriores - Milton Rondó Filho

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Silvany Euclênio da Silva

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – Raimunda Celestina de Mascena

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Maria Marinete Merss

Secretaria Geral da Presidência da República - Selvino Heck

Secretário-Executivo da CAISAN

Arnoldo de Campos

Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares – DEISP/SESAN

Michele Lessa de Oliveira - Diretora

Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional – CGMAS

Carmem Priscila Bocchi

Juliane Helriguel de Melo Perini

Ada dos Santos Bento

Daniel Gonçalves Borges

Pedro Flach Romani

Rafaela de Sá Gonçalves

COMITÊ TÉCNICO DE MONITORAMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Carmem Priscila Bocchi

Dionara Borges Andreani Barbosa

Juliane Helriguel de Melo Perini

Rafaela de Sá Gonçalves

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Ana Segall

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – CONAB

Gustavo Viegas

Kelma Christina Melo dos Santos Cruz

Ministério da Educação – FNDE

Cybelle de Aquino Torres Alves

Lorena Chaves

Ministério da Pesca e Aquicultura

Douglas Pereira

Ministério das Relações Exteriores

Bianca Lucianne Fadel

Marcos Aurélio Lopes

Ministério da Saúde

Eduardo Augusto F. Nilson

Tatiane Nunes Pereira

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Cibele Cristina Bueno de Oliveira

Pedro Bavaresco

Ministério do Meio Ambiente

Jânio Oliveira Coutinho

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Kalid Nogueira Choudhury

Ministério do Trabalho e Emprego

Thaís Tozzato Gimenes

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Renato Flit

COLABORADORES**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Alécio Carmo Silva

Caio Nakashima

Caio Pompéia

Camila Batista M. Carneiro

Carlos Cleber

Cátia Silva

Celiana Nogueira Cabral dos Santos

Cintia Castro de Paula

Claudia Tereza Signori Franco

Daniella de Vicente Prado

Daniella Rocha

Danielle Chalub Martins

Dionete Sabate

Estella R. Borges de Brito

Igor da Costa Arsky

Janine Giuberti Coutinho

Kathleen Sousa Oliveira

Luisete Moraes Bandeira

Marcel Petrocino Esteves
Maria do Socorro Soares de Oliveira
Mariana Wiecko Volkmer Castilho
Mônica Schroder
Milton Marques do Nascimento
Nildo Wilson Luzio
Patrícia Chaves Gentil
Pollyanna Rodrigues Costa
Telma Regina S. Castello Branco
Yara Farias

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Marina Godoi de Lima
Marília Leão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Andreza de Oliveira Lima
Áthina Barbara M. Souza
Candice Mello Romero Santos
Carla Viana
Cilene Guedes
Diracy Betania Cavalcante Lemos Lacerda
Ederlon Ribeiro de Oliveira
Edson Guiducci
Fabricio Santana Santos
Felipe Barros de Sousa
Hideraldo Jose Coelho
Ianelli Sobral Loureiro
Jorge Ricardo
José Antonio da Costa
José Luis Ravagnani Vargas
Jussara Flores Soares
Luiz Campos
Marcos Vinicios Segurado Coelho
Rafael Borges Bueno
Roberto Lorena de Barros Santos
Rogerio Pereira Dias
Saulo Medeiros
Stelito Assis dos Reis Neto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Elaine Martins Pasquim

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Elaine Martins Pasquim

Ministério da Educação - FNDE

Cássia Amaral

Ministério da Justiça - FUNAI

Diana Regazzi Zuim

José Augusto Lopes Pereira

Patrícia Chagas Neves

Silvia Angelise Souza de Almeida

Thais Poncinato Bittencourt

Ministério da Pesca e Aquicultura

Eros Romão Pereira

Geraldo Magela Almeida Salvado

Mariana Mello

Marta Maria Marques Magalhães

Raimundo Carlos Moraes Farias

Renata Cristina Silveira

Rodrigo Roubach

Tito Regis de Alencastro Filho

Ministério da Saúde

Ana Paula Coelho Penna Teixeira

Bianca Moura

Bruna Arguelhes

Carlos Alexandre Oliveira Gomes

Cláudia Passos Guimarães Rabelo

Danielle Cavalcante

Elisabete Gonçalves Dutra

Erika Stefane de Oliveira Salustiano

Isabella Portella

Juliana de Senzi Zancul

Kelly Alves

Kelly Dias Botelho

Lucimar Corrêa Alves

Lucivânia Barbosa de Almeida

Marcos Pádua

Mariana Alencar

Ministério das Relações Exteriores

Paulo Guerra

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Aline Macedo Floriani

Daniele Fernandes Cunha

Edinei Leite

Ervanda Timm
Igor Teixeira
Ingrid Gruber Pereira Lima
João Augusto Scaramella Silva
José Henriques S. Pereira
Lineu Trindade Leal
Luana Oliveira
Raquel Gammardella Rizzi
Rui Arruda Falcão

Ministério do Meio Ambiente

Alexandre Saia
Cecil Barros
Cláudio Augusto Pereira
João Dangelis
José Delfino Lima
Leonardo Correia
Lídio Coradin
Luiz Gustavo Galvão
Mirian Oliveira
Natalia Garcia Faustino Ayres Lopes
Renata Apoloni
Sandra Afonso

Ministério do Trabalho e Emprego

Renato H. Yoshida
Rosiley Garcia Candido

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Lylia Galetti

Diagramação e Projeto Gráfico

Cynara Navarro Amorim
Hugo Pereira Rocha
Rafael Lampert Zart

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
NOTA METODOLÓGICA.....	20
INTRODUÇÃO.....	22
SISAN.....	26
DIRETRIZ 1 – Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável.....	30
DIRETRIZ 2 – Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos.....	42
DIRETRIZ 3 – Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa e Formação nas Áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.....	64
DIRETRIZ 4 – Promoção, Universalização e Coordenação das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais.....	72
DIRETRIZ 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde.....	84
DIRETRIZ 6 – Promoção do Acesso Universal à Água de Qualidade e em Quantidade Suficiente.....	94
DIRETRIZ 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do DHAA em âmbito internacional e em negociações internacionais.....	100
DIRETRIZ 8 – Monitoramento da Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.....	108
PRINCIPAIS DESAFIOS.....	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AB – Atenção Básica
ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABIA – Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação
ABRACEN - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AF – Agricultura Familiar
AGU – Advocacia Geral da União
AIS – Agente Indígena de Saúde
AISAN – Agente Indígena de Saneamento
ALADI – Associação Latino Americana de Integração
ANDI – Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA – Articulação para o Semiárido
ATEPA – Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BB – Banco do Brasil
BFN – Biodiversity for Food and Nutrition
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento
BSM – Plano Brasil Sem Miséria
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CASAI – Casa de Saúde Indígena
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CDDPH – Conselho de Defesa da Pessoa Humana
CEASA – Central de Abastecimento
CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Goiás
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CGFOME - Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome
CIPAR - Centro Integrado da Pesca Artesanal
CLSI – Conselho Local de Saúde Indígena
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSAN – CPLP - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSA – Comitê de Segurança Alimentar Mundial CSA - Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CT – Comitê Técnico
DataSAN – Portal de dados e indicadores em segurança alimentar e nutricional
DCNT – Doenças Crônicas não-Transmissíveis
DESC – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DT INCRA – Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena
EAAB - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil
EaD - Educação à Distância
EAN - Educação Alimentar e Nutricional
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBB – Fundação Banco do Brasil
FENEP - Federação Nacional de Escolas Particulares
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLONA – Florestas Nacionais Federais
FLV – Frutas, Legumes e Verduras
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPCONDISI – Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena
FUNAI – Fundação Nacional do índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEF – Global Environment Facility (Fundo para o Meio Ambiente Mundial)
GTI/FAO - Grupo de Trabalho Inter-Ministerial/Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAS – Índia, Brasil e África do Sul
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEADATA – Base de Dados do IPEA
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MI Social – Matriz de Informação Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NUPENS/USP - Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde/Universidade de São Paulo
OGMs – Organismos Geneticamente Modificados
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPAC/SPG - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica/Sistema Participativo de Garantia
OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde
OPSAN/UnB - Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição/Universidade de Brasília
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAA Data – Ferramenta informacional de dados de execução do Programa de Aquisição de Alimentos
PAA África – Purchase from Africans for Africa
PAAS - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF – Programa Bolsa Família
PBQ – Plano Brasil Quilombola
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPM-AF - Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar
PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA - Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMA – Programa Mundial de Alimentos
PMAQ/AB - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSF - Programa Nacional de Suplementação de Ferro
PPA - Plano Plurianual
PPCDAM - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROHORT - Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas
PSE - Programa Saúde na Escola
RAS - Rede de Atenção à Saúde
REBRAE – Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar
RECID - Rede de Educação Cidadã
REDENUTRI – Rede de Alimentação e Nutrição no SUS
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RESEX – Reserva Extrativista
RMADS – Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAS – Secretaria de Atenção à Saúde
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SASISUS – Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
SDH-PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERFAL - Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal
SESAL – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESEP - Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza
SISPLANSAN - Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SG-PR – Secretaria-Geral da Presidência da República
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SIGPC – Sistema de Gestão de Prestação de Contas
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISBI-POA - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde
TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável
UADAF - Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar
UBS - Unidade Básica de Saúde
UBP - Unidade de Beneficiamento de Pescado
UF – Unidade da Federação
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFG – Univesidade Federal de Goiás
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNASUL – União de Nações Sul Americanas
UnB – Universidade de Brasília
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP – Universidade de São Paulo
VAN - Vigilância Alimentar e Nutricional
VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

APRESENTAÇÃO



Na última década, o Brasil conquistou importantes avanços sociais, fundamentados em fatores diversos, destacando-se a política de valorização do salário mínimo, o aumento do crédito e do emprego formal e a reconstrução e ampliação de uma matriz de políticas sociais. Juntos, esses elementos permitiram iniciar uma profunda mudança na estrutura social brasileira. Incluem-se nessa matriz a consolidação da rede de proteção social; o reconhecimento e a garantia dos direitos sociais básicos nas políticas públicas, com a consequente expansão da oferta de serviços públicos; e o avanço na institucionalização da política de segurança alimentar e nutricional.

Não há dúvidas que o Estado brasileiro ampliou a sua capacidade de realizar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Os compromissos assumidos pelo Governo Federal, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, melhoraram os indicadores de segurança alimentar e nutricional. Reduziu-se a pobreza e a extrema pobreza, a desigualdade social, a desnutrição e a mortalidade infantil nos últimos dez anos, tanto na área urbana quanto na rural.

Por outro lado, ainda há desafios importantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) a serem superados, como a insegurança alimentar e nutricional de povos indígenas e comunidades tradicionais, o aumento do sobrepeso e obesidade, a melhoria da qualidade da alimentação da população brasileira, entre outros.

As conquistas obtidas devem-se às políticas públicas construídas com participação social e com marcos legais que permitem a sua continuidade. Este documento traz um conjunto de informações sobre a evolução dos indicadores e a execução de metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015), de forma transparente, a fim de permitir o diálogo com a sociedade civil para que novos avanços sejam conquistados.

Arnoldo de Campos
Secretário-Executivo da Câmara Interministerial
de Segurança Alimentar e Nutricional

NOTA METODOLÓGICA



Desde abril de 2012 vem se reunindo periodicamente, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), o Comitê Técnico nº 9 - CT de Monitoramento -, com a atribuição de definir instrumentos e metodologia para monitorar, avaliar e divulgar a implementação dos objetivos e metas pactuados no (PLANSAN 2012/2015).

O monitoramento do PLANSAN tem como objetivo acompanhar a execução das ações governamentais voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional e aferir o desempenho da atuação governamental nessa temática, possibilitando intervenções que visem o aprimoramento da gestão pública.

O primeiro balanço do PLANSAN 2012/2015, realizado em julho de 2012, coletou informações sobre a execução das metas por meio de formulários impressos encaminhados, via postal, aos respectivos órgãos responsáveis. Naquele momento foram coletadas informações de apenas algumas metas, selecionadas pelo CT.

Os resultados desse levantamento, referente ao primeiro semestre de 2012, foram apresentados durante a Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em agosto de 2012. Com base nessa primeira experiência, o CONSEA elaborou documento com uma série de sugestões para o aprimoramento de alguns aspectos do Plano, cruciais para sua melhor gestão e acompanhamento.

Nesse contexto, o CT de Monitoramento elaborou uma proposta de formulário eletrônico para a coleta das informações, incorporando, quando possível, as sugestões do CONSEA, como por exemplo a questão da anualização das metas do Plano. Em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), foi desenvolvido sistema informatizado de monitoramento (SISPLANSAN), de forma a facilitar o processo de coleta das informações, tornando-o mais ágil e organizado.

Importante ressaltar que, para aquelas metas do PLANSAN que têm correspondência com o Plano Plurianual 2012/2015 (cerca de 70%), as informações cadastradas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foram importadas para o SISPLANSAN, evitando a dissonância de dados e o retrabalho para os órgãos.

Durante os meses de agosto e setembro de 2013, os órgãos com metas no PLANSAN informaram, por meio do sistema, os dados de execução de janeiro de 2012 a junho de 2013.

Entre agosto e novembro de 2013 foram realizadas 9 oficinas intersetoriais de monitoramento, uma para cada Diretriz do Plano (à exceção da Diretriz 2, para a qual foram realizadas três oficinas), com a participação dos órgãos responsáveis pela execução das metas. Esses encontros tiveram como objetivo ajustar eventuais lacunas no preenchimento do Sistema, realizar um balanço da execução do PLANSAN e levantar elementos para sua revisão.

O presente relatório foi construído com base nas informações registradas no SISPLANSAN e nas oficinas de monitoramento. Como os dados coletados correspondem à execução das metas no período jan/2012 a jun/2013, alguns dados foram atualizados posteriormente por meio de consulta aos órgãos responsáveis. Para alguns programas foram coletados dados de execução de anos anteriores com a finalidade de mostrar a evolução dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional na última década.

INTRODUÇÃO



O balanço da execução das ações do PLANSAN 2012/2015 realizado após dois anos da sua elaboração visa, a partir das metas e compromissos nele registrados, apresentar à sociedade os avanços na consolidação e fortalecimento das ações que compõem a PNSAN e na construção do SISAN. Ao mesmo tempo, permite avaliar se a configuração desta Política, composta por diretrizes e metas específicas, está num percurso correto e quais desafios ainda precisam ser superados.

Neste balanço, a análise de cada diretriz apresenta tanto as ações realizadas quanto um conjunto de indicadores de contexto que se relacionam com os objetivos da diretriz.

Passados sete anos da promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) pode-se dizer que estamos em progressiva construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Observa-se um esforço conjunto da CAISAN e do CONSEA para garantir que o SISAN seja implantado e fortalecido nacionalmente. Desde 2006, quando criado, avanços legais e institucionais tem garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da PNSAN em âmbito federal, estadual e municipal. Esta construção se dá de forma paulatina, num trabalho contínuo de dedicação, articulação e priorização política dos setores envolvidos.

O êxito logrado pelo combate à fome nos últimos 10 anos, tendo como base uma política massiva de transferência de renda, mostrou como no Brasil a questão do não acesso aos alimentos pela população pobre e extremamente pobre esteve vinculado à ausência de renda. Na Diretriz 1 são apresentados os principais programas que compõem a estratégia de acesso aos alimentos dentro da PNSAN.

Um importante fator que contribuiu para o aumento do acesso a alimentos pela população e a redução da pobreza e extrema pobreza foi o fortalecimento do gasto público federal em políticas sociais nos últimos anos. Em 2012, alcança R\$ 744 bilhões, o que corresponde a 16,9% do Produto Interno Bruto. Esse valor representa um crescimento real de 128,2% com relação a 2000.

Evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União (R\$ de 2012 e % do PIB)

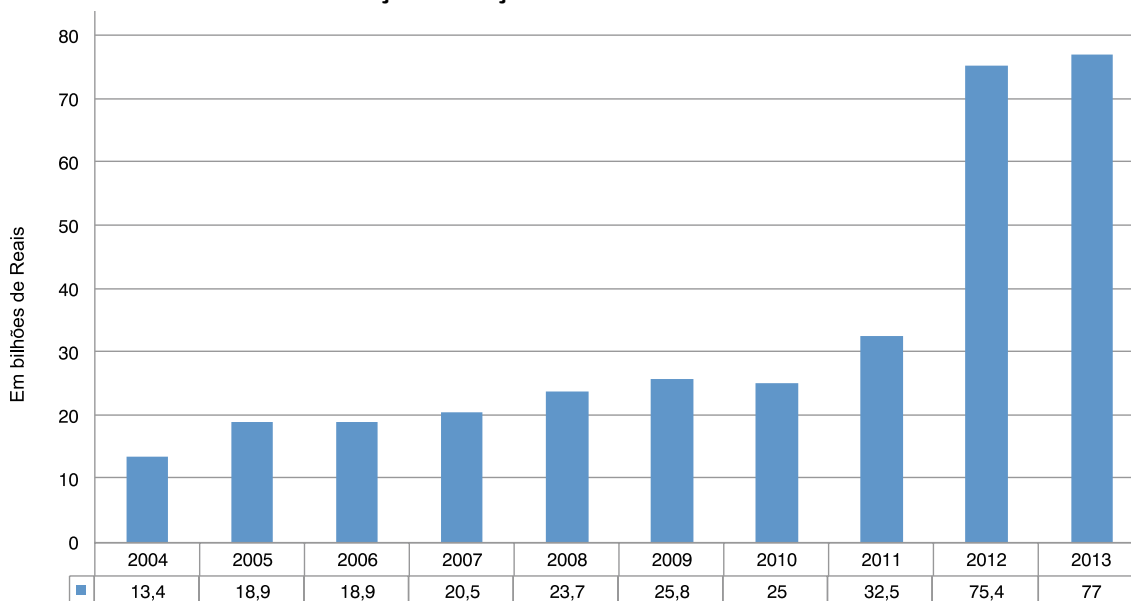


Fonte: SIOP/MP e Conta Nacional/IBGE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Dentre as políticas sociais, o Governo Federal ampliou o orçamento das políticas de SAN em mais de cinco vezes entre 2004 e 2013, o que reforça a prioridade dada a esta agenda.

Evolução do Orçamento de SAN: 2004-2013



Fonte: Secretaria-Executiva da Caisan/MDS

Nota: A partir de 2012 o orçamento corresponde às ações do Plano de SAN e nos anos anteriores o Benefício de Prestação Continuada – BPC não estava contemplado.

Nesta última década, a Agricultura Familiar (AF) foi fortalecida e ampliou seu papel no abastecimento alimentar interno e na manutenção do preço dos alimentos, mesmo em períodos de crises globais. As políticas públicas promoveram a inclusão produtiva e a geração de renda para as famílias que vivem no campo, e o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi ampliado significativamente, em especial nas regiões Norte e Nordeste.

Uma das principais conquistas da PNSAN no Brasil foi a criação e consolidação de uma política de aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprir os mercados institucionais. Tanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) quanto a compra dos 30% da AF para o abastecimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm demonstrado o quanto foi acertada a criação de uma política de comercialização para a AF no Brasil.

Nos anos 2011/2012, destaca-se a promulgação da Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, que desburocratizou o PAA e criou a modalidade “Compra Institucional”, que permite a qualquer órgão público adquirir alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

O Estado Brasileiro recuperou a capacidade da atuação pública na área de abastecimento com o

fortalecimento do papel da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a ampliação da rede armazenadora, a reestruturação e ampliação das Centrais de Abastecimento (CEASAs) e a criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT).

No que diz respeito à forma de produção dos alimentos no Brasil a partir de um novo paradigma centrado no uso racional dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade, destaca-se o processo de elaboração, com a participação da sociedade civil, do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar e articular políticas indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a oferta de alimentos saudáveis.

Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais o alimento consumido se distancia da alimentação natural pautada na cultura tradicional e preparada em casa pela própria família. Mais brasileiros(as) se alimentam fora de casa, desconhecem de onde vêm os alimentos que chegam à sua mesa e consomem produtos cada vez mais industrializados e conservados (como os congelados e prontos para consumir). As famílias mais pobres, que têm sua renda melhorada, acabam por reproduzir o padrão de consumo dominante e suas crianças passam a ser alvo da indústria alimentícia. O sobrepeso e a obesidade aumentam em todas as classes sociais. Nas Diretrizes 3 e 5 do PLANSAN 2012/2015 organizam-se as ações para a melhoria da qualidade da alimentação da população e o enfrentamento dos problemas nutricionais, das doenças associadas e de seus determinantes no País.

Uma diretriz estratégica do PLANSAN 2012/2015 é voltada para os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (Diretriz 4). Em relação aos indígenas, a assinatura do Decreto nº 7.744, de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), representa um avanço importante para o cumprimento dessa agenda. Na questão específica dos quilombolas, a certificação das suas comunidades consiste no primeiro passo para a garantia do direito a terra. Até dezembro de 2012, 2.040 comunidades foram certificadas e 207 comunidades tituladas, com área total de 995,1 mil hectares, alcançando 12.906 famílias.

Um dos principais programas iniciados em 2003 foi a construção de cisternas no Semiárido, por meio de parceria entre governo e sociedade civil, representada pela Articulação do Semiárido (ASA). O papel desempenhado por cerca de 808 mil cisternas implementadas na última década tem sido fundamental para minimizar os efeitos da forte seca que atinge a região atualmente e que vem afetando o abastecimento de água e os sistemas produtivos locais.

A partir de 2011, com o *Programa Água para Todos*, que integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), as ações de acesso à água, vivem um franco momento de expansão, com perspectivas para a universalização da água para consumo humano na área rural do Semiárido até 2014. Destaca-se, ainda, a expansão de sistemas alternativos de abastecimento de água para a produção, com a utilização de tecnologias sociais apropriadas para este fim.

Por fim, o documento apresenta os avanços e desafios da cooperação internacional brasileira e as ações voltadas para a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

**SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN**



Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da segurança alimentar e nutricional enquanto uma política pública de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da sociedade civil, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda – como a criação do SISAN; a recriação do CONSEA, ligado à Presidência da República por seu caráter estratégico; a instalação da CAISAN e a elaboração do PLANSAN 2012/2015.

O SISAN foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, intitulada LOSAN, com o objetivo de assegurar o DHAA. Desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da PNSAN em âmbito federal, estadual e municipal. Esta construção se dá de forma paulatina, num trabalho contínuo de dedicação, articulação e priorização política dos setores envolvidos.

O Sistema está cada vez mais forte. As suas instâncias interagem e funcionam plenamente na esfera federal (CAISAN, CONSEA e Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional). Atualmente, todas as Unidades da Federação possuem Conselhos Estaduais de SAN e realizam suas conferências. A maioria dos Conselhos já possui 10 anos de atuação, sendo formados por 1/3 de representantes de Governo e 2/3 de sociedade civil e presididos por essa última. Fizeram a adesão ao SISAN e possuem Câmaras Intersetoriais de SAN implantadas em 26 UFs. Dessas, várias já elaboraram seus Planos Estaduais de SAN.

A participação social é um elemento essencial à construção do SISAN. Tem papel relevante no que diz respeito à expressão de demandas e corresponde a um importante exercício de democracia participativa e de representação social na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas do país. Se por um lado a participação social pressupõe uma maior capacidade propositiva das representações da sociedade civil, por outro exige do governo uma maior disposição em dialogar as propostas em espaços públicos institucionalizados como os conselhos e conferências.

Avanços na institucionalização do SISAN:

- 2006: Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN);
- 2007: regulamentação do funcionamento do CONSEA e da CAISAN (Decretos nº 6.272/2007 e 6.273/2007);
- 2010: promulgação da Emenda Constitucional nº 64/2010 que alterou o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social;
- 2010: instituição da Política Nacional de SAN (Decreto nº 7.272/2010);
- 2011: elaboração do PLANSAN 2012/2015;
- 2011 a 2013: adesão de 26 estados e adesão dos primeiros municípios ao SISAN, com leis e decretos criando Conselhos e Câmaras Intersetoriais de SAN e os governadores e prefeitos se responsabilizando em elaborar os Planos de SAN.

FUNCIONAMENTO DO SISAN

O CONSEA é uma instância essencial do Sistema. Órgão presidido pela sociedade civil e de assessoramento da Presidência da República, contribui de forma substantiva para as políticas de SAN. Nos últimos anos, o CONSEA foi o indutor de grandes avanços na PNSAN. Como exemplos, pode-se citar a criação do PAA, a aprovação da Emenda Constitucional que tornou a alimentação um direito social e os avanços nos marcos legais do SISAN. O CONSEA também é o responsável pela realização das Conferências Nacionais, as quais são precedidas das etapas municipais e estaduais.

O Governo Federal apoia o funcionamento do CONSEA e subsidia as suas reuniões com informações e dados sobre os programas e ações de SAN. Além disso, há participação de Ministros nas Plenárias e os integrantes da CAISAN estão presentes nos debates do Conselho.

A CAISAN assume dois papéis no Sistema. O primeiro de articular, monitorar e coordenar a PNSAN no âmbito nacional, garantindo a intersetorialidade entre 20 ministérios para a agenda de SAN. E o segundo, de coordenar a relação federativa do SISAN. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) preside e é responsável pela Secretaria Executiva da CAISAN, garantindo o seu funcionamento.

Para qualificar a atuação da CAISAN, foram criados 11 comitês técnicos desde 2009, com os seguintes objetivos: CT 01 (2009) – elaboração do balanço da III CNSAN+2; CT 02 (2009) – proposição de metodologia de elaboração da Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; CT 03 e 04 (2010-2011) - elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; CT 05 (2011) - apresentação de propostas ao Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Abastecimento; CT 06 (2011) – elaboração do Plano Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade; CT 07 (2011) - preparação de delegados no Governo Federal para a 4ª Conferência; CT 08 (2011) - construção da posição do governo brasileiro sobre o Marco Estratégico Global de Segurança Alimentar e Nutricional; CT 09 (2012) – monitoramento e avaliação do PLANSAN; CT 10 (2012) – aprimoramento das ações de SAN para povos e comunidades tradicionais e CT 11 (2013) – elaboração de proposta para criação dos Fóruns de Pactuação do SISAN. Em 2013 foi instituído o Comitê Gestor de prevenção e controle da obesidade.

Dentre os esforços para fortalecer o SISAN nos estados e municípios, o Governo Federal apoia financeiramente os estados que fizeram adesão ao Sistema para o funcionamento de suas Câmaras Intersetoriais e Conselhos de SAN. Além disso, intensificou as estratégias de mobilização, capacitação e formação de conselheiros e gestores que atuam no Sistema. Entre 2012 e 2013, foram realizados 5 encontros nacionais e 6 regionais, para a troca de experiências, orientações e pactuações que abordaram temas como a adesão dos municípios, compras institucionais da AF e promoção da alimentação adequada e saudável. Mais recentemente, foram selecionadas 9 universidades para apoiarem os estados na elaboração de seus planos de SAN e nas estratégias de mobilização e capacitação de gestores e conselheiros em SAN.

Foi realizado um curso para 2000 gestores e conselheiros por meio da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, a fim de fortalecer o conceito de Direito Humano à Alimentação enquanto um direito da

sociedade e dever do Estado e incorporá-lo aos programas e ações públicas. Além de uma publicação com o conteúdo deste curso, o MDS publicou outros materiais sobre o SISAN e a realização do DHAA.

Os próximos passos são a implementação do Sistema nos municípios, a criação de instâncias e mecanismos de pactuação federativa, o avanço da discussão de financiamento para a gestão do Sistema, a implementação do CensoSAN, a definição de competências dos entes federados no Sistema, a criação de tecnologias de informação e comunicação (boletins, site, etc), a regulamentação da participação das entidades privadas sem fins lucrativos no Sistema e o estabelecimento do Pacto de Gestão pelo Direito Humano à Alimentação Adequada.

DIRETRIZ 1

PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À
ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL



INDICADORES

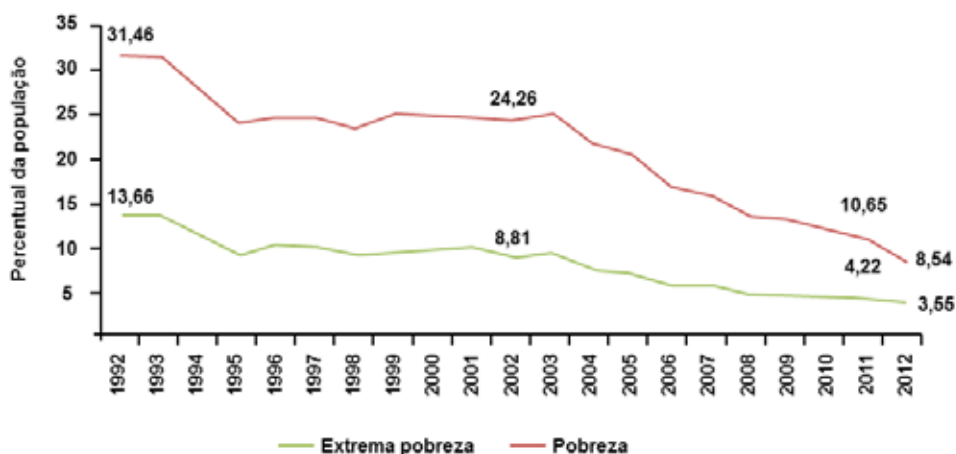
Sabe-se que a ausência de renda é o principal fator, no Brasil e na maioria dos países, que impede os indivíduos de terem acesso aos alimentos, ou seja, há alimentos suficientes à disposição, mas a falta de renda e sua injusta distribuição, muitas vezes, impede esse acesso à grande parte da população.

Vários indicadores demonstram como o Brasil tem avançado na diminuição da extrema pobreza, no aumento da renda dos mais pobres, na redução da desigualdade e na melhoria do acesso à alimentação.

A pobreza reduziu de 24,26%, em 2002, para 8,54%, em 2012, e a extrema pobreza caiu de 8,81% para 3,55% em igual período.

A redução das desigualdades, no último decênio, foi favorecida pelo crescimento mais acelerado da renda entre a população mais pobre do que o verificado nos extratos superiores. Observa-se, no gráfico abaixo, que enquanto a renda domiciliar *per capita* média dos 20% mais pobres cresceu 84,9%, nos últimos 10 anos, a dos 20% mais ricos cresceu apenas 28%. O rendimento médio da população negra também aumentou mais do que o da população branca – 63,9% e 41% respectivamente.

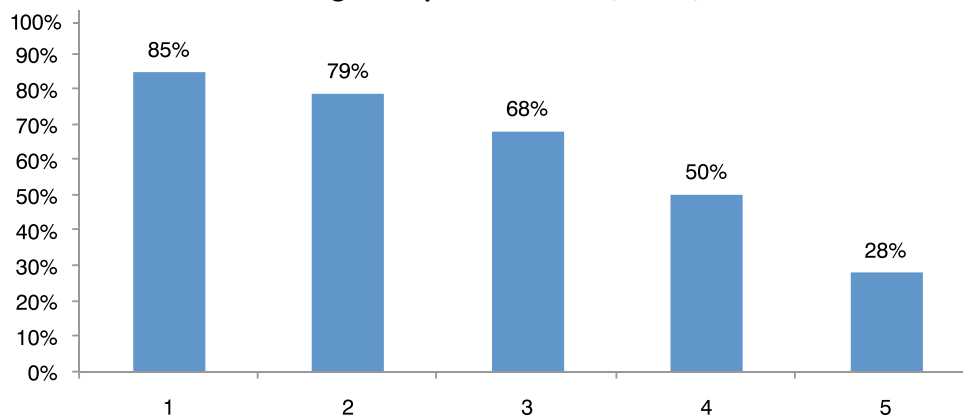
Evolução da pobreza e extrema pobreza, segundo a proporção de pobres e extremamente pobres, Brasil, 1992-2012



Fonte: Microdados das PNADs 1992-2012

Elaboração: IPEA

Evolução % da renda média domiciliar *per capita* da população, segundo quintis de renda, Brasil, 2002-2012

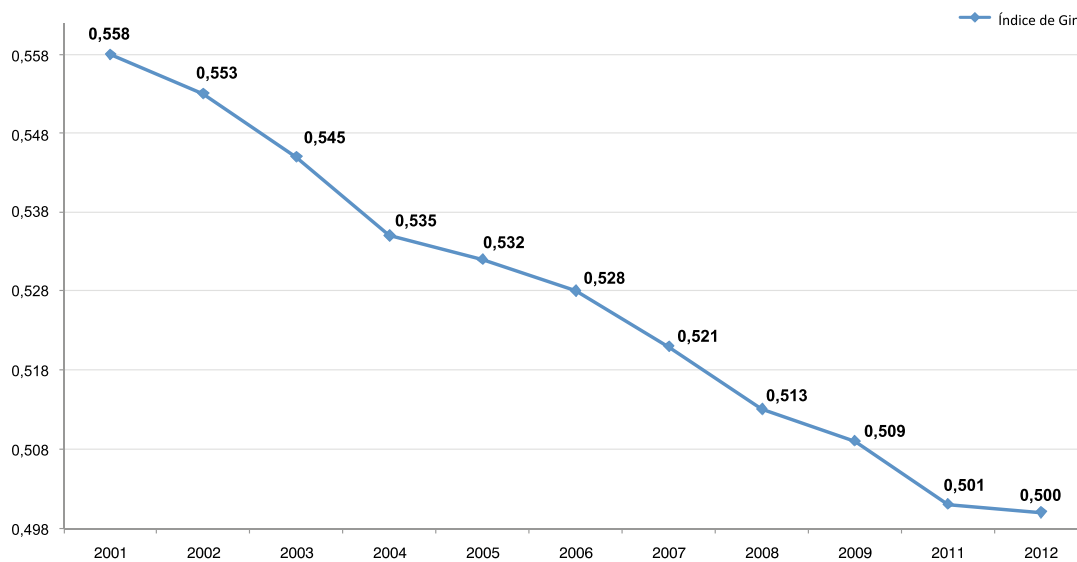


Fonte: PNAD, IBGE

Elaboração: SAGI/MDS

O Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade social no país, vem apresentando tendência de queda desde a última década:

Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento. Brasil - 2001 a 2012



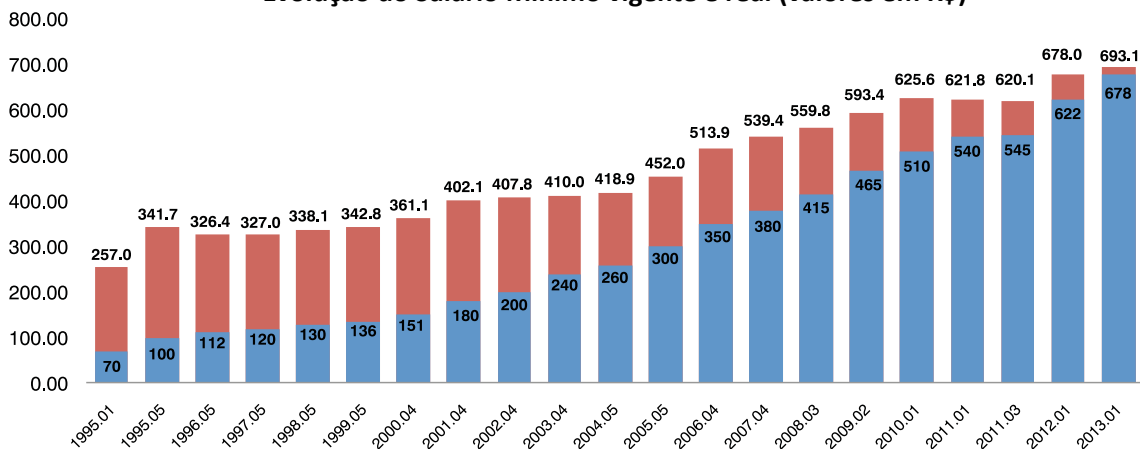
Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: SAGI/MDS

Nota: Exclusive as informações de domicílios sem declaração de rendimento domiciliar.

O aumento do acesso aos alimentos pode ser observado pelos gráficos abaixo, que apresentam a evolução do Salário Mínimo vigente e real nas últimas décadas e a quantidade de cestas básicas adquiridas com um Salário Mínimo.

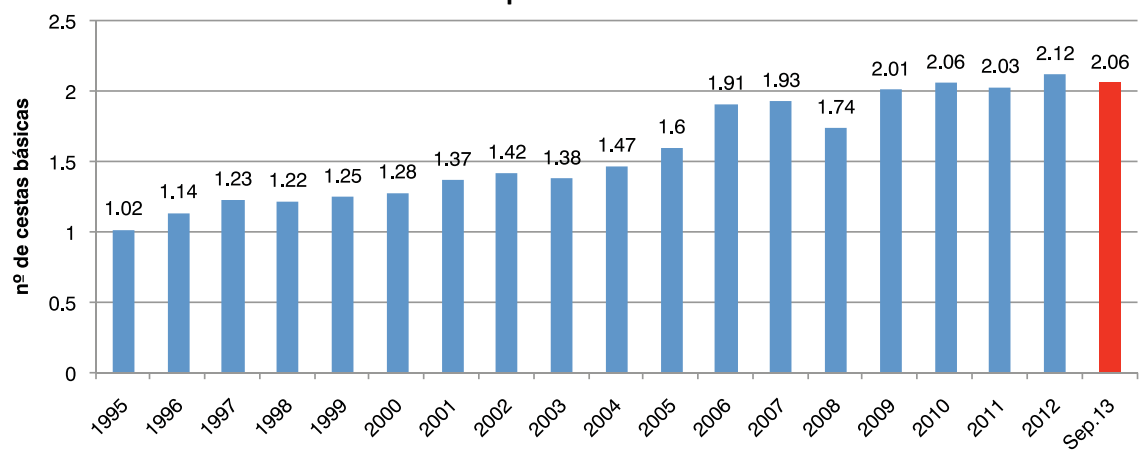
Evolução do Salário Mínimo vigente e real (valores em R\$)



Fonte: IPEADATA

Elaboração: MDS

Cestas Básicas Adquiridas com 1 Salário Mínimo

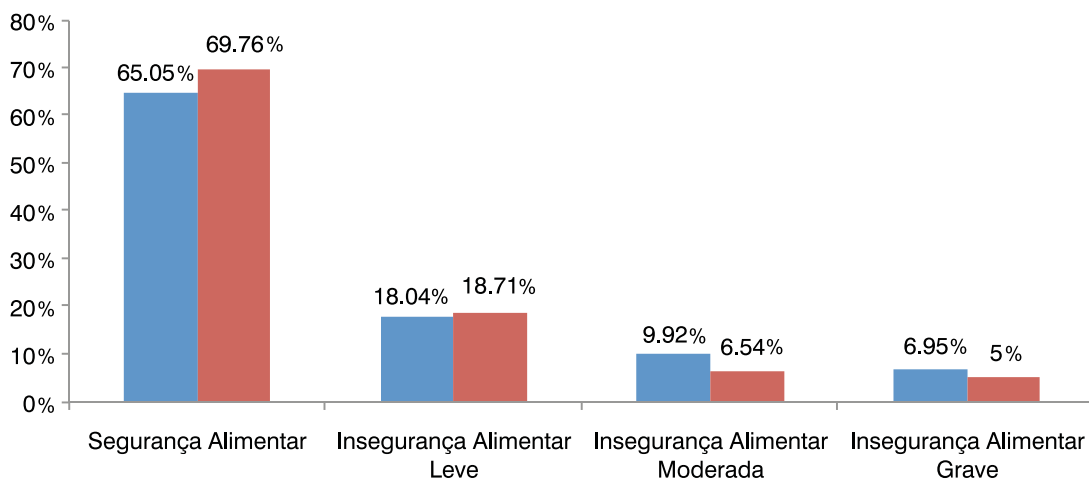


Fonte: DIEESE

Elaboração: MDS

O índice de insegurança alimentar grave (que caracteriza fome) também diminuiu entre 2004 e 2009, conforme gráfico a seguir:

Prevalência de Segurança Alimentar em domicílios particulares. Brasil, 2004-2009



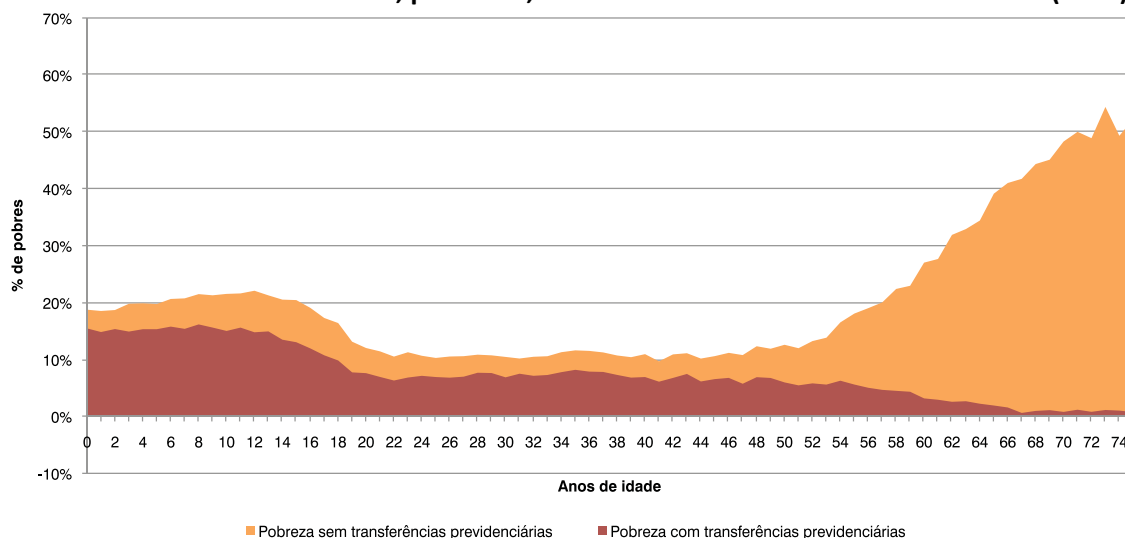
Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: MDS

Dentre as políticas sociais que contribuíram para a queda da desigualdade e a redução da pobreza, destacam-se o Programa Bolsa Família (PBF) e os benefícios previdenciários e assistenciais. A política de valorização do salário mínimo aumentou os valores das transferências previdenciárias (inclui benefícios assistenciais), uma vez que 67,5% dos que são atendidos por essas transferências, ou 20,3 milhões de pessoas, ao final de 2012, recebiam mensalmente um salário mínimo. As transferências previdenciárias têm impactos redistributivos também no território, já que as regiões menos desenvolvidas do país são também aquelas que, proporcionalmente, recebem mais benefícios do que arrecadam.

O gráfico a seguir apresenta como estaria a pobreza hoje sem as transferências previdenciárias.

Percentual de Pobres* no Brasil, por idade, com e sem Transferências Previdenciárias (2012)



Fonte: PNAD/IBGE Elaboração: SPI

Obs.: Foram considerados apenas os habitantes de domicílios onde todos os moradores declararam a integralidade de seus rendimentos. * Linha de Pobreza = R\$ 140,00 em reais de set/2012.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado pelo Governo Federal em 2011 com o objetivo de ampliar os programas e ações governamentais para a população em extrema pobreza (renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70), estando estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. Em termos de público, há forte intercessão entre aqueles que estão em situação de extrema pobreza e em insegurança alimentar grave.

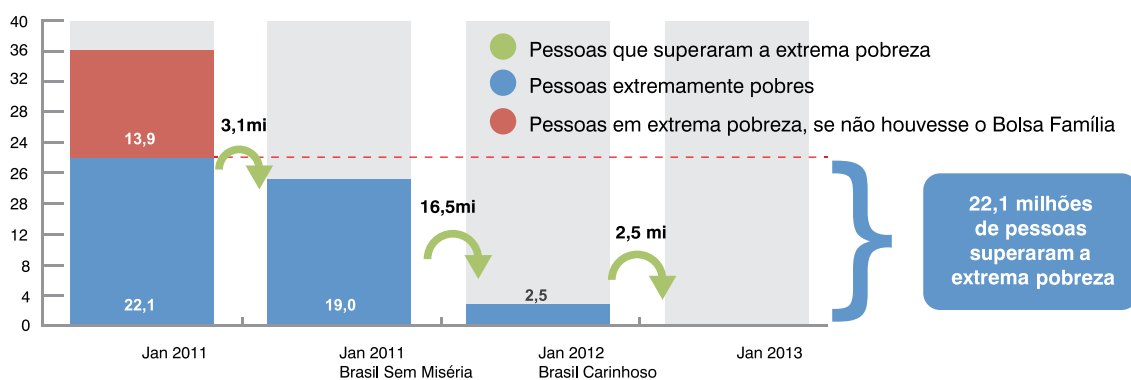
Com o lançamento do BSM, algumas medidas foram implementadas no Programa Bolsa Família para melhorar a situação das crianças que vivem na pobreza e na extrema pobreza. Em setembro de 2011, a quantidade máxima de benefícios variáveis que cada família poderia receber foi ampliada de **três para cinco** benefícios. A medida teve enorme impacto social sobre as famílias com mais de três crianças e adolescentes (de zero a quinze anos), o que resultou na inclusão de 1,3 milhão de novas crianças e adolescentes no programa.

O lançamento da Ação Brasil Carinhoso em 2012 representou um aprofundamento na estratégia do BSM de combate à extrema pobreza, compreendendo um conjunto de ações nas áreas de assistência social, saúde e educação, tais como: o repasse adicional aos municípios referente às crianças de 0 a 48 meses participantes do PBF matriculadas em creches públicas ou conveniadas; o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar e a expansão da oferta de medicamentos e serviços da rede de atenção básica voltada à primeira infância.

Desde março de 2013, todas as famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que tivessem renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 70,00 começaram a receber um benefício variável que permitiu que passassem a ter uma renda familiar *per capita* de, no mínimo, R\$ 70,00.

O **Bolsa Família** alcançou, no mês de outubro de 2013, **13,83 milhões de família e um orçamento de 23,95 bilhões de reais**.

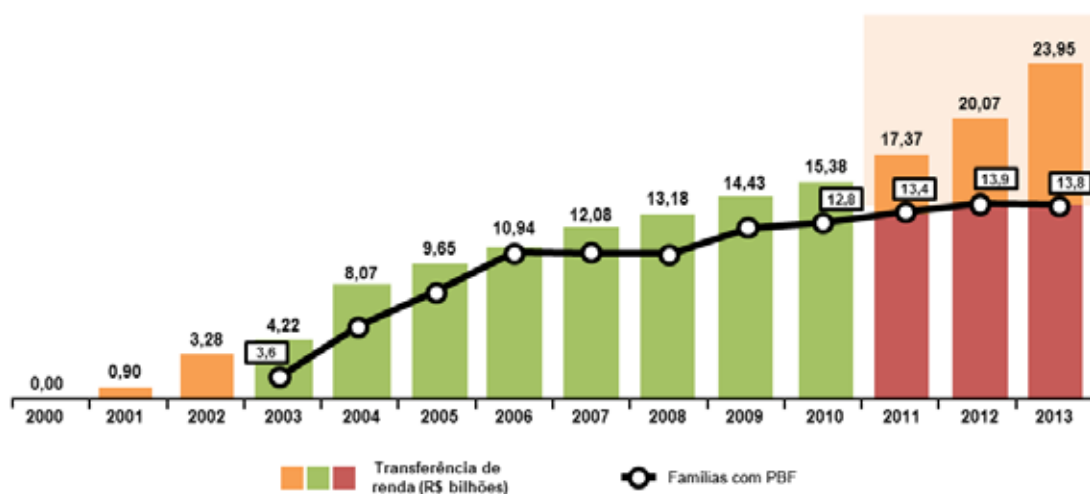
Redução da extrema pobreza entre beneficiários do Bolsa Família (Milhões de pessoas)



Fonte: CadÚnico e Folha de Pagamento do PBF

Elaboração: Ministério da Fazenda

Evolução do gasto total com transferência direta de renda e número de famílias atendidas pelo PBF, Brasil, 2000-2013



Fonte: MDS

O BSM incluiu 887 mil famílias extremamente pobres no CadÚnico (entre junho de 2011 e abril de 2013), por meio da estratégia denominada “busca ativa”.

Salienta-se nesta estratégia da “busca ativa” o esforço para o cadastramento de populações específicas: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas, agricultores familiares, acampadas, assentadas da reforma agrária, entre outras.

Em 2012, foi lançado o *Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos*, com o objetivo de orientar os gestores municipais do CadÚnico e do PBF na identificação e no correto cadastramento de 13 diferentes grupos familiares.

A tabela abaixo apresenta o número de populações específicas já cadastradas e a situação de recebimento do PBF:

Número de famílias de populações específicas inscritas no CadÚnico – Setembro/2013

População	Nº de Famílias	Famílias atendidas pelo Bolsa Família
Quilombolas	98.350	78.604
Indígenas	126.175	96.506
Famílias em situação de rua	14.308*	8.209*
Ciganos	1.955	1.387
Extrativistas	14.993	12.820
Pescadores Artesanais	55.442	46.681
Comunidades de Terreiro	1.274	797

Ribeirinhos	27.186	21.456
Agricultores Familiares	451.005	349.153
Assentados da Reforma Agrária	52.991	37.179
Incluídos no Programa Nacional de Crédito Fundiário	1.898	1.203
Famílias Acampadas	13.798	5.026
Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura	2.751	1.472
Famílias com pessoa presa no sistema carcerário	5.074	3.348
Famílias de catadores de material reciclável	28.386	18.972

Fonte: SENARC/MDS

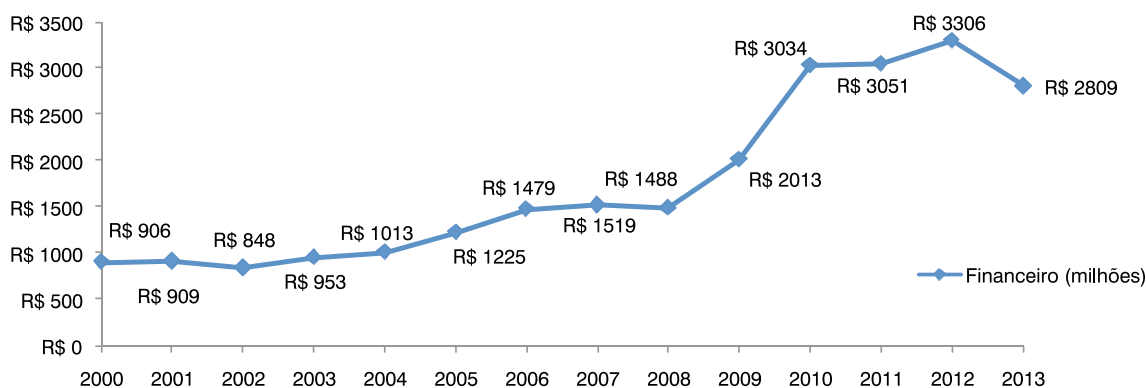
Elaboração: SESAN/MDS

*dados de maio de 2013

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Em 2012, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassou 3,3 bilhões de reais para 43.101 milhões de alunos matriculados nas escolas de educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (INEP/MEC), para o atendimento dos alunos do PNAE. São considerados ainda como integrantes das redes de ensino estadual, distrital e municipal os alunos matriculados nas entidades filantrópicas, inclusive as de educação especial, confessionais e comunitárias, conveniadas com o poder público. Em 2003, o PNAE atendia 36,8 milhões de alunos. Com a ampliação para os alunos do ensino médio, em 2009, e para outros escolares, em 2012, o programa atendeu 43,1 milhões de estudantes.

Repasse financeiro pelo PNAE



Fonte: FNDE/MEC

O valor *per capita* repassado pelo PNAE aos estados e municípios para os alunos do ensino fundamental aumentou de R\$0,13 em 2000 para R\$0,30 em 2010. Para aprimorar a oferta de alimentação escolar nas escolas situadas em áreas onde se encontram famílias em situação de extrema pobreza, o FNDE, desde 2003, repassa um valor diferenciado às escolas localizadas em áreas indígenas e em áreas

remanescentes de quilombos. Atualmente esse o valor é de R\$0,60 *per capita*, o dobro do recurso financeiro repassado às demais instituições públicas de ensino.

Durante o biênio 2011/2013 o FNDE, por meio do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) realizou uma pesquisa intitulada “*Alimentação, saúde e qualidade de vida de escolares quilombolas*”, cujo objetivo foi identificar aspectos relacionados à alimentação, saúde e qualidade de vida de alunos quilombolas matriculados em escolas urbanas e rurais de educação básica localizadas em municípios com áreas remanescentes de quilombos no estado de Goiás. Esta pesquisa está em fase de finalização e seus resultados irão subsidiar o acompanhamento e monitoramento da execução do programa e o delineamento de futuras ações.

Além disso, em 2013, o FNDE criou um Grupo de Trabalho sobre Alimentação Escolar Indígena, em reconhecimento às suas particularidades culturais. Este grupo é um espaço de diálogo que permite trabalhar com as especificidades da alimentação indígena de forma intersetorial, articulando as dimensões sociais, culturais e pedagógicas que envolvem o ato de comer. O objetivo desse grupo de trabalho é elaborar uma proposta com ações estratégicas em alimentação e nutrição direcionadas aos escolares indígenas, visando adequar os normativos do PNAE a essa realidade.

Destaca-se, ainda, a realização de oficinas sobre a alimentação escolar indígena em Encontros Regionais de Nutricionistas do PNAE, bem como a ampliação das parcerias com Centros Colaboradores/ Unidades Especializadas para o desenvolvimento de estudos específicos sobre a alimentação escolar nas comunidades indígenas. Para tanto, o FNDE instituiu um documento básico de demandas para as parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no âmbito do PNAE, publicado em 23/10/2013.

Em relação ao dispositivo legal que vincula estados e municípios a adquirirem, no mínimo, 30% dos alimentos da AF, cabe registrar que a implementação da compra da agricultura familiar tem, em sua forma aberta e democrática de gestão, a participação de outros cinco ministérios envolvidos na temática, por meio do **Comitê Gestor do PNAE**, e de diversas organizações da sociedade civil e entidades representativas da agricultura familiar, por meio do **Comitê Consultivo do PNAE** – espaços de coordenação da ação governamental e de participação da sociedade no processo decisório do programa.

Neste processo, destaca-se ainda a Resolução FNDE nº 26/2013 que revoga a Resolução FNDE nº 38/2009 trazendo algumas inovações para a operacionalização da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Na tabela abaixo, pode-se verificar o resultado das ações de fomento à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, de assentamentos de reforma agrária, de comunidades tradicionais indígenas e de comunidades quilombolas para a alimentação escolar. **Em 2012, 81% dos municípios compraram da agricultura familiar e 50% atenderam o percentual de compra mínima de 30%.**

Agricultura Familiar no PNAE	2012
Entidades Executoras (E.E.) compraram da A.F.	4160 (81%)
Das E.E. que compraram, atenderam o percentual mínimo na Lei 11.947/09	2568 (50%)
Recursos investidos	R\$ 362.978.321,10

Dados preliminares - Fonte: FNDE – SIGPC/MEC.

EQUIPAMENTOS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS

Entre 2003 e 2013, foram contemplados 694 municípios para a construção de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, por meio de recursos repassados pelo MDS. **Até 2013 foi financiada a construção de 373 cozinhas comunitárias, 145 restaurantes populares, 121 bancos de alimentos e 96 unidades de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar.** Menciona-se o redirecionamento de investimentos no que diz respeito aos equipamentos de alimentação e nutrição existentes nos municípios, de tal sorte que o MDS tem apoiado a modernização de estruturas já existentes, com o repasse financeiro para a aquisição de kits diferenciados conforme a necessidade dos municípios (freezers, geladeiras industriais, computadores, caminhões refrigerados e outros). Com os recursos de 2012 e 2013, serão apoiadas mais de 1.000 centrais de recebimento de alimentos do PAA, cerca de 1,6 mil creches da rede pública de ensino e 100 unidades das forças armadas apoiadas com o Programa Forças nos Esportes.

Em relação à **doação de cestas de alimentos, em 2012, foram apoiadas 412.567 famílias e realizados 1.314.848 atendimentos**, resultando na distribuição de 30.726 toneladas de alimentos, conforme demonstra o quadro a seguir.

Número de famílias atendidas com cesta básica e quantidade de atendimentos segundo população específica, Brasil, 2012

	Nº de famílias	Atendimentos
Acampados	209.120	690.193
Quilombolas	36.942	148.247
Comunidades de Terreiro	14.700	63.480
Atendimentos Especiais	57.979	64.579
Movimento dos Atingidos por barragens	17.518	74.356
Indígenas	65.328	243.783
Pescadores Artesanais	10.980	30.210
Total	412.567	1.314.848

Fonte: MI Social – SAGI/MDS

Elaboração: SESAN/MDS

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é um programa estatal de adesão voluntária, instituído pela Lei nº 6.321/76, que tem o intuito de estimular o fornecimento, por parte do empregador, de alimentação nutricionalmente adequada aos trabalhadores, mediante a concessão de incentivos fiscais.

Em 2012, foram fiscalizadas 192 empresas, ultrapassando a meta programada para o exercício de 125 empresas fiscalizadas em todo o território nacional.

Entre 2003 e 2013 (até a data de 06 de dezembro), o PAT ampliou o atendimento de 9, 1 milhões para 17,3 milhões de trabalhadores. Pode-se destacar a ampliação da cobertura do programa nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A partir de 2008, o cadastramento no programa tornou-se totalmente *on-line* e os próprios interessados acessam o sistema e o preenchem. Nesse sistema, vale destacar uma ferramenta de extração de dados do PAT chamada “Atlas”. Por meio dela, obtêm-se dados de acordo com a região desejada, modalidade do programa ou faixa salarial dos trabalhadores.

Outro ponto a ser ressaltado é a Instrução Normativa nº 96, de 16 de janeiro de 2012, que dispõe de procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação do PAT. Um dos principais aspectos a serem verificados pela fiscalização é o atendimento dos parâmetros nutricionais estabelecidos na Portaria nº 03, de 1º de março de 2002.

Por fim, cabe destacar que está em discussão, no âmbito da Comissão Tripartite do PAT (CTPAT), proposta de reformulação do programa, com o intuito de alcançar seu aprimoramento, expansão e ampliação, principalmente no que tange à modernização e melhoria da regulamentação do programa. Nesse sentido, com o intuito de subsidiar a elaboração da proposta, foi feito um estudo pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), contratado pela bancada dos trabalhadores e pela bancada patronal.

**Nº de Trabalhadores atendidos pelo PAT, por Região, e suas
Variações no Período de 2008 a 2013 (06/12/2013)**

Região	2008		2013		Variação no Período (%)
	Nº	(%)	Nº	(%)	
Norte	369.586	2,91	607.185	3,51	64,29
Nordeste	1.457.307	11,46	1.984.981	11,46	36,21
Sudeste	7.979.933	62,73	10.792.025	62,31	35,24
Sul	2.193.432	17,24	2.915.942	16,83	32,94
Centro-Oeste	717.415	5,64	1.016.269	5,87	41,66
Não informado	2.639	0,02	4.648	0,03	76,13
Total	12.720.312	100	17.321.050	100	36,17

Fonte: MTE, Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho e MTE, Atlas do PAT.

DIRETRIZ 2

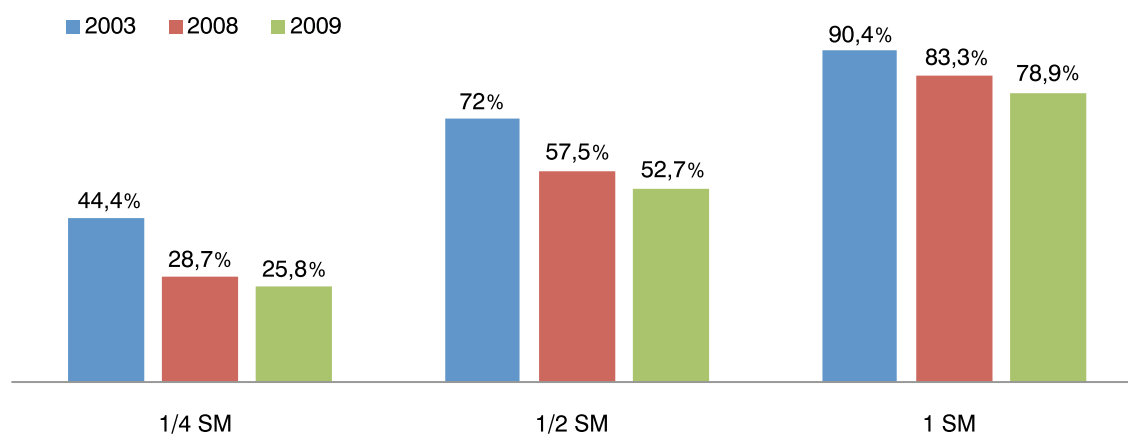
PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS, DE BASE AGROECOLÓGICA E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS



INDICADORES

Entre 2003 e 2009, 22 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, sendo 11 milhões na área rural, contribuindo para uma redução de quase 50% da taxa de pobreza rural.

Pobreza - Percentual da População Rural



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: MDS

A queda da desigualdade foi maior na área rural do que na população como um todo. De 2003 a 2009, o índice de Gini reduziu 8,3% no campo, contra 6,5% na totalidade do país. Novos 3,7 milhões de brasileiros residentes em áreas rurais passaram a integrar a classe C entre 2003 e 2009. A proporção de pessoas nesse grupo equivalia a 20,6% da população rural em 2003, chegando a 30,4% em 2009.

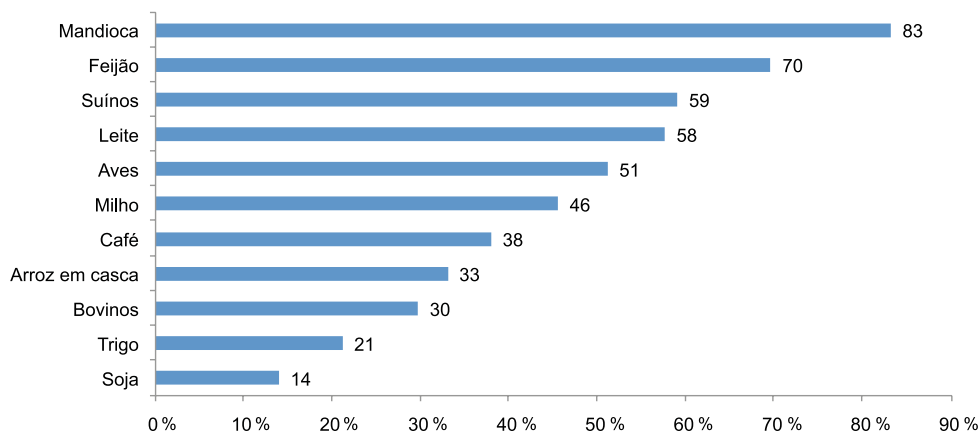
É importante ressaltar que a melhoria dos indicadores da população rural ocorreu devido a um conjunto de políticas públicas de transferência de renda e de desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Garantia-Safra, o Seguro-Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos e outras ações que fazem parte dos Planos Safra da Agricultura Familiar. Em relação à transferência de renda, pode-se citar o impacto do Bolsa Família, a inclusão no mercado de trabalho e o aumento real do salário mínimo que também amplia a renda dos aposentados rurais.

Vale destacar, ainda, que o Plano Brasil Sem Miséria tem quase a metade do seu público no meio rural e a sua estratégia é a inclusão produtiva rural da população em situação de extrema pobreza por meio de assistência técnica, fomento para a aquisição de insumos e equipamentos, oferta de sementes, construção de cisternas e aquisição da produção dos agricultores familiares.

A agricultura familiar desempenha um importante papel na garantia da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) são 4.366.267 estabelecimentos agropecuários (não familiares são 809.369) que ocupam uma área de 80,1 milhões de hectares (a agricultura não familiar ocupa uma área de 253,6 milhões de ha), onde trabalham 12,3 milhões de pessoas (não familiar corresponde a 4,2 milhões de pessoas) e cuja produtividade por hectare corresponde a R\$ 680,00 (versus R\$ 432,00 da não familiar).

O gráfico a seguir apresenta a participação da agricultura familiar na produção nacional de algumas culturas selecionadas:

Participação da Agricultura Familiar - culturas e pecuária



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2006 - MDA

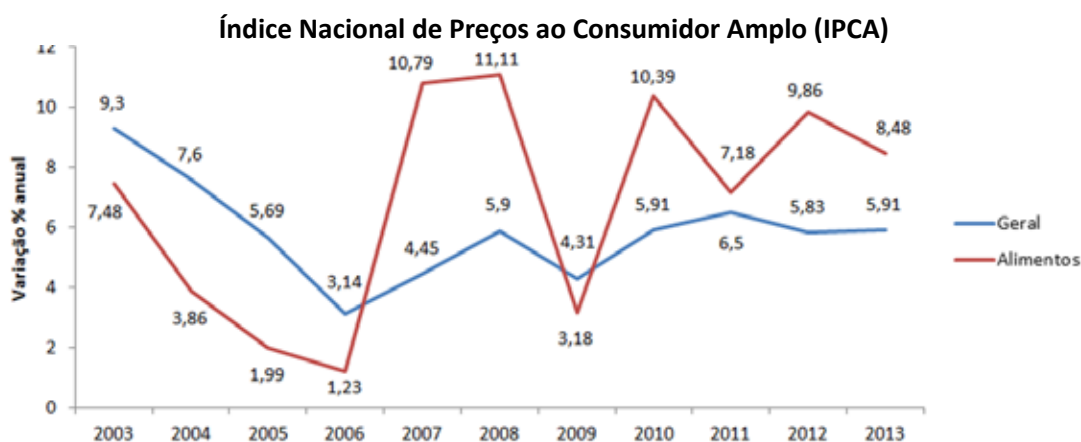
Elaboração: MDS

O fortalecimento da agricultura familiar nos últimos anos contribuiu para o abastecimento alimentar e a estabilidade do país em momentos de crise dos preços de alimentos, como em 2008/2009.

A temática do abastecimento é influenciada, dentre outros fatores, por duas dimensões: a relação preço dos alimentos x renda da população e a produção e disponibilidade de alimentos.

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 apontam que as **despesas com alimentação** representam 19,8% das despesas de consumo das famílias brasileiras. Porém, quando comparadas as despesas com alimentação por faixa de renda das famílias, observa-se que esse percentual aumenta para 29,6% nos domicílios com renda mais baixa e diminui para 12,7% nos domicílios com renda mais alta. Ou seja, quanto menor a renda da família, maior o peso da alimentação em seu orçamento.

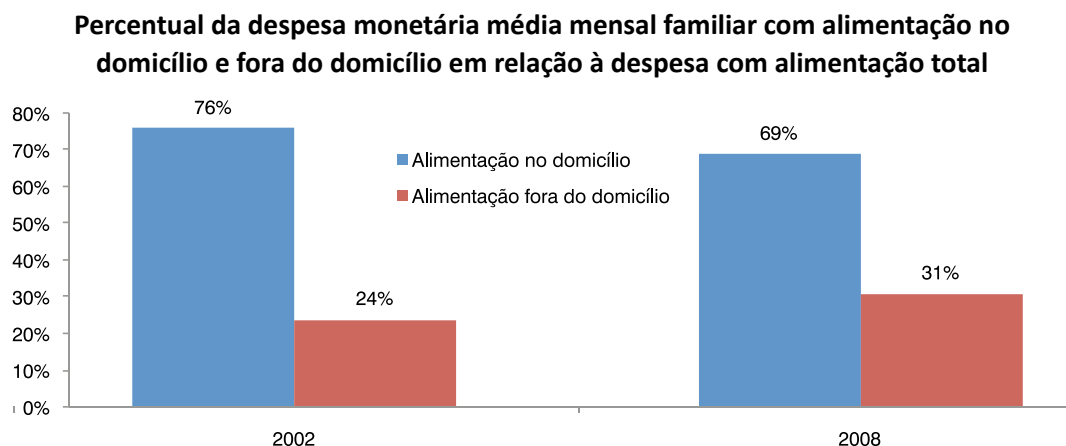
Dessa forma, a **inflação dos preços dos alimentos** compromete de forma mais significativa a capacidade de compra das famílias de baixa renda. Importante registrar que nos últimos quatro anos, o índice de inflação para o grupo Alimentação e Bebidas ficou acima do índice geral de inflação, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: IBGE

Elaboração: MDS

A análise dos dados da POF também permite concluir que as famílias brasileiras ampliaram seus **gastos com alimentação fora do domicílio** nos últimos anos, como mostra o gráfico a seguir.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 / 2008-2009

Elaboração: MDS

O percentual de gastos das famílias com alimentação, o comportamento dos preços dos alimentos e as mudanças de hábitos alimentares da população são exemplos de indicadores que devem ser levados em consideração na formulação e implementação de políticas públicas de abastecimento.

Em relação ao aspecto da **produção e disponibilidade**, destaca-se o **aumento da comercialização de frutas e hortaliças**, indicador positivo considerando a importância desses alimentos para uma dieta adequada e saudável.

Na última década, de acordo com dados do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT), as 05 frutas mais consumidas no Brasil (banana, laranja, maçã, mamão e melancia) e as 05 hortaliças (abóbora, batata, mandioca, repolho e tomate) apresentaram tendência de aumento do volume comercializado. Em 2012, mais de **5,5 milhões de toneladas** apenas desses 10 itens foram comercializadas nas Centrais de Abastecimento (CEASAs).

ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Nos últimos dez anos, a **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)** passou por um processo de reestruturação e fortalecimento da sua capacidade de promover o abastecimento alimentar. Em janeiro de 2003, os estoques governamentais eram de apenas 461 mil toneladas e a rede armazenadora própria da Conab era composta por 49 unidades. Constata-se, a partir desse período, uma mudança substancial de apoio do governo às políticas agrícolas e de abastecimento, às informações do agronegócio e ao desenvolvimento de uma agricultura produtiva e integrada. Atualmente, a **rede armazenadora própria da CONAB** é composta por 181 armazéns, agrupados em 98 unidades armazenadoras distribuídas em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal.

Já a **capacidade estática total da rede de armazéns disponíveis no Brasil**, em 2012, foi de aproximadamente 145,5 milhões de toneladas e a produção nacional de grãos atingiu aproximadamente 166,2 milhões de toneladas, fazendo com que o índice de disponibilidade atingisse 0,87, superando a meta para a safra de grãos 2011/2012.

Além disso, houve a ampliação, qualificação e modernização dos **equipamentos de abastecimento**. Atualmente estão em funcionamento ou em implantação, com apoio do MDS: 75 Bancos de Alimentos, 99 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (UADAF) e mais de 1.000 Centrais de Recebimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dos 75 Bancos de Alimentos, 11 estão implantados em CEASAs. Este número será ampliado para 28, pois outros 17 estão em implantação.

Importantes programas e/ou políticas públicas de abastecimento podem ser mencionados, como o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT), a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em relação à **REFAP**, foram realizadas, em 2012, 360 visitas aos bairros das periferias das cidades para identificar, cadastrar e supervisionar unidades varejistas do ramo de supermercado. Foram realizados 78 treinamentos/capacitação, para os varejistas filiados junto as 08 Centrais de Negócios já formadas, e de assistência técnico-operacional para as 11 em processo de formação. Foram realizados 1.093 atendimentos (vendas) e comercializadas 450 toneladas de alimentos (arroz beneficiado, açúcar, farinha de mandioca e leite em pó), oriundas do PAA, gerando recursos na ordem de R\$ 1, 1 milhão e atendendo aproximadamente 190 mil famílias. Além disso, foram cadastradas 57 novas unidades varejistas.

O **PROHORT**, instituído pela Portaria MAPA nº 171/05, vem promovendo o desenvolvimento e a reestruturação do sistema por meio da integração de banco de dados e da troca de informações, possibilitando uma visão sistêmica do setor; além de estratégias para a revitalização e modernização das CEASAs e do setor hortigranjeiro. As CEASAs são importantes centros de consolidação e distribuição de produtos, informação, desenvolvimento, capacitação, controle de qualidade e de apoio ao produtor, ao varejo e aos serviços de alimentação. Em 2012, as Centrais comercializaram um total de 17,7 milhões de toneladas, das quais 15,5 milhões correspondem a frutas, legumes e verduras, movimentando um total de 29 bilhões de reais.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

A **PGPM** busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto e, com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos. Isto quer dizer que o governo atua, preferencialmente, nos momentos em que os preços são desfavoráveis, havendo pouca interferência quando o mercado permanece equilibrado, reduzindo a volatilidade dos preços agrícolas, especialmente nos períodos de safra, quando tendem a ser mais baixos e, eventualmente, inferiores ao preço mínimo estabelecido.

Desde 2003 observa-se a ampliação de investimentos e a recomposição da PGPM por meio do realinhamento dos preços mínimos e de intervenções em momentos cruciais. As aquisições possibilitaram

a formação de volumes significativos de estoques públicos. A seguir tabela que apresenta histórico dos estoques públicos vinculados à PGPM:

Ano	Produtos (em toneladas)				
	Arroz	Milho em grãos	Café	Feijão	Trigo em grãos
2002	271.645	124.471	0	0	0
2003	1.822	1.459.981	17.522	0	0
2004	3.679	1.827.849	27.236	11.738	282.911
2005	926.892	1.975.517	10.917	1.278	1.050.544
2006	1.072.849	3.159.658	10.917	3.766	5.664
2007	1.492.778	753.773	10.930	352	5.640
2008	609.712	1.072.350	10.191	5	231.715
2009	977.200	5.372.824	24.600	156.889	676.750
2010	981.504	5.503.870	98.872	158.560	1.149.991
2011	1.478.230	1.853.134	96.905	78.320	823.641
2012	1.111.556	715.454	96.876	11.430	488.385

Fonte: CONAB

Em 2011, uma inovação no âmbito da PGPM foi implementada: a **Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)**. Em 2012 e 2013 (até outubro), tendo em vista que os preços de mercado dos produtos agrícolas, em geral, se encontram acima dos preços mínimos, não houve demanda para operações de Aquisição do Governo Federal (AGF) no âmbito da PGPM-AF. Ressalta-se a operação de escoamento de derivados de uva realizada por meio de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) para garantia de preços mínimos aos agricultores familiares e para escoamento dos estoques de derivados da uva (vinho, mosto e destilado). Os leilões já realizados envolveram operações de subvenção no valor de R\$ 20,6 milhões, que garantiram o pagamento do preço mínimo de cerca de 78 mil toneladas de uva.

Os dados de execução da **Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)** estão apresentados na Diretriz 4.

ABASTECIMENTO DE MERCADOS INSTITUCIONAIS PELA AGRICULTURA FAMILIAR

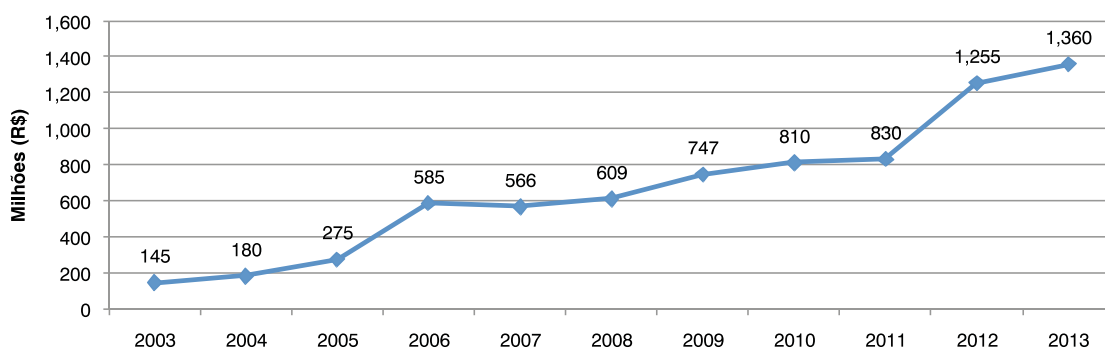
As compras públicas da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que ampliam os canais de comercialização de agricultores familiares, promovem o acesso a alimentos mais saudáveis, frescos e diversificados. Atualmente, o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são os principais instrumentos para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

O PAA, criado em 2003, tem se mostrado uma alternativa importante para retirar as pessoas da condição de extrema pobreza no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Em 2010, produtores de

baixa renda representavam 32% do total de participantes. A partir de 2011, a participação desse público é ampliada para 45%.

Nos dez anos de sua existência, o orçamento do Programa evoluiu de forma bastante significativa.

Orçamento PAA 2003-2013



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Elaboração: MDS

Entre os anos de 2003 e 2005, em média, 60 mil agricultores familiares participavam do PAA por ano. Entre 2006 e 2011, esse número saltou para 150 mil. Em 2012, o Programa alcançou mais de 185 mil agricultores familiares em todo o Brasil, dos quais 45% enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF, que contemplam agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou participantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário e agricultores de baixa renda. O PAA é também ferramenta estratégica para ampliar o acesso do público da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais aos mercados institucionais. Em 2012, foram atendidos pelo Programa:

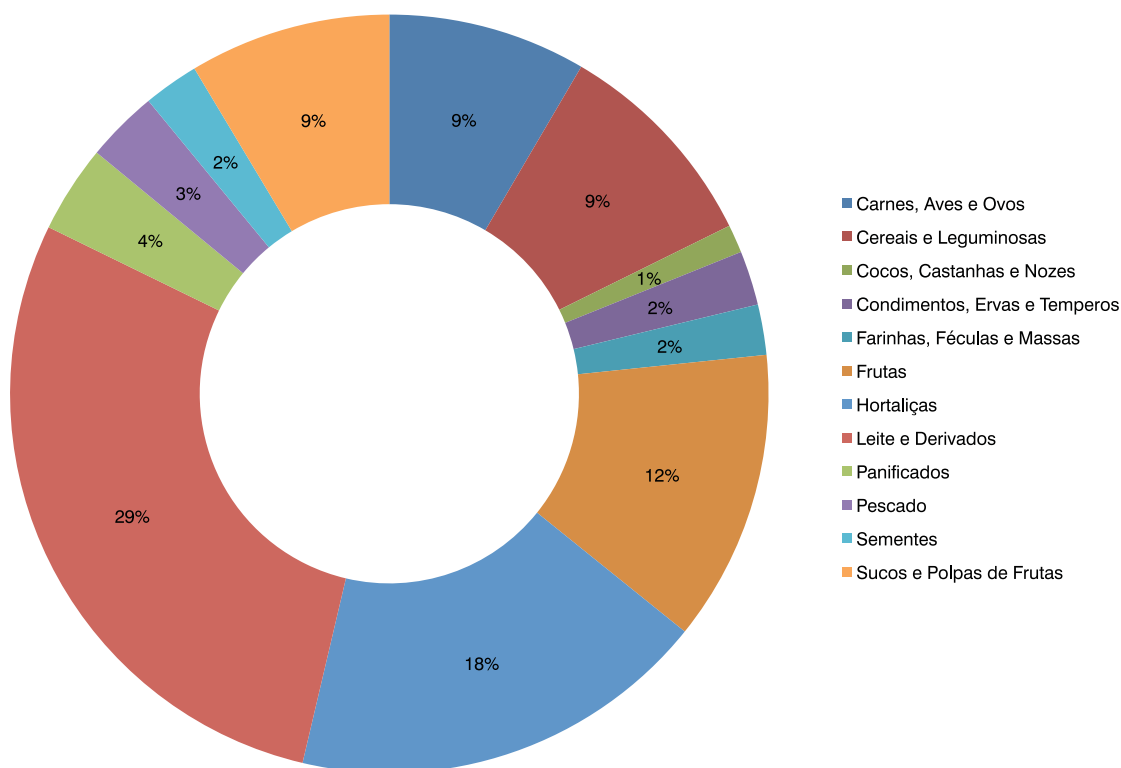
Categoria	Nº de agricultores
Agricultores Familiares	141.821
Aquicultores Familiares	1.212
Assentados da Reforma Agrária	30.001
Atingidos por Barragem	398
Extrativistas	1.522
Indígenas	1.064
Pescadores Artesanais	2.627
Quilombolas	1.764
Trabalhadores Rurais Sem Terra Acampados	577
Não informado	4.993
TOTAL	185.979

Fonte: PAA Data Elaboração: SESAN/MDS

Expandir a execução nos estados da região Norte e Nordeste também é uma meta do Programa de Aquisição de Alimentos. Em 2012, 42% do total de recursos executados foram pagos a agricultores dessas duas regiões.

Destaca-se, ainda, a variedade de produtos adquiridos pelo PAA. Em 2012, o Programa comprou 578 itens, distribuídos em 13 grupos, totalizando aproximadamente **530 mil toneladas de alimentos** e o pagamento de quase **R\$ 840 milhões** aos agricultores familiares.

Distribuição dos produtos adquiridos pelo PAA em 2012 por Grupos



Fonte: PAA Data Elaboração: SESAN/MDS

Em 2012, cerca de **20 mil entidades receberam os produtos** adquiridos pelo PAA no âmbito da modalidade Compra com Doação Simultânea, dentre escolas; creches; unidades de saúde; abrigos; associações comunitárias; Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); entidades de apoio a crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, etc.

O PAA também atua no apoio às organizações econômicas da agricultura familiar por meio da modalidade **Apoio à Formação de Estoques**. Entre 2006 e 2012 foram disponibilizados, por meio dessa modalidade, cerca de R\$ 260 milhões para o apoio à comercialização desses empreendimentos, valores que atendem aproximadamente 70 mil agricultores familiares.

Uma grande conquista foi a publicação do **novo marco legal do PAA** (Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011). Regulamentado pelos Decretos nº 7.775/2012 e nº 8.023/2013, trouxe importantes inovações para a gestão do Programa, como a possibilidade de execução do PAA mediante termo de adesão, dispensada a celebração de convênio; e a modalidade Compra Institucional, que permite que órgãos federais, estados, municípios e o Distrito Federal comprem alimentos da agricultura familiar com recursos próprios e dispensa de licitação, para atendimento às suas demandas regulares de consumo de alimentos.

Por sua vez, a nº Lei nº 11.947/2009, que obriga a aplicação de pelo menos **30% dos recursos financeiros** repassados pelo Governo Federal no âmbito do **PNAE** na aquisição de produtos da agricultura familiar, reforça a participação de agricultores familiares nas compras públicas de alimentos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem desenvolvendo de forma contínua a divulgação desse dispositivo legal via peças de divulgação/orientação e comunidade virtual da alimentação escolar do Portal da Cidadania.

Para estimular as compras pelas capitais e grandes municípios, destacam-se os **Projetos Nutre**, implementados pelo MDA, que visam capacitar as organizações produtivas de agricultores familiares a fornecerem para o PNAE e auxiliar na articulação entre agricultores e Secretarias de Educação. Atualmente, estão em execução sete projetos que, juntos, abrangem os 64 municípios com maior poder de compra, em 13 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí.

Em 2012, 80% das Entidades Executoras do PNAE compraram da agricultura familiar. Dessas, 50% já cumpriram o percentual mínimo de aquisição previsto em lei. Foram pagos aos agricultores familiares aproximadamente R\$ 363 milhões.

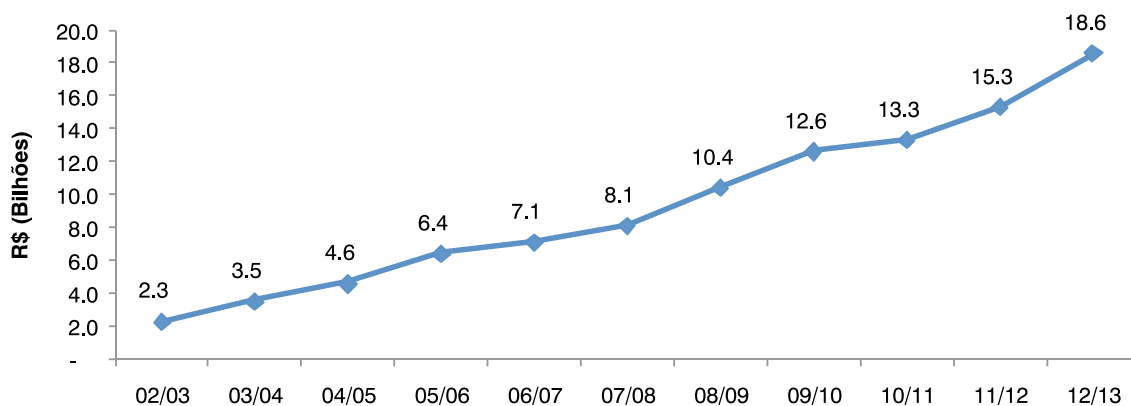
FINANCIAMENTO E PROTEÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A garantia de acesso ao crédito é fundamental para a inclusão produtiva das famílias da agricultura familiar. Na safra 2012/2013, foram executados 2.141.262 contratos de custeio e investimento do **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, totalizando o financiamento de mais de 18,6 bilhões de reais.

Nos cinco primeiros meses do ano agrícola 2013/2014, foram realizados 958.779 contratos. Desse total, 392.084 foram para operações de custeio e 566.695 para investimento. O total de recursos emprestados pelo PRONAF aos agricultores familiares, de julho a novembro de 2013, foi de mais de R\$ 10,4 bilhões. Este valor é cerca de 33% acima do que foi contratado no mesmo período na safra 2012/2013.

Vale destacar o aumento dos valores aplicados no PRONAF, que evoluíram de R\$ 2,4 bilhões em 2002/2003 para os R\$ 18 bilhões atuais.

Valores aplicados PRONAF 2002-2013*



Fonte: Bacen/Derop/Sicor e MDA¹ Elaboração: MDS

*Estas informações são parciais e ainda poderão ser revistas pelo Banco Central do Brasil. O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária

No que diz respeito à identificação do agricultor familiar para o acesso a políticas públicas, destaca-se que o sistema informatizado de dados da **Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)** atualmente reúne registros de mais de 5 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares. A evolução do número de registros segue na tabela a seguir.

Ano	Nº de DAPs ativas* (dez 2013)
2003	608.193
2004	1.045.03
2005	1.439.199
2006	1.746.740
2007	2.283.937
2008	2.523.330
2009	3.062.710
2010	3.479.429
2011	3.792.324
2012	4.285.228
2013	5.565.570

Fonte: SAF/MDA Elaboração: MDS

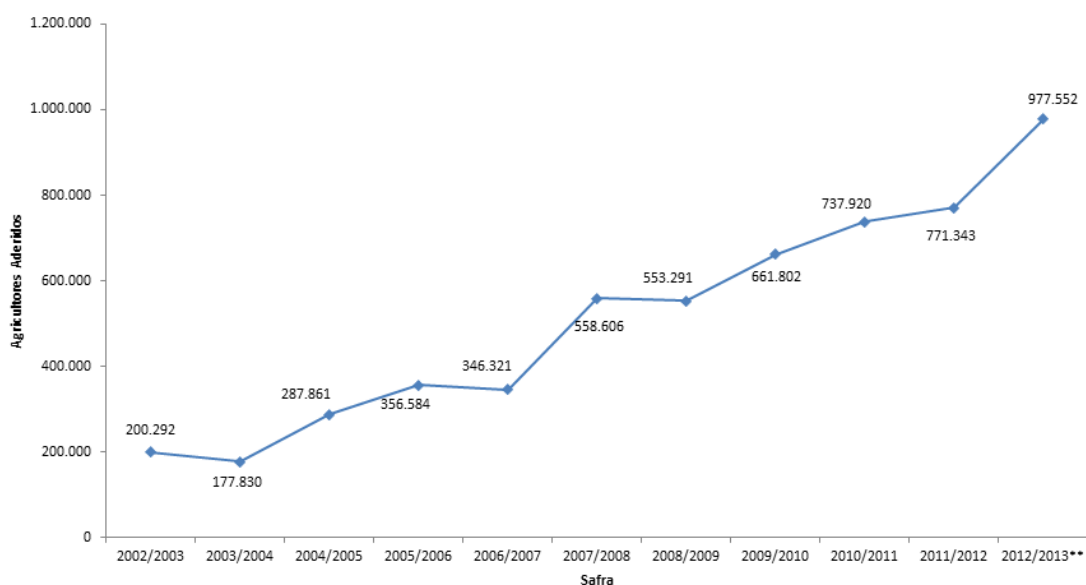
*Abrange agricultores familiares e assentados da reforma agrária

Em relação às mulheres rurais e jovens do campo, no Plano Safra 2012/2013, o limite do **PRONAF Jovem** foi ampliado de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil e do **PRONAF Mulher**, de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil. No Plano Safra 2013/2014, o PRONAF Jovem teve os cursos do PRONATEC e PRONACAMPO incluídos entre os cursos aceitos para enquadramento dos jovens na linha de crédito.

1 Dados disponibilizados no Portal do MDA. Endereço: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/anexos/Informacoes_do_MDAeINCRA_10jan2014_nacional.pdf

Quanto às ações de proteção da produção, destaca-se o **Garantia-Safra** que tem como objetivo garantir renda mínima para agricultores familiares com perda sistemática da produção, por motivo de seca ou excesso de chuvas, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente, semiárida. Na safra 2012/2013, 977.552 famílias da agricultura familiar, em situação de vulnerabilidade climática, aderiram ao Garantia-Safra.

Evolução do Garantia Safra* 2002-2013 - Agricultores aderidos



Fonte: SAF/MDA²

Elaboração: MDS

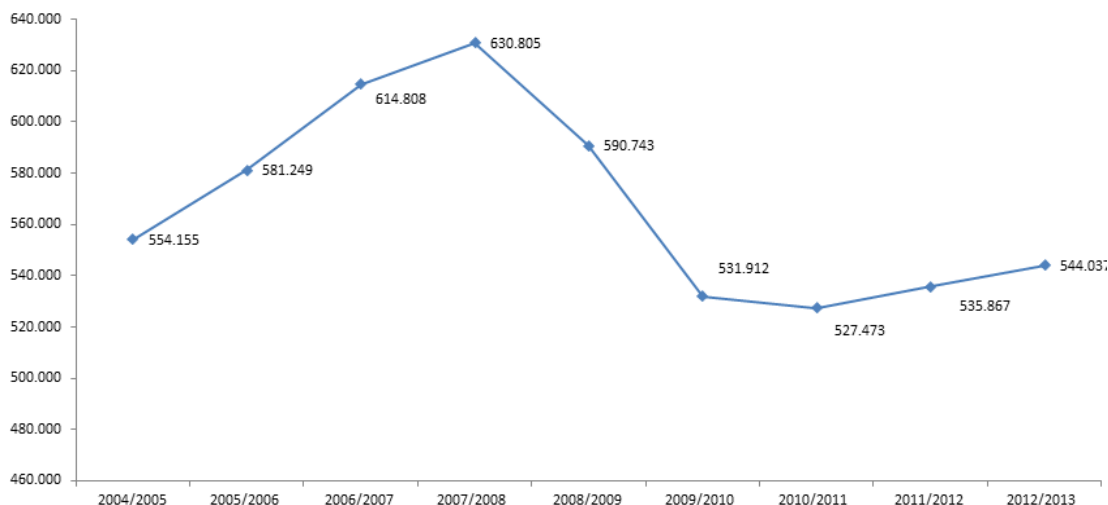
* Beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

** Já incluído a folha de janeiro de 2014

Destaca-se, ainda, o **Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)**, ofertado em todo o país e disponível para aqueles agricultores que contratarem financiamento de custeio agrícola do PRONAF. Na safra 2012/2013, mais de 540 mil empreendimentos da agricultura familiar foram segurados.

2 Dados disponibilizados no Portal do MDA. Endereço: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/anexos/Informacoes_do_MDAeINCRA_10jan2014_nacional.pdf

Evolução do Seguro da Agricultura familiar* 2004-2013 - Contratos de Financiamento Amparados**



Fonte: SAF/MDA³

Elaboração: MDS

*Beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

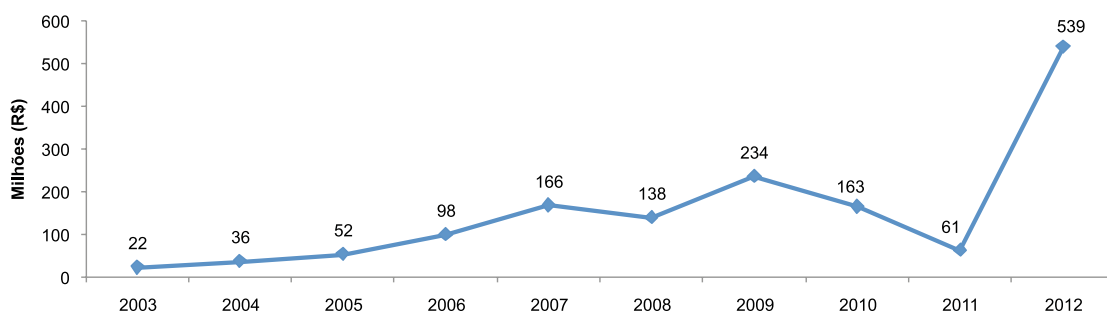
**Soma das adesões de dois tipos de cobertura: cobertura normal do custeio e cobertura adicional do investimento.

Com relação ao financiamento de investimentos para a modernização da propriedade rural familiar, em 2012, no âmbito do **Mais Alimentos**, foram financiadas 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional voltados para o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar. O Mais Alimentos é uma linha de crédito do PRONAF que permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem.

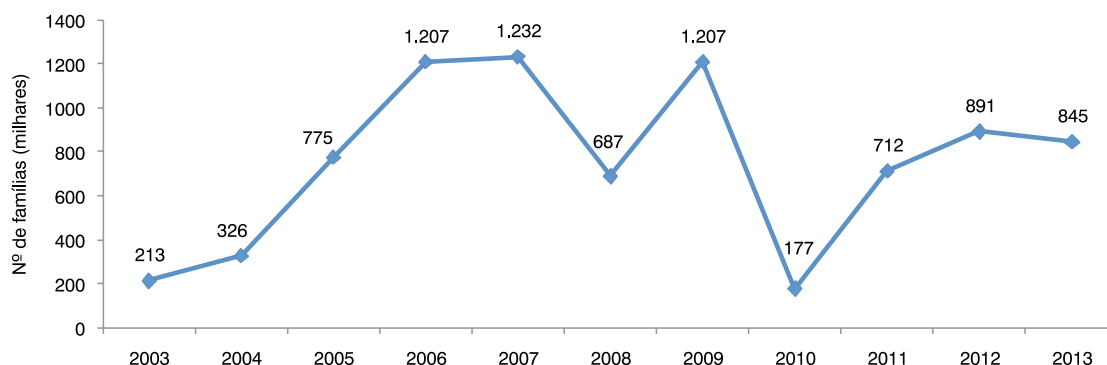
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A prestação de **serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**, de forma qualificada e continuada, é essencial para a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias da agricultura familiar. A evolução do número de agricultores atendidos e o investimento do Governo Federal nas iniciativas de ATER podem ser observados nos gráficos a seguir.

³ Dados disponibilizados no Portal do MDA. Endereço: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/anexos/Informacoes_do_MDAeINCRA_10jan2014_nacional.pdf

Recursos contratados ATER 2003-2012

Fonte: 2003-2008 CGPO (Coordenação de Planejamento e Orçamento) / 2009-2013 SIATER e DATER/SAF/MDA⁴
Elaboração: MDS

Famílias assistidas ATER 2003-2013

Fonte: 2003-2008 CGPO (Coordenação de Planejamento e Orçamento) / 2009-2013 SIATER e DATER/SAF/MDA⁴
Elaboração: MDS

Nota: Em 2010 foi aprovada a Lei 12.188 que instituiu mudança na forma de contratação dos serviços, antes executados por meio de convênios e contratos de repasse. A partir de 2010 a ATER do MDA e do INCRA passou a ser executada por meio de contratos administrativos. Essa mudança na forma de contratação alterou a forma de execução e a forma de acompanhamento das famílias mudou. Os contratos administrativos de ATER prevêem a execução de um conjunto de atividades para cada uma das DAPs/famílias atendidas, mudando a forma de contagem de beneficiários.

Em 2013, o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) lançaram chamadas públicas para contratação de serviços para mais de 315 mil famílias, totalizando R\$ 604 milhões, em diversos temas, conforme tabela a seguir.

⁴ Tabela disponibilizada no Portal do MDA. Endereço: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/anexos/Informacoes_do_MDAeINCRA_10jan2014_nacional.pdf

Segmento/Tema	Nº de famílias	Recursos (R\$)
Quilombolas	3.400	8.139.269,30
Mulheres	2.080	8.800.000,00
Brasil Sem Miséria	30.000	63.873.513,90
Indígenas	2.300	11.224.290,38
Agroecologia	55.460	87.554.306,60
Diversificação da cultura do Tabaco	11.600	17.141.245,04
Sustentabilidade - Leite	35.000	40.752.897,14
Sustentabilidade - Café	15.000	17.141.245,04
Sustentabilidade - SP	6.600	6.280.506,12
19 Chamadas INCRA	153.689	343.182.711,01
Total	315.129	604.089.984,53

Fonte: MDA

Elaboração: MDS

Em 2012, 2.022 agentes de ATER foram formados, um aumento de 70% em relação ao número de agentes formados em 2011. A partir de 2013, esse número deverá elevar-se ainda mais com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Com o objetivo de profissionalizar a gestão dos empreendimentos na gestão administrativa, na adequação de produtos para o mercado e na área de comercialização, foi lançado o **Projeto Mais Gestão** - Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para empreendimentos da Agricultura Familiar como uma das estratégias para o enfrentamento desses desafios. Atualmente são assistidas 414 cooperativas da agricultura familiar, que reúnem mais de 100 mil famílias, com investimentos na ordem de R\$ 53 milhões.

ACESSO A TERRA A TRABALHADORES RURAIS E DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS

Entre 2003 e 2012, **659.184 famílias foram assentadas**, número 22% superior ao número de famílias assentadas em todo o período de retomada da questão agrária a partir da redemocratização (1985-2002). **Do total de famílias assentadas desde 1985 (1.258.205), 47,6% foram assentadas até 2002 e 52,4% entre 2003 e 2012.** A tabela, a seguir, apresenta a distribuição das famílias por região.

Período 2003-2012	Quantidade de Famílias	%
BRASIL	659.184	100
NORTE	314.139	47,6
NORDESTE	199.654	30,2
SUDESTE	27.165	4,1
SUL	18.847	2,8
CENTRO-OESTE	99.379	15

Fonte: DT/Gab-Monitoria/INCRA - Sipra Web 31/01/2013 Elaboração: MDS

Observa-se que boa parte dos assentamentos se concentram nas regiões Norte e Nordeste. Os processos relacionados à regularização agrária têm passado por ajustes e requalificações. Recentemente, em 2013, com a publicação de Portarias pelo MDA, foi instituído um novo fluxo de projetos de assentamentos, no qual a seleção de famílias pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal passou a ser critério obrigatório, além da densidade da população em situação de pobreza extrema no meio rural.

Em outubro de 2013, foram publicados oito **decretos de desapropriação de terras** para reforma agrária em seis Estados: Bahia, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Outro dado importante diz respeito ao número de **mulheres assentadas**. Em 2012, **69%** do público da reforma agrária foi composto por mulheres. As Mulheres Chefe de Família representaram 22% do total.

Está em curso a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica envolvendo o INCRA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a CONAB, visando à ampliação dos **recursos destinados à agroindustrialização e às atividades pluriativas**. Este acordo prevê um aporte de **R\$ 300 milhões**, sendo R\$ 150 milhões do BNDES e R\$ 150 milhões do INCRA.

INFRAESTRUTURA PARA OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Dentro dos **Programas Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2)** as ações relativas à infraestrutura dos assentamentos da reforma agrária são prioritárias, com titularidade para as mulheres. Além da manutenção das outras modalidades de contratação que vinham sendo apoiadas, foi adotada uma nova diretriz para tais obras, que consiste em estabelecer parcerias entre as Superintendências Regionais do INCRA e as Prefeituras Municipais que estão sendo contempladas pelo MDA para receber equipamentos destinados à construção e reforma de estradas dentro da segunda fase do PAC-2.

No ano de 2012, foram **construídos ou recuperados 4.897 quilômetros de estradas**, atendendo 41.970 famílias. Em 2013, devem ser concluídas as obras em 23.119 quilômetros de estradas que atenderão a 165.773 famílias, ultrapassando a meta de 25 mil quilômetros a ser alcançada até 2015. De janeiro a dezembro de 2011, 62,7 mil famílias assentadas tiveram acesso às diversas modalidades do **Crédito Instalação**. Já em 2012, foram atendidas 47.275 mil famílias. No caso específico do **Crédito Apoio Mulher**, no período de 2009 a 2011, foram atendidas 13,9 mil mulheres. Em 2012, mais 5.436 contratos foram firmados. A aplicação da modalidade Apoio Mulher garantiu maior participação na produção de alimentos, geração de renda e fortalecimento da organização econômica das mulheres assentadas.

FOMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa de **Fomento às Atividades Produtivas Rurais**, lançado em 2011, é uma ação que visa a estimular a geração de trabalho e renda e a promover a segurança alimentar e nutricional de famílias que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza. É destinado às famílias de agricultores, silvicultores, aqüicultores e de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais.

Por meio de chamadas públicas, são selecionados técnicos vinculados a empresas públicas e a organizações não governamentais para elaborar um diagnóstico socioeconômico dos beneficiários, contribuindo na decisão dessas famílias sobre as atividades produtivas mais adequadas a cada unidade de produção familiar e orientando sobre técnicas de produção e manejo. Depois de finalizar o diagnóstico, os técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientam as famílias na elaboração de um projeto de estruturação produtiva.

Em dois anos de execução, foram contratados **serviços de ATER para beneficiar 260 mil famílias**. Desse total, cerca de **30 mil já receberam recursos do Fomento**, dentre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, etc.

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES RURAIS

As ações de **fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais**, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, também merecem destaque. Em 2012, por meio de Chamamento Público de Apoio a Organização Produtiva de Mulheres Rurais, 44 propostas nas modalidades Apoio a Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária foram aprovadas. Dessas, 14 propostas estão em análise e serão contratadas em 2013. Esses projetos estão distribuídos nas cinco regiões do país e visam atender **500 grupos produtivos**.

Considerando também o papel do Governo Federal em desenvolver ações estratégicas para reverter a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres e suas organizações produtivas, valorizando e fortalecendo a integração do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais com os programas de compras institucionais, publicou-se, em agosto de 2011, a **Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA**, que fomenta o acesso de mulheres ao Programa. Entre os anos de 2011 e 2012, o percentual de mulheres participantes do PAA foi ampliado de 23% para 29% do total de produtores fornecedores. Contribuindo para este objetivo, entre 2004 e 2013, 125 contratos de **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres** foram celebrados, atendendo mais de 57 mil mulheres.

Ano	Nº de Projetos	Nº de mulheres
2004	10	6.600
2005	4	2.283
2006	22	11.189
2007	8	3.711

2008	22	15.269
2009	14	8.993
2010	26	4.300
2011	4	960
2012	3	1.040
2013 (*)	12	2.880
Total	125	57.225

Fonte: MDA

Elaboração: MDS

AGROECOLOGIA, PRODUÇÃO ORGÂNICA, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE

Como demonstração do protagonismo do tema Agroecologia e Produção Orgânica, o governo federal lançou, por meio do Decreto nº 7.794, de agosto de 2012, a **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)**, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Em novembro de 2013, por meio da Portaria Interministerial nº 54, foi instituído o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico (PLANAPO), instrumento de execução da Política.

A valorização da biodiversidade e da produção orgânica e agroecológica de alimentos é também frente de atuação dos dois principais mecanismos de aquisição pública de produtos oriundos da agricultura familiar: o **PAA** e o **PNAE**. Em ambos, os produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos são público prioritário, admitindo-se a aquisição desses produtos com acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais.

Recentemente, o limite de participação por agricultor familiar participante do PAA, nas aquisições realizadas por meio de organizações, passou de R\$ 6.500,00 para R\$ 8.000,00 para quem fornece produtos orgânicos, agroecológicos ou oriundos da sociobiodiversidade.

Em 2012, 146 tipos de produtos orgânicos foram adquiridos no âmbito do PAA, totalizando 4.200 toneladas de alimentos adquiridas de 109 agricultores familiares (execução via estados e municípios) e 121 organizações da agricultura familiar (execução via CONAB).

O MDA também ampliou o volume de recursos para o setor e estruturou uma chamada pública para contratação de serviços de **Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos**. Essa chamada contará com recursos na ordem de **R\$ 258 milhões** para atender aproximadamente 55 mil famílias durante 3 anos consecutivos. Nessa modalidade, pelo menos 50% do público beneficiário será composto por mulheres.

O MDA disponibilizou para a safra 2012/13 **R\$ 500 milhões para crédito de investimento e custo** para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas, recurso suficiente para atender todas as unidades produtivas agroecológicas e orgânicas da agricultura familiar.

Com relação à **regulamentação da produção orgânica**, destaca-se a existência de 11.700 Unidades de Produção Orgânica sob controle oficial pelos três mecanismos de controle regulamentados. Há 12 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados, sendo 8 certificadoras por auditoria e 4 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC/SPG. Há ainda um total de 84 Organizações de Controle Social cadastradas no MAPA atuando em venda direta ao consumidor.

Em 2012, 3.652 técnicos e produtores foram capacitados em produção orgânica, com destaque para os seguintes temas: adubação verde, bancos comunitários de sementes e mecanismos de garantia da qualidade orgânica. No ano de 2013, por meio do **PRONATEC Campo**, foram pactuadas 3.814 vagas em cursos relacionados à produção agroecológica.

Além disso, o Decreto nº 6.913/2009 determina a necessidade de se estabelecer especificações e garantias mínimas dos **produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica**, as chamadas especificações de referência, que devem ser publicadas em fase anterior ao registro. Até agosto de 2013, foram publicadas 15 especificações de referência e registrados 20 produtos comerciais, propiciando uma alternativa ao uso de agrotóxicos, ao disponibilizar produtos fitossanitários apropriados à produção orgânica e de base agroecológica de menor impacto.

A **proteção de cultivares** favorece a competição pelo lançamento de variedades que beneficiem os agricultores e atendam às necessidades dos consumidores. Em 2011 existiam 1.658 cultivares protegidas e em 2012/2013 esse número foi ampliado para 2.069.

Por sua vez, os **Bancos Comunitários de Sementes** promovem a segurança e a soberania alimentar, estimulam a organização dos agricultores e valorizam os produtos da sociobiodiversidade. Atualmente, há 363 Bancos Comunitários apoiados, distribuídos em 148 municípios de 15 Unidades da Federação. Em relação às estratégias de **conservação e uso sustentável da biodiversidade**, destaca-se o amplo processo de articulação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com vistas a implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em Unidades de Conservação. Essa estratégia pode ser decisiva para a integração dos esforços de conservação da biodiversidade e dos recursos genéticos.

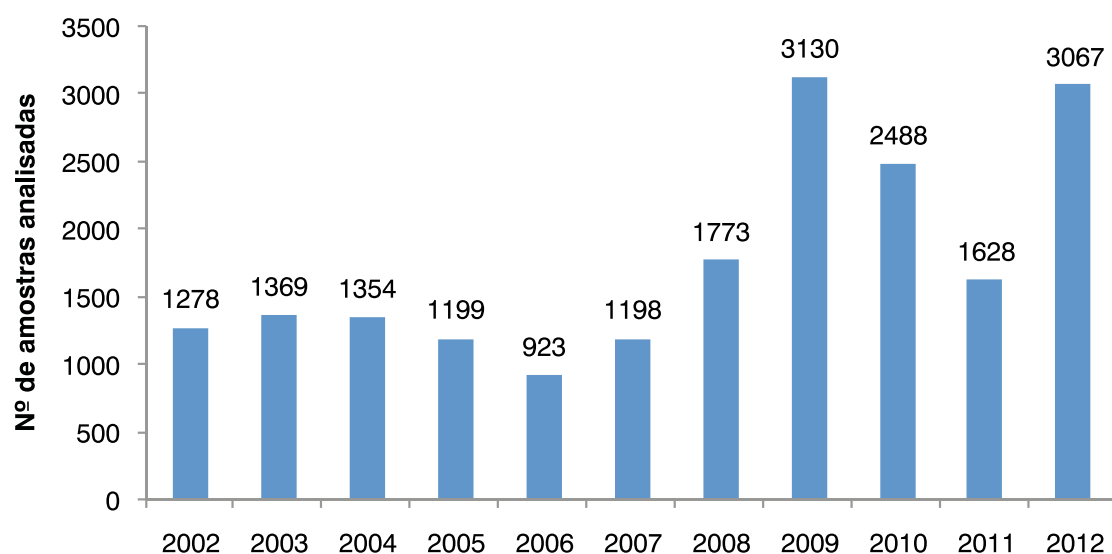
O MMA já empreendeu também uma série de ações voltadas à **proteção dos parentes silvestres** das culturas de algodão, amendoim, arroz, abóboras, mandioca, milho e pupunha e variedades crioulas de outras culturas. Os parentes silvestres de plantas cultivadas representam um patrimônio de extrema relevância para o Brasil e para toda a humanidade, na medida em que desenvolveram ao longo de sua existência condições para sobreviver a condições extremas, como secas, inundações, calor e frio, e ainda adquiriram resistências a pragas e doenças que causam tantos danos às culturas afins.

Em 2012, 5 **Projetos de Uso e Conservação da Biodiversidade** foram apoiados, dos quais 3 direcionados a iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres (pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral) e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE GESTÃO, CONTROLE E EDUCAÇÃO VOLTADOS PARA O USO DE AGROTÓXICOS, ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E DEMAIS INSUMOS AGRÍCOLAS

O **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**, criado em 2001, busca avaliar a qualidade e a segurança dos alimentos consumidos pela população quanto ao nível de resíduos de agrotóxicos. No período de 2002 a 2012, foram analisadas 19.407 amostras pelo Programa.

Evolução do quantitativo de amostras analisadas pelo PARA 2002-2012



Fonte: ANVISA – Relatório de Atividades de 2011 e 2012 do PARA

Elaboração: MDS

Considera-se prioritária a ampliação do número de amostras monitoradas por cultura anualmente, o que leva ao aumento do número de amostras por UF, além de inferir maior significância estatística aos resultados. Nesse sentido, a partir de 2011 optou-se por adotar um plano amostral que mantém a coleta anual de culturas com o maior consumo médio per capita e que permite alternar a coleta de culturas menos consumidas, garantindo que estas sejam monitoradas ao menos uma vez no período de três anos. Com isso, espera-se monitorar a cada triênio os principais alimentos de origem vegetal consumidos pelos brasileiros.

Não obstante, um aumento de 25% no número de alimentos monitorados está pactuado como indicador de meta prioritária do PLANSAN e do Plano Nacional de Saúde (PNS), para o período de 2012 a 2015. O aumento tem como ponto de partida as 20 culturas monitoradas pelo PARA até o ano de 2010, quais sejam: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e uva. Com vistas ao cumprimento da meta descrita e em consonância com o objetivo de ampliar o número anual de amostras por culturas, no período de 2012 a 2015 está planejado o monitoramento de 25 culturas agrícolas. Ressalta-se que foram monitoradas duas novas culturas em 2012 - abobrinha e milho (fubá) – e outras duas em 2013 – trigo (farinha) e goiaba.

Com relação aos resultados das amostras monitoradas em 2012, observou-se que 71% dos resultados foram considerados satisfatórios quanto aos ingredientes ativos pesquisados, sendo que em 35% não foram detectados resíduos e em 36% foram detectados resíduos com concentrações iguais ou inferiores ao Limite Máximo de Resíduo (LMR). Por outro lado, 29% dos resultados foram considerados insatisfatórios por apresentarem resíduos de produtos não autorizados ou autorizados, mas em concentrações acima do LMR. Importante ressaltar que foram liberados apenas 54% dos resultados de 2012, o equivalente a 1.665 amostras.

Também está prevista como meta do PLANSAN aumentar o número de fiscalizações de atividades sobre **Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)**. O total de fiscalizações realizadas em 2012 foi da ordem de 1.300.

ABORDAGEM TERRITORIAL PARA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O planejamento territorial constitui uma abordagem inovadora do ponto de vista gerencial no setor público e promove a articulação intersetorial, procurando resolver dado problema com menor custo e sob o enfoque das diversas perspectivas que nele impactam.

As políticas voltadas ao desenvolvimento rural com enfoque territorial tem por objetivo propiciar a participação social dos atores locais no processo de proposição, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas, a fim de fortalecer a gestão democrática-participativa e as distintas instituições existentes nos territórios apoiados.

Em 2013, foram incluídos na Matriz de Ações do **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)** 74 novos Territórios Rurais. Esta ação representa um incremento de 45% na abrangência das políticas do PRONAT que passa a atender 3.568 municípios organizados em 239 territórios, sendo 120 Territórios da Cidadania e 119 Territórios Rurais de Identidade.

Em 2012, os 120 territórios da cidadania receberam **1.605 projetos de infraestrutura e serviços**, os quais contemplam ações nas áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídrica, centros de formação e infraestrutura social. Em 2013, a **Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania** que consolida as ofertas previstas no planejamento do governo federal para os 120 territórios, está composta por 71 ações ofertadas por 14 órgãos, organizadas em três eixos: Apoio às Atividades Produtivas, Acesso a Direitos e Cidadania e Infraestrutura - totalizando recursos da ordem de R\$ 7 bilhões.

Visando promover a inclusão produtiva das mulheres rurais e o acesso delas às políticas públicas, o **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)** emite de forma gratuita documentos básicos, civis e trabalhistas. Desde sua criação, em 2004, até 2013, o PNDTR já beneficiou 1.191.473 mulheres, realizou 5.323 mutirões e emitiu 2.380.328 documentos. O programa está integrado ao Programa Brasil Sem Miséria e atua nos territórios da cidadania.

Os empreendimentos econômicos solidários são outra linha de desenvolvimento para os territórios. Foram selecionados 12 projetos por meio de chamamento público em 2012. Nos projetos, estão

previstas ações de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Foram executados **900 empreendimentos econômicos solidários**.

PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR

Destaca-se, no biênio 2012-2013, o atendimento de 18.691 famílias com a implantação e adequação de **infraestruturas aquícolas**, mais especificamente, com tanques escavados, desagregadas da seguinte forma: 876 no Sudeste, 10.973 no Sul, 3.550 no Norte, 1.055 no Nordeste e 2.237 no Centro-Oeste. No período referido, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) abriu licitações para seleção de beneficiários aos parques aquícolas identificados. Foram totalizadas 93.136 toneladas de pescado por ano, de uma área de 467,68 hectares, o que equivale a 952 unidades de produção, resultando em 1.201 empregos diretos. Os reservatórios atendidos com a implantação dos parques aquícolas foram: Cana Brava e Serra da Mesa em Goiás, Ilha Solteira em Mato Grosso do Sul, Lajeado em Tocantins, Manso em Mato Grosso e litoral de Santa Catarina.

Já sobre o beneficiamento, pode-se enfatizar a implantação de 8 **Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBP)** nos seguintes municípios: Três Fronteiras (SP), Iracema (RR), Pinhalão (PR), Anhembi (SP), Cássia (MG), Dois Irmãos do Buriti (MS), Dourados (MS) e Rolim de Moura (RO). Também foram celebrados convênios para a implantação de infraestruturas para UBPs em Imperatriz (MA), Pedra Grande (RN), Teodoro Sampaio (SP), Abelardo Luz (SC), Luis Eduardo Magalhães (BA) e Rolim de Moura (RO).

Houve também entrega de infraestruturas de recepção de embarcações. Foram implantados 5 (cinco) **Terminais Pesqueiros Públicos (TPP)**, localizados em Belém (PA), Natal (RN), Aracaju (SE), Salvador (BA), e Ilhéus (BA).

A **capacitação de técnicos das instituições públicas de ATER/ATEPA** mostra-se como estratégia relevante na perspectiva de ampliação dos conhecimentos técnicos disponíveis ao público do MPA, uma vez que resulta de articulação com governos estaduais e municipais, que recebem recursos para a qualificação dos profissionais disponíveis em seus quadros e, em troca, garantem o atendimento de demandas na área da pesca e aquicultura. No ano de 2013, as ações de ATEPA foram priorizadas nas regiões Norte e Nordeste, por meio de três Chamadas Públicas de ATER, parceria entre MPA e MDA, para atender 25.600 famílias, além das que já são atendidas pelos projetos em execução, destacados abaixo.

Por meio de parcerias com instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA), em 2012 foram capacitados 210 extensionistas de 08 Unidades da Federação (Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Rondônia, Distrito Federal, Ceará, Piauí e Mato Grosso do Sul), atendendo quase 10 mil famílias de pescadores artesanais e aquicultores familiares. Também receberam capacitação aproximadamente 8.000 trabalhadores da pesca e aquicultura. de parcerias com instituições públicas de ATER ou ATEPA, em 2012 foram capacitados 210 extensionistas de 08 UF (Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Rondônia, Distrito Federal, Ceará, Piauí e Mato Grosso do Sul), atendendo quase 10 mil famílias de pescadores artesanais e aquicultores familiares. Também receberam capacitação aproximadamente 8.000 trabalhadores da pesca e aquicultura.



DIRETRIZ 3

INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

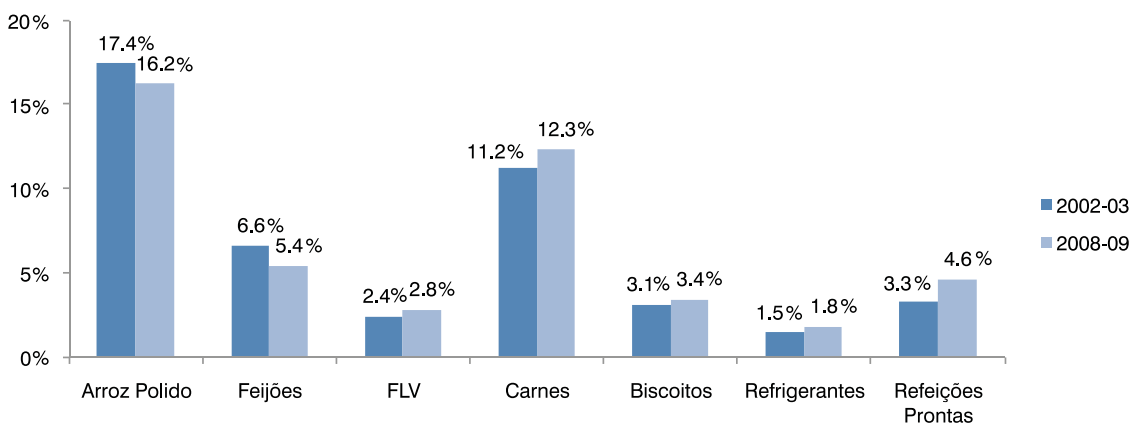


INDICADORES

Os dados comparativos das duas POFs (2002/03 e 2008/09) sobre disponibilidade domiciliar de alimentos são indicativos dos padrões de consumo alimentar da população brasileira, que combina uma dieta tradicional, baseada no arroz e feijão, com alimentos com baixo teor de nutrientes e alto conteúdo calórico. Observa-se ainda o crescente consumo de produtos ricos em açúcares (sucos, refrigerantes e refrescos) e gordura (produtos ultra processados) aliado ao baixo consumo de frutas e hortaliças, muito aquém do recomendado pela OMS e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.

Ainda sobre o consumo de frutas, legumes e verduras é possível observar no gráfico abaixo que entre 2002-03 a 2008-09 houve aumento da participação desses alimentos no total de calorias da aquisição alimentar, porém, ao comparar esse aumento com o de refeições prontas, observa-se que esse valor é proporcionalmente menor.

Participação relativa de alimentos e grupos de alimentos no total de calorias de aquisição alimentar domiciliar 2002-03/2008-09

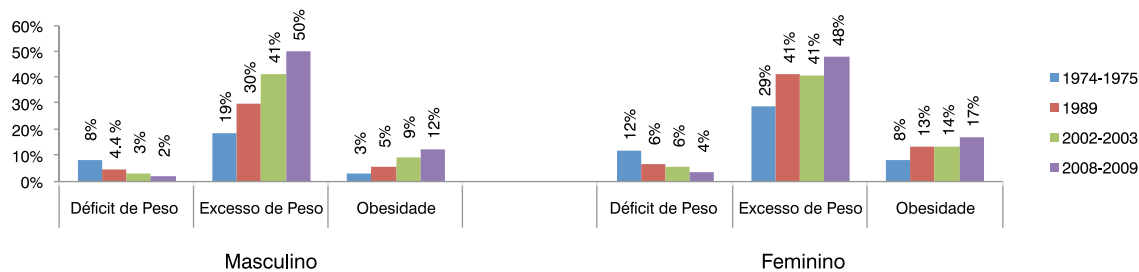


Fonte: IBGE, 2008-09.

O consumo elevado de alimentos marcadores de uma alimentação não saudável reflete na prevalência de inadequação de ingestão de alguns nutrientes como sódio, gordura saturada e açúcares livres. O MS recomenda que o teor de sódio não ultrapasse 2300 mg/dia. Entretanto, a média de consumo no Brasil é de 3200 mg/dia, sendo que a ingestão elevada desse nutriente está associada ao consumo de pizza, carnes processadas, salgadinhos industrializados, biscoito recheado e refrigerante.

O padrão de consumo da população brasileira reflete no seu estado nutricional. Como pode ser observado no gráfico a seguir, nos 34 anos decorridos de 1974-1975 a 2008-2009, houve aumento da prevalência do excesso de peso de quase três vezes para os homens (de 18,5% para 50,1%) e de quase duas vezes para as mulheres (de 28,7% para 48,0%). Sobre a prevalência da obesidade esses resultados são ainda maiores, sendo que para os homens (de 2,8% para 12,4%) aumenta em quase quatro vezes e para mulheres mais de duas vezes (de 8,0% para 16,9%).

Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo Brasil - períodos 1974-1975, 1989 e 2002-2003 e 2008-2009

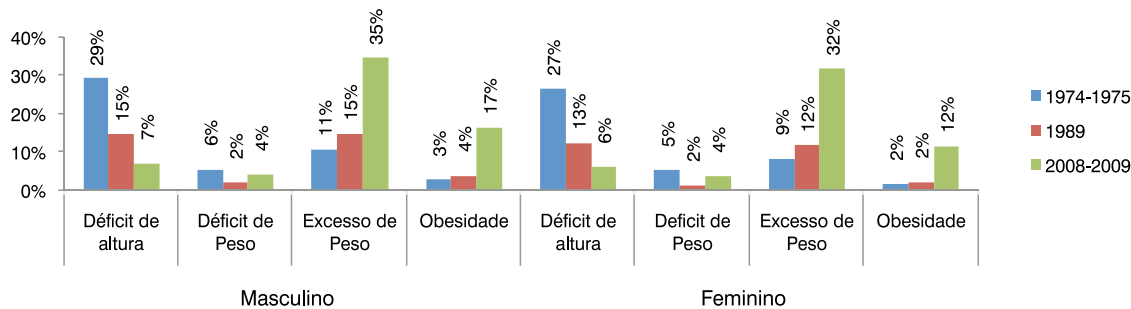


Fonte: IBGE, POF 2008-09, Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil.

Na população mais jovem esses dados não são diferentes, assim como pode ser observado nos gráficos abaixo. Na faixa etária de 5 a 9 anos a prevalência do excesso de peso aumenta em praticamente três vezes tanto para meninos (de 10,9% para 34,8%) quanto para meninas (de 8,5% para 32,0%).

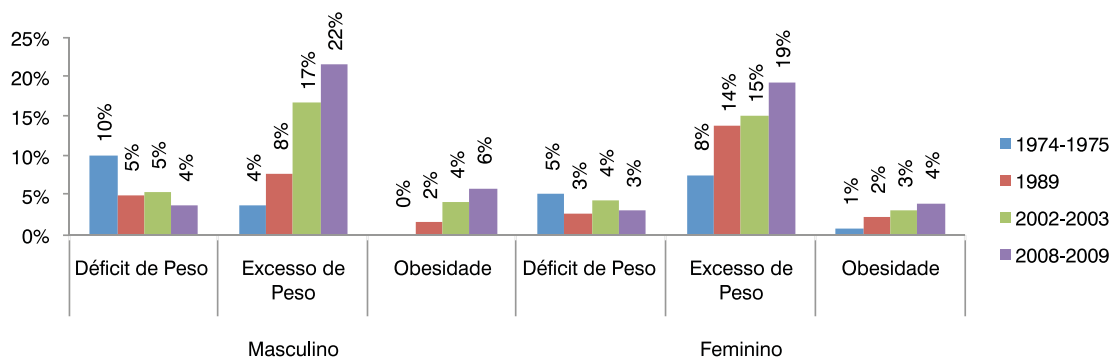
Para a obesidade, o aumento chega a ser de quase 10 vezes no caso das meninas (de 1,8% para 11,8%) e de mais de seis vezes para os meninos (de 2,9% para 16,6%). Já nos adolescentes a prevalência de excesso de peso também aumenta continuamente ao longo dos quatro inquéritos. Nos 34 anos decorridos de 1974-1975 a 2008-2009, a prevalência de excesso de peso aumenta em seis vezes no sexo masculino (de 3,7% para 21,7%) e em quase três vezes no sexo feminino (7,6% para 19,4%).

Evolução de indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, por sexo - Brasil - períodos 1974-1975, 1989 e 2008-2009



Fonte: IBGE, POF 2008-09, Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil.

Evolução de indicadores antropométricos na população de 10 a 19 anos de idade, por sexo - Brasil - períodos 1974-1975, 1989 e 2008-2009



Fonte: IBGE, POF 2008-09, Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil.

A partir dos dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), considerando-se o período entre 2008 e 2012, verificou-se que o excesso de peso mantém uma tendência de crescimento anual médio na faixa de 1,47% na população brasileira, enquanto que a obesidade chega ao patamar de 0,87% ao ano.

AÇÕES RELACIONADAS À INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) vem se consolidando como uma das principais estratégias para a promoção da alimentação adequada e saudável nas diretrizes da PNSAN. Entre seus resultados potenciais identificam-se a contribuição na prevenção e controle das Doenças Crônicas não-Transmissíveis (DCNT) e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução de desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável.

Em 2012, MDS coordenou a elaboração do *Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutrição para as Políticas Públicas* de forma intersetorial e com participação da sociedade civil, em articulação com o MS, MEC, Associação Brasileira de Nutrição, CONSEA, Conselho Federal de Nutrição e o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB). Sua elaboração foi, portanto, fruto de um processo amplo de debates e reflexões sobre os conceitos e práticas de EAN.

O *Marco de EAN* tem o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação, principalmente, da ação pública e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Pretende apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangência, possam alcançar o máximo de resultados possíveis.

Em relação à inserção da promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social, destaca-se uma ação desenvolvida pelo MDS,

por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do MDS na elaboração dos ***Cadernos de Educação Alimentar para os serviços socioassistenciais***, com o objetivo de subsidiar as atividades realizadas nos serviços socioassistenciais do SUAS que envolvem o tema alimentação e nutrição.

Outra ação é a revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira realizada pelo MS. Desde agosto de 2010, a Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do MS em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS/USP), com apoio da Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) do Brasil está em processo de revisão do conteúdo do ***Guia Alimentar para a População Brasileira***. O Guia Alimentar é um instrumento estratégico de educação alimentar e nutricional e contribui para implantação da diretriz de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. O novo Guia é destinado a indivíduos e suas famílias e tem como objetivo maximizar a saúde por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais em alimentação e nutrição, propiciando o diálogo entre população e profissionais de saúde. O material está em fase final de elaboração e a próxima etapa da revisão é a realização de uma ampla consulta pública, prevista para início de 2014. Também com o intuito de revalorizar o consumo dos alimentos regionais, preparações tradicionais e promover o aumento da disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis à população o MS está revisando o material intitulado Alimentos Regionais Brasileiros.

Outra frente de atuação é a parceria da SESAN com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do MDS para a realização de **ações estratégicas de EAN no âmbito do PBF**. Uma das ações é a realização de um curso à distância em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com o objetivo de potencializar a oferta dos serviços públicos às pessoas atendidas pelo PBF ao estimular o trabalho intersetorial das equipes de trabalho, por meio do aprimoramento das práticas de educação alimentares e educacionais. O curso é dedicado aos profissionais que atuam no programa nos setores da assistência social, saúde e educação – que irão formar equipes municipais ou estaduais. O curso tem uma proposta inovadora. Ao final dele, cada equipe deverá apresentar uma proposta prática de ação de EAN para o seu respectivo território.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR E FORTALECIMENTO DA GESTÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

No que se refere a definir estratégias de educação alimentar e nutricional nas escolas de educação básica, em junho de 2013 o FNDE publicou a Resolução nº 26, onde foram aprimoradas as ações de EAN nas escolas. Além disso, foram aprimoradas restrições quanto à oferta de gêneros alimentícios que contribuem para evitar o excesso de peso e as recomendações para o consumo de mais frutas e hortaliças, assim como a adequação dos cardápios às necessidades nutricionais específicas dos escolares foram mantidas.

Uma das principais ações de fortalecimento do consumo alimentar adequado e saudável ocorre por meio de ações formativas. Nesse sentido, é importante ressaltar o apoio que o FNDE recebe dos CECANE.

Esses Centros prestam suporte técnico ao FNDE, auxiliando em ações de formação, pesquisa e extensão, de maneira a consolidar a política de segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.

Atualmente, o FNDE possui parcerias com 7 CECANEs e 2 unidades acadêmicas. Para ampliar o desenvolvimento dessas ações, o FNDE, publicou o edital de convocação 01/2013 - Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE), por meio do qual 22 novas IFES foram habilitadas.

Parte do resultado dessas parcerias apresentou-se **na formação 9.257 agentes e na capacitação de mais de 15 mil conselheiros da alimentação escolar**, entre os anos de 2012 e 2013.

Outro projeto importante para formação de práticas alimentares saudáveis ocorre por meio da parceria entre o FNDE e o Centro de Excelência em Turismo da UnB: o ***Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia***. O objetivo deste é promover ações educativas e curriculares, dinamizadas a partir do conhecimento sobre gastronomia, SAN e sustentabilidade ambiental, formando agentes multiplicadores com 64 horas de formação presencial e 40 horas de formação virtual. Em 2011 e 2012, o Projeto atendeu 175 municípios e formou 970 multiplicadores. Em 2013 e 2014, a expectativa é abranger 300 municípios, formando aproximadamente 1.000 agentes multiplicadores.

É importante destacar, ainda, as formações realizadas com as nutricionistas responsáveis técnicas pelo PNAE. Em 2013, 600 nutricionistas foram capacitadas em dois encontros regionais, nas Regiões Norte e Nordeste.

Um instrumento importante de integração e disseminação das ações de SAN desenvolvidas nas escolas públicas brasileiras ocorre por meio da ***Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar (REBRAE)***. A REBRAE é uma página virtual que tem o objetivo de servir de apoio ao PNAE, facilitando o acesso e o intercâmbio de informações sobre o programa junto aos estados, prefeituras, sociedade civil, poder judiciário e órgãos fiscalizadores, além de articular-se com outras redes, fóruns e associações nacionais e internacionais desta área. Além disso, essa rede atua como um meio de prestar de contas à sociedade apresentando as ações que têm sido realizadas para garantir o direito humano à alimentação adequada aos alunos da educação básica.

Sobre as ações de controle social é importante ressaltar, que em 2012, o FNDE inovou lançando dois novos sistemas de prestação de contas que possibilitam o acompanhamento da execução e do controle social do PNAE de forma mais dinâmica e transparente.

O Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC - Contas *Online*), é utilizado pelo gestor para o lançamento da execução do PNAE. O Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECOM), por sua vez, é utilizado pelos conselhos dos programas educacionais do FNDE. No caso do PNAE, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) consulta as informações lançadas no SIGPC e emite o parecer conclusivo sobre a prestação de contas.

Outra importante iniciativa para promoção da alimentação saudável nas escolas - o ***Programa Saúde na Escola***, ação intersetorial coordenada pelo MS e MEC será analisada na diretriz 5.

AÇÕES RELACIONADAS AO ESTÍMULO À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA A ATUAR COM OS COMPONENTES ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E CONSUMO SAUDÁVEL

Com objetivo de atender a necessidade de organizar uma rede virtual de apoio às ações de EAN no Brasil, o MDS desenvolveu, em parceria com o OPSAN/UnB, a *rede virtual Ideias na Mesa* (<http://www.ideiasnamesa.unb.br>). A rede se destina ao compartilhamento de experiências de EAN vivenciadas no Brasil e tem por objetivo o fortalecimento e valorização da EAN, bem como o estabelecimento de referenciais técnicos, conceituais e metodológicos.

Além desses recursos, a rede oferece a *Revista Ideias na Mesa*, uma publicação semestral, e o *boletim Ideias na Mesa* enviado mensalmente aos usuários. A segunda edição da Revista se dedicou ao problema da obesidade na perspectiva de considerar a sua multideterminação e discutir os possíveis caminhos que podem levar a sociedade, a controlá-lo e revertê-lo.

Outra ação de destaque é a realização de uma campanha de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras. Em março de 2012, a partir da solicitação feita pela Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) tanto para o MDS quanto para o MS, foi constituído um grupo de trabalho que teve por objetivo inicial realizar a Campanha de Incentivo ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras nas CEASAs. A Campanha foi lançada no dia 11 de dezembro de 2012. A CONAB, por meio do PROHORT, desenvolveu um link (<http://www.ceasa.gov.br/publicador/gesin/campanhaflv.php>) para a campanha no site da CONAB, com um mapa que possibilita acompanhar o seu andamento em cada entreposto.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No sentido de fomentar o desenvolvimento de projetos de intervenção na área de EAN, o MDS publicou, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Chamada CNPq/MDS-SESAN N ° 027/2012. A chamada tem por objeto o apoio a projetos que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação em EAN. A agenda é um dos desdobramentos da agenda pública em EAN proposta pelo *Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutrição para as Políticas Públicas*. Objetiva-se o acompanhamento da execução dos projetos de pesquisa para a criação de uma rede de pesquisadores que atuam em EAN, aproximando o diálogo entre a academia e gestão.

Em relação ao apoio a pesquisas na área de SAN, foi realizado, em 2012, o *Seminário de Pesquisa em SAN*, reunindo pesquisadores e gestores do tema de todo o País, com dois objetivos: definição de linhas prioritárias de pesquisa - elaboração de documento orientador e criação de uma rede nacional de pesquisa em SAN. Em 2013, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) realizou processo para contratação de 3 consultores que irão elaborar um levantamento dos grupos de pesquisa, pesquisadores em SAN e documentos básicos com vistas à consolidação desta rede de pesquisa.

Outra ação de contribuição para o desenvolvimento tecnológico é a inclusão social dos produtores familiares a partir da pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia. Atualmente a carteira de projetos da EMBRAPA para esta ação conta com 68 projetos desse tema, sendo que a meta inicial previa 65 projetos em execução (aumento de 4%). Os projetos da EMBRAPA com sementes visando o incremento produtivo de agricultores familiares envolvem atualmente em torno de 80.000 famílias de agricultores familiares.

Para apoio a implantação e manutenção de **Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica** para o biênio 2013/14 foi publicado o edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012, quando foram selecionados 22 projetos, totalizando 36 núcleos apoiados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A caracterização do valor nutricional de espécies nativas com vistas a diversificar a dieta do brasileiro é uma ação que se relaciona com o projeto de cooperação internacional “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano”, conhecido como “Biodiversity for Food and Nutrition” (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e com contrapartida do governo brasileiro.

O MMA vem desenvolvendo esforços para que o país consiga um inventário nacional das coleções de recursos genéticos mantidas nas condições *in situ*, *on farm* e *ex situ*, sendo que esse levantamento já foi realizado para a Região Centro-Oeste.

CULTURA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EM ESPECIAL O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH-PR), em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo ações de educação popular. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais que reuniram mais de 6.000 lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular. Além de terem sido implantados 3 comitês de educação em direitos humanos, sendo 2 estaduais (MS e PB) e 1 municipal (Fortaleza – CE).

DIRETRIZ 4

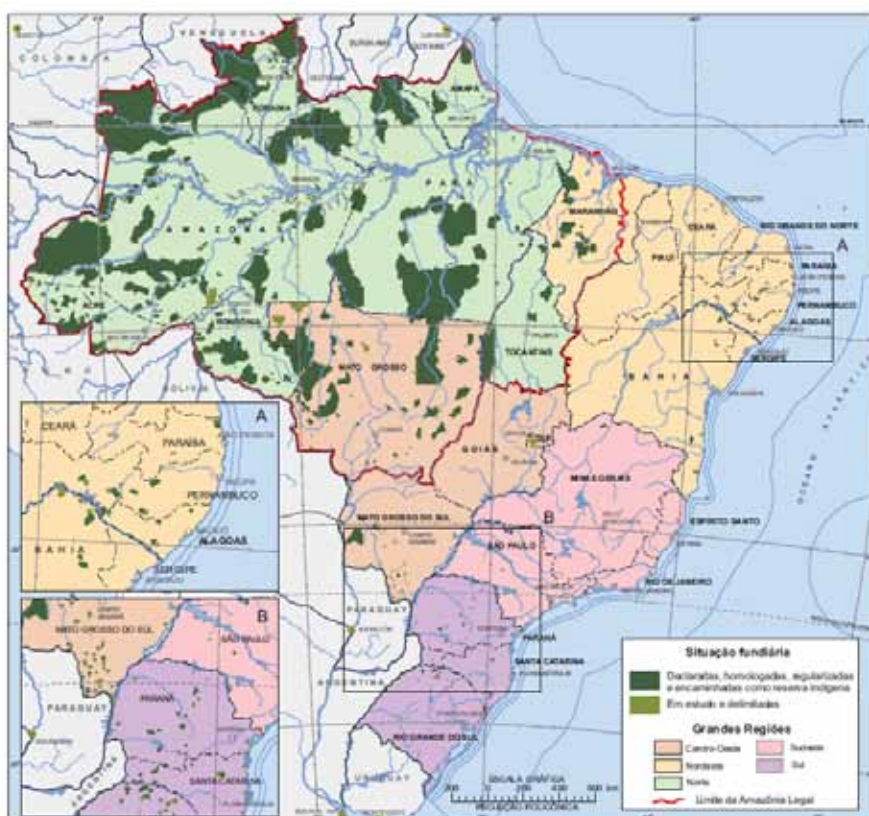
PROMOÇÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO
DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL VOLTADAS PARA POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS



INDICADORES

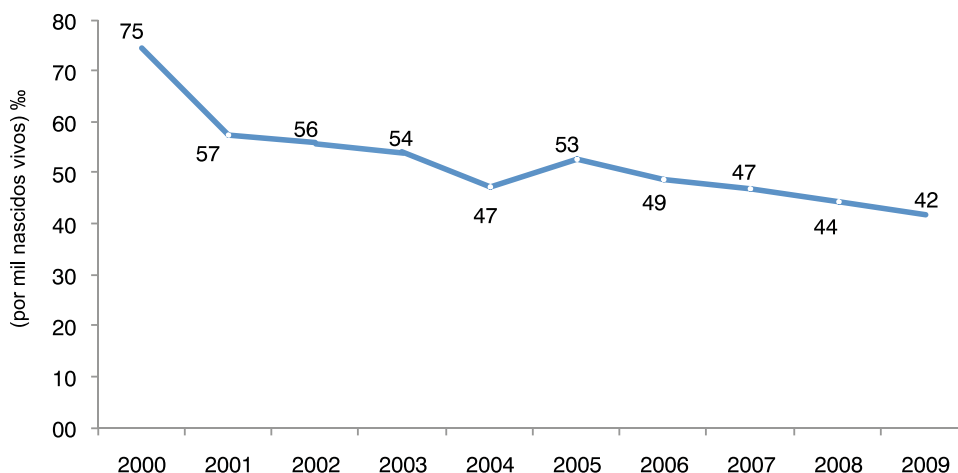
De acordo com os resultados do Censo 2010, a **população indígena residente no território nacional era 896,9 mil pessoas. Desses, 36,2% residiam na área urbana e 63,8% na rural.** Enquanto na área urbana a Região Sudeste teve o maior percentual de indígenas (80%), a Região Norte, com 342 mil indígenas (82%), foi a mais populosa em indígenas no País. Da população total, 57,7% vivem nas 687 terras indígenas, que abrangem 109,5 milhões de hectares. O Nordeste possui a maior parcela de indígenas residentes fora das terras indígenas, com 126 mil indígenas (33,4%).

Ainda, foram identificadas 505 terras indígenas. Essas terras representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares com significativa concentração na Amazônia Legal, onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do total). A terra com maior população indígena é a Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas. No momento do censo, o processo de demarcação encontrava-se ainda em curso para 182 terras. Contabilizando as terras em estudo e as delimitadas, as terras indígenas passam a 687, com superfície total de 108 629 852 ha.



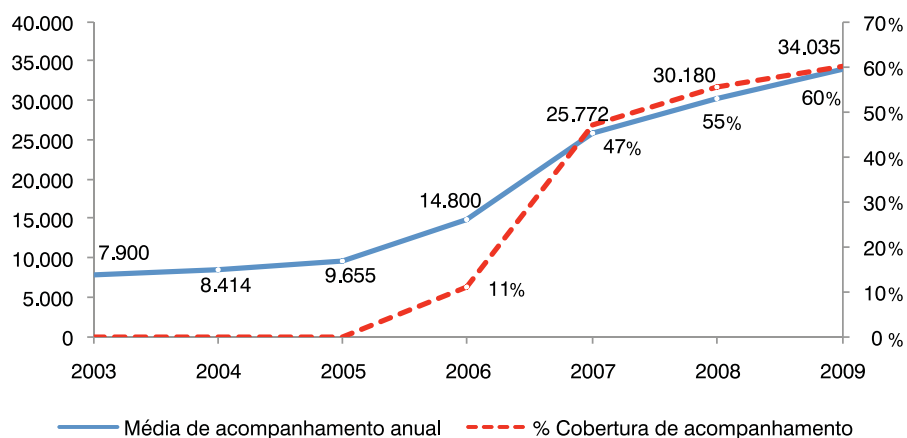
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

O Brasil foi um dos países que mais reduziu a taxa de mortalidade infantil nos últimos anos. Na população indígena houve uma significativa redução, mas continua em patamares ainda elevados se comparados com dados de crianças da população em geral. O gráfico a seguir aponta que **entre 2000 a 2009 houve uma redução de 56,1% na taxa de mortalidade infantil.**

Taxa de mortalidade infantil na população indígena, Brasil, 2000 a 2009.

Fonte: DESAI, FUNASA, MS, 2010

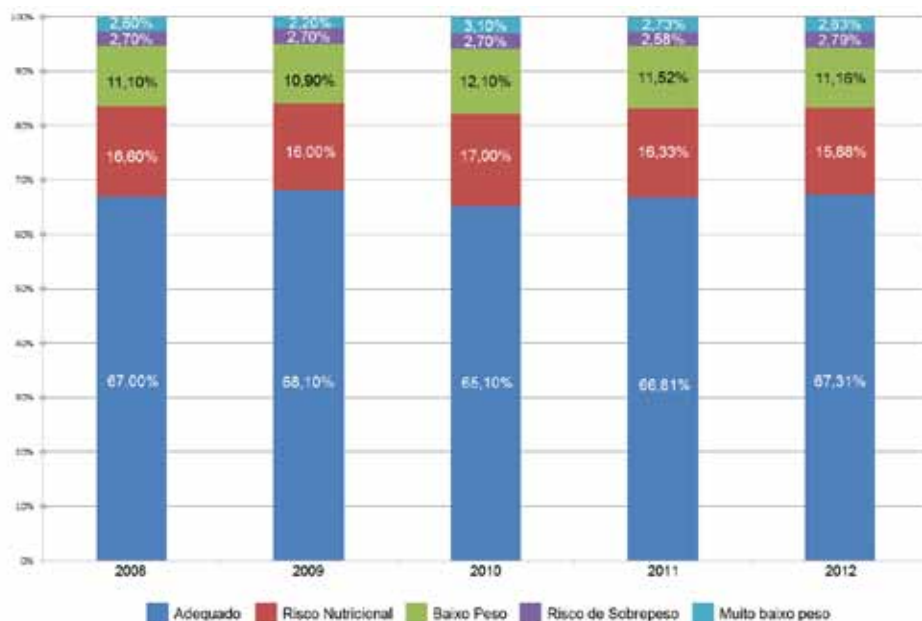
Os dados sobre a evolução da cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) Indígena e média de acompanhamento nutricional podem ser visualizados no gráfico abaixo. **Entre 2003 e 2009 houve um significativo aumento na cobertura do SISVAN, passando de 11%, em 2006, a 60,2% em 2009.**

Evolução do número (média anual) de acompanhamento do estado nutricional e da cobertura do monitoramento em crianças menores de 5 anos, por DSEI, período 2003 a 2009, Brasil.

Fonte: DESEI/DESAI/FUNASA, 2010

O gráfico a seguir representa a série histórica do estado nutricional de crianças menores de 5 anos avaliadas de 2008 a 2012.

Evolução do estado nutricional de crianças indígenas menores de 05 anos, Brasil, 2008 a 2012.



Fonte: SESAI/MS, 2013

Em 2013, houve um aumento dos casos de déficit de peso na faixa etária entre 06 meses a 02 anos, sugerindo falhas no processo do desmame e introdução da alimentação complementar.

No Plano Brasil Quilombola (PBQ), publicado em julho de 2012, **1.948 comunidades foram reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro**⁵. A estimativa⁶ dessa população é de 214 mil famílias em todo o Brasil correspondendo a, aproximadamente, 1,17 milhão de quilombolas. Do total de famílias estimadas, 98 mil famílias quilombolas estão cadastradas no CadÚnico⁷, sendo 78,6 mil (80,2%) do PBF

PRINCIPAIS AÇÕES

Ressalta-se alguns importantes avanços nos últimos dez anos na institucionalização das políticas voltadas para os povos e comunidades tradicionais, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da SDH-PR e a instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, da PNGATI, bem como a instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. No que se refere à participação social, foram criados o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e as Comissões Nacionais de Política Indigenista e de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

5 Essa quantidade é a soma das 1.834 comunidades certificadas acrescidas das 114 tituladas não certificadas.

6 Cálculo estimado a partir da média de famílias das comunidades certificadas (1.834), acrescida da previsão das comunidades em processo de certificação (377) e das famílias das comunidades tituladas que não são certificadas (114). A média de pessoas por família, 5,5, foi baseada na Chamada Nutricional Quilombola (2006).

7 Dados baseados nas informações disponíveis sobre as famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) em setembro de 2013.

GARANTIR E GESTÃO DAS TERRAS PELOS POVOS INDÍGENAS

A garantia do acesso a terra constitui elemento central da política indigenista do Estado Brasileiro. O processo de demarcação é o meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Busca-se, assim, resgatar uma dívida histórica com esse segmento da população brasileira e propiciar as condições fundamentais para as sobrevivências física e cultural dos indígenas.

Nos últimos anos, foram realizados estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e que fundamentam a delimitação de 31 Terras Indígenas, sendo 06 na Região Norte, 09 na Sul, 10 na Sudeste, 02 na Nordeste e 04 na Região Centro-Oeste. Em 2012, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) executou diversas ações relativas ao processo administrativo de regularização fundiária, conforme mostra o quadro a seguir.

Quantidade de Terras Indígenas em processo de regularização, por situação da terra, 2012.

Situação da Terra Indígena	Quantidade de Terras
Relatório Circunstanciado publicado	13
Levantamento fundiário/Avaliação de benfeitorias	08
Comissão de pagamento de benfeitorias de boa-fé	08
Portaria de restrição ao direito de ingresso	02
Processo encaminhado ao Ministério da Justiça – Portaria declaratória	07
Posse permanente	02
Decreto de Homologação da demarcação expedido	07
Aviventação de limites	30
Registro em Cartório e na Secretaria de Patrimônio da União	17
Retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos	47

Fonte: SIOP, 2013

Elaboração: MDS

Também foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio) de combate a ilícitos ambientais, até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS - PNGATI

Marco institucional relevante para a política indigenista do governo brasileiro, o **Decreto⁸ da PNGATI incorporou eixos temáticos e objetivos específicos que expressam propostas aprovadas em consultas regionais aos Povos Indígenas, entre 2009 e 2010.** A implementação da PNGATI é imprescindível para a promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas: sustentabilidade ambiental e etnodesenvolvimento, proteção e fiscalização das terras indígenas; participação, protagonismo e controle social indígenas; realização de consultas públicas sobre políticas e projetos de interesse dos povos indígenas, dentre outras.

A PNGATI busca compatibilizar políticas específicas de crédito, apoio técnico, formação de indígenas/opportunização de trabalhadores indígenas nas ações relativas ao uso sustentável da biodiversidade que tenham como foco a segurança e soberania alimentar e nutricional e a geração de renda.

Em 2013, o MMA, lançou o edital para apoiar a Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA) na Amazônia Legal disponibilizando R\$ 4 milhões. Foram recebidos 33 projetos, demandando mais de R\$ 9 milhões. Em 2012, foram elaborados 2 PGTA e iniciada a elaboração de mais 10 PGTA que serão concluídos até 2015. Há previsão de início de outros 10 PGTA na Amazônia brasileira; seis no Sul/Sudeste e oito no cerrado/caatinga em 2013, com previsão de conclusão até 2015.

Outros **avanços relevantes** para os povos indígenas merecem ser destacados: a edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012, que disciplinam o **componente indígena no licenciamento; a implementação do Projeto Gestão Ambiental das Terras Indígenas (GATI); a criação da Declaração de Aptidão Indígena ao PRONAF(DAP I) - Portaria MDA nº. 94, de 27/11/2012, e publicação da chamada pública de ATER para 3 mil famílias indígenas, no âmbito do BSM,** (fruto de Iniciativas conjuntas da FUNAI, MDA e MDS, que visam à qualificação e ampliação do acesso indígena às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

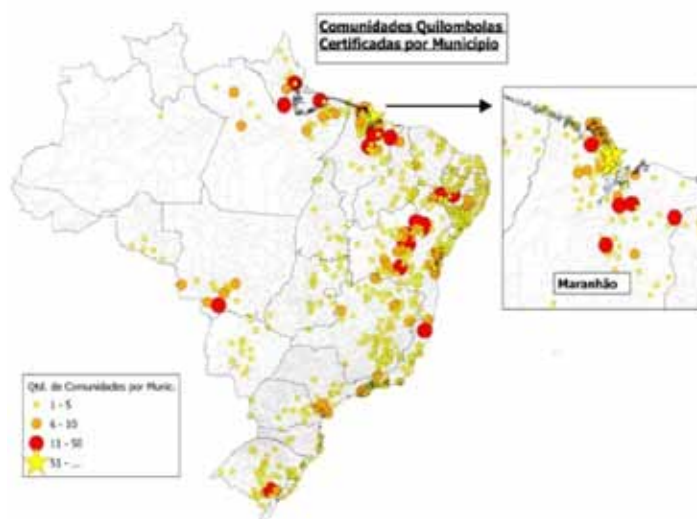
A regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desinversão e titulação dos territórios quilombolas é um procedimento intrinsecamente complexo e o governo reconhece como um grande desafio. Dentre os avanços, destaca-se, inicialmente, a própria mudança do marco legal em 2003, com a entrada em vigor do Decreto nº 4887/2003, o qual apresenta novos parâmetros para a autodeterminação, para a territorialidade e para assegurar a posse efetiva dos territórios quilombolas.

A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito a terra. **Até dezembro de 2012, 2.040 comunidades foram certificadas pela Fundação Palmares e 207 comunidades tituladas pelo INCRA, com área total de 995,1 mil hectares, alcançando 12.906 famílias.** Em 2012, foram publicados 53 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios Quilombolas onde residem 6.080 famílias.

8 Decreto nº 7.744 de junho de 2012

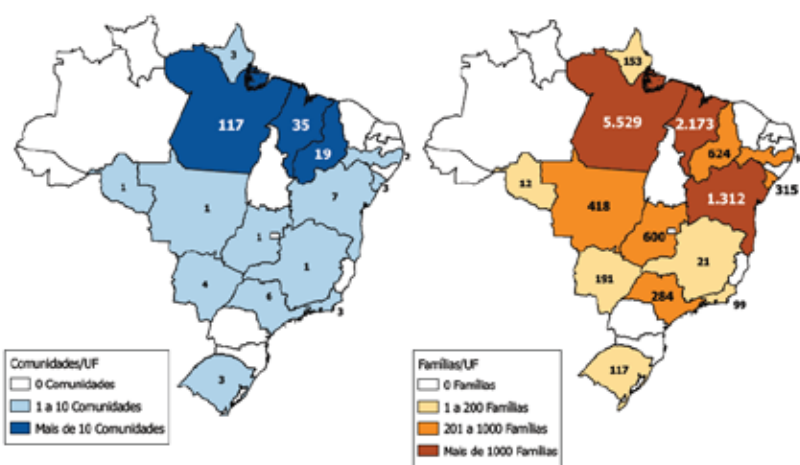
Quanto à elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), no ano de 2012, foram publicados 11 RTIDs e houve a contratação de uma quantidade significativa de relatórios antropológicos (70), peças-chave para a elaboração do RTID. Até hoje são 156 comunidades com RTID publicados. Merece destaque a decretação de interesse social de mais 11 territórios quilombolas, que serão desintrusados nos próximos anos.

Nos cartogramas abaixo, apresenta-se a distribuição das comunidades quilombolas certificadas no território nacional e a localização das famílias e comunidades tituladas.



Fonte: SEPPIR, 2012

Comunidades e Famílias em Terras Tituladas



Fonte: SEPPIR, 2012

Está em curso a elaboração de portaria conjunta entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o INCRA para qualificar os processos quilombolas em terras públicas da União, pois necessita-se de um fluxo mais simplificado para titulação de terras quilombolas, inclusive dife-

renciando os procedimentos para terras públicas e privadas. A resposta à regularização em terras públicas estaduais está em curso e entende-se que precisa ser ampliada, por meio de maior atuação dos Institutos de Terras Estaduais.

Em linhas gerais, os dados do INCRA demonstram que **existem 1.264 comunidades com processos abertos para regularização de seus territórios; 157 comunidades com relatórios técnicos de identificação, delimitação e demarcação elaborados e publicados; 73 comunidades com portaria de reconhecimento; 53 territórios quilombolas decretados como de interesse social; 139 títulos, abrangendo 207 comunidades.**

AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIOTERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS EM ÁREAS DA UNIÃO NA AMAZÔNIA

Desde 2005, a SPU/MP desenvolve o Programa Nossa Várzea: Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia Brasileira que garante às famílias e comunidades ribeirinhas agroextrativistas o reconhecimento de sua posse tradicional e o papel de agentes promotores da preservação ambiental e do desenvolvimento local. Mediante a entrega do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de áreas da União – etapa inicial do procedimento de regularização fundiária - promove-se o reconhecimento da posse e da cidadania dos ribeirinhos que vivem em rios, ilhas, igarapés, paranás e furos na Amazônia.

A regularização fundiária das comunidades tradicionais é uma prioridade do Estado Brasileiro, sobretudo na Amazônia Legal onde a proteção ao patrimônio cultural está aliada ao combate ao desmatamento e atividades predatórias do meio ambiente. **Até 2012, foram destinadas 2.694 áreas na Amazônia Legal, totalizando 167.036 hectares.** Atualmente, o Programa está empreendendo esforços no sentido de organização da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (SERFAL) do INCRA e de seus 11 escritórios regionais nos nove estados da Amazônia Legal.

Até 2013, 46.513 famílias ribeirinhas agroextrativistas que vivem, trabalham e preservam as áreas fluviais da União na Amazônia, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais, foram atendidas com a outorga dos TAUS pela SPU/MP. Foram contempladas 1.327 famílias no Acre, 4.300 no Amazonas, 677 no Amapá, 1.400 no Maranhão, 38.752 no Pará, 19 em Roraima e 39 no Tocantins.

Em respeito às características ambientais e culturais locais, da ocupação e tipologia das áreas da União que estão sobre a influência do ciclo das águas, o Programa Nossa Várzea, que foi iniciado em 2005 no Pará e desde 2009 também está sendo implementado nos estados do Amazonas e Amapá, foi adaptado para outras regiões. Assim, desde 2009, o programa também foi levado ao estado do Acre onde é intitulado “Programa Nossa Floresta”, ao Maranhão “Programa Nossa Baixada”. Em 2011 iniciou-se em Roraima o “Programa Das Águas de Makunaima” e em 2013 no Mato Grosso o “Programa Nosso Pantanal”.

Do universo total de famílias contempladas, 23.178 mil famílias ribeirinhas agroextrativistas se concentram nos municípios do Arquipélago do Marajó (PA), 545 na região do Rio Xingu (PA) e 1.725 no Sul do Amazonas – todos territórios prioritários para as ações de ordenamento territorial e fundiário do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

SAN E ETNODESENVOLVIMENTO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Para garantir o uso sustentável das espécies extrativistas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, **foram identificadas 30 espécies prioritárias para a elaboração de diretrizes de boas práticas de manejo sustentável**. Destas, 16 já foram elaboradas. Como estratégia de difusão destas diretrizes, estão previstas publicações de manuais técnicos para 09 espécies e um curso a distância com o objetivo de capacitar atores envolvidos com o manejo de produtos florestais não madeireiros.

Dentre as iniciativas de valorização da agrobiodiversidade, **3 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário** foram autorizados e estão em execução em Reservas Extrativistas (RESEX) e Florestas Nacionais Federais (FLONA).

Pode-se citar, ainda, que foi realizado o **cadastro de famílias das populações tradicionais de Unidades de Conservação de Uso Sustentável**, principalmente em RESEX, Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (Flona), no Bioma Amazônia. Das 30 unidades de conservação previstas, 16 já passaram pelo cadastro das famílias. Os desafios para realização das atividades de cadastro, principalmente na região amazônica, são constituídos pelo elevado custo de logística e a grande dispersão e distância entre comunidades e famílias.

Com relação ao **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais**, já mencionado na Diretriz 2, a tabela abaixo apresenta os dados das famílias quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais atendidos até agosto de 2013.

Quantidade* de famílias de Povos e Comunidades Tradicionais atendidas com ATER e Fomento, Brasil, 2013.

	Fomento	ATER
Quilombolas	1.985	8.980
Indígenas	84	4.584
Pescadores Artesanais	61	3.500
Total	2.130	17.064

Fonte: SESEP/MDS, 2013.

SESAN/MDS, 2013.

*Dados acumulados de 2012 a agosto de 2013.

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde -, instituído em 2011, incentiva o uso sustentável dos ecossistemas e a valorização dos serviços ambientais prestados por povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais. Está prevista a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 300,00, com periodicidade trimestral, às famílias contempladas, por um prazo de dois anos. **Até agosto de 2013, o programa atingiu mais de 40 mil famílias** que residem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, de diferentes biomas. **Desse total, 2.276 são famílias de pescadores artesanais, 1.828 de agricultores familiares, 1.380 de ribeirinhos, 723 quilombolas, 695 de extrativistas, 188 indígenas**, dentre outros.

De fundamental importância também são as ações **de promoção da SAN e do etnodesenvolvimento dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, com enfoque na valorização dos produtos da sociobiodiversidade.** A Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, instituiu o **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)**, com coordenação do MMA, MDS, MDA e CONAB. O Plano tem como objetivo o **fortalecimento de mercados**, de processos industriais e da organização social e produtiva, tendo como lastro o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

No âmbito do PNPSB, foram firmadas parcerias com órgãos estaduais e organizações da sociedade civil visando a **inserção de produtos agroextrativistas em mercados institucionais e no mercado diferenciado.** No mercado institucional destaca-se a inserção de produtos do extrativismo na PGPM-Bio, no PAA e no PNAE.

A PGPM-Bio iniciou-se a partir de 2008 com a inclusão do açaí, babaçu, borracha natural (extrativa), castanha do Brasil, pequi, piaçava e pó cerífero na pauta de produtos, com proposta de inclusão dos óleos vegetais de andiroba e copaíba, além da borracha látex.

No período de 2009 a 2012 foram comercializadas 17.218 toneladas de produtos, envolvendo R\$ 10,6 milhões e alcançando 36.754 famílias. Até outubro de 2013 foram comercializadas 8.802 toneladas, R\$ 4,2 milhões e 8.655 famílias atendidas.

Produtos	2009 a 2012		2013 Janeiro a Outubro	
	Quantidade (t)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (t)	Valor (R\$ mil)
Açaí	29	9	248	58
Babaçu	4.401	2.523	1.386	1.444
Borracha Natural – Bioma Amazônico	2.415	3.359	399	655
Castanha-do-Brasil (com casca)*	1.171	642	338	44
Pequi	17	3	-	-
Piaçava	9.185	4.052	6.431	2.015
Total	17.218	10.608	8.802	4.216
Famílias Beneficiadas	36.574		8.655	

Fonte: DIPAI/SUGOF/GEBIO/CONAB

Nota: Andiroba, Barú, Cacau extrativo, Cera de carnúba tipo 4, Mangaba, Pó cerífero tipo B da Carnaúba, Umbu e Juçara integram a pauta, mas no período não ocorreram ações de apoio à comercialização. * Já integrava a pauta da PGPM.

O PAA adquiriu em 2012 mais de R\$ 29 milhões de reais em produtos da sociobiodiversidade, aproximadamente 12 mil toneladas de 122 tipos de produtos. O quadro a seguir destaca aqueles com maior participação.

	Produto	Recursos Financeiros	Peso (KG)
1	Castanha do Brasil	R\$ 4.834.121,10	3.950.362,91
2	Peixe Tambaqui	R\$ 2.402.912,89	384.883,00
3	Polpa de Cupuaçu	R\$ 2.316.142,71	519.911,03
4	Peixe Curimatá	R\$ 1.821.906,60	469.361,00
5	Polpa de Cajá	R\$ 1.455.852,22	283.938,07
6	Açaí	R\$ 1.235.084,26	1.077.493,01
7	Polpa de Umbu	R\$ 1.221.075,25	356.063,73
8	Palmito de Pupunha	R\$ 1.016.716,92	225.819,75
9	Peixe Traíra	R\$ 1.012.394,80	224.432,00
10	Polpa de Açaí	R\$ 982.620,40	157.698,70

Fonte: PAAData

Elaboração: SESAN/MDS.

SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

O SISVAN Indígena foi instituído nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) por meio da Portaria nº 984, de 06 julho de 2006. Tem como objetivo monitorar a situação do estado nutricional, bem como subsidiar o planejamento de ações de saúde e nutrição. Visa, prioritariamente, o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 05 anos e gestantes, além de obter informações referentes ao aleitamento materno e recebimento de benefícios sociais.

O acompanhamento é feito mensalmente pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena e realizado através da busca ativa de crianças e gestantes durante visitas domiciliares, pesagens coletivas e outros atendimentos. **No ano de 2011, 47.011 crianças menores de 05 anos foram acompanhadas, o equivalente a 67,3% de cobertura. Em 2012, 51.433 crianças menores de 05 anos foram acompanhadas, o equivalente a 63,8% de cobertura**⁹.

O MS elaborou, ainda, o **Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)**, a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas. O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as **ações de atenção básica nos 34 DSEIs** e, para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEIs prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano.

Dentre as ações realizadas destacam-se, em 2013, a atenção à saúde em seis DSEIs (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) **com 9.700 atendimen-**

⁹ Obs.: Os DSEI Cuiabá e Xingu não enviaram dados de 2012 e o DSEI Litoral Sul enviou dados somente referentes ao 1º semestre de 2012.

tos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico; vacinação completa, de acordo com o calendário específico para a população indígena, de 63.549 crianças menores de sete anos, correspondente a 71,7% das crianças indígenas desta faixa etária (dados de 25 DSEIs); estruturação e aprimoramento das ações de SAN nos DSEIs com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena e a implementação da suplementação de Vitamina A.

O Programa Vitamina A Mais tem como objetivo reduzir e controlar a deficiência de vitamina A em crianças de 6 a 59 meses de idade. Em 2012, com o lançamento da Ação Brasil Carinhoso, o programa foi ampliado para todos os 34 DSEI.

Nos últimos anos, foram notificados 125 casos de **Beribéri** no Brasil sendo 100 em Roraima (casos em indígenas), 14 no Maranhão e 11 em Tocantins.

No final de **março de 2012 foi publicado o Guia de Consulta para Vigilância Epidemiológica, Assistência e Atenção Nutricional dos casos de Beribéri**. Este guia objetiva a adoção de medidas de detecção, prevenção e controle do beribéri em tempo oportuno pelos profissionais de saúde de toda a rede do SUS e de seu Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, em especial aqueles que atuam na atenção básica, vigilância epidemiológica e que permanecem em contato direto com as populações sob risco. Além de destacar os aspectos relativos à vigilância epidemiológica, assistência e atenção nutricional do beribéri.

Sobre a estruturação da rede física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para **construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (CASAI); reforma/ampliação de cinco CASAI, construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, reforma da sede do DSEI Litoral Sul e a construção de dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) no DSEI Médio Rio Solimões.**

Ademais, constitui-se **importante meta o fortalecimento das instâncias de controle social por meio do apoio administrativo, financeiro e técnico**. O Controle Social Indígena é exercido pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI).

Em relação ao **saneamento** em áreas indígenas, destacam-se a contratação de **128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, atendendo aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Melhorias Sanitárias Domiciliares.**

DIRETRIZ 5

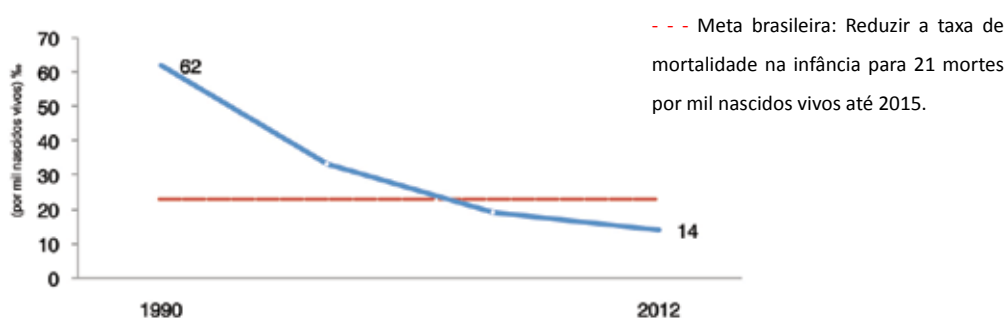
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE



INDICADORES

Nos últimos 10 anos, grandes transformações sociais culminaram em um novo cenário de saúde da população brasileira. As políticas sociais impactaram na redução da fome e da desnutrição, além de serem responsáveis pela superação da meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) relacionada à redução da mortalidade na infância com quatro anos de antecedência, como pode ser observado na Figura abaixo. No entanto, populações específicas e em vulnerabilidade social ainda apresentam deficiências nutricionais e desnutrição, ao mesmo tempo em que cerca de metade da população brasileira apresenta excesso de peso e obesidade e mais de 70% dos óbitos estão relacionados a Doenças Crônicas não-Transmissíveis (DCNT).

Evolução da taxa de mortalidade na infância (crianças até cinco anos) de 1990 a 2012. Brasil, 2013.



Fonte: Ministério da Saúde

Esse novo cenário epidemiológico exigiu a reorganização do modelo assistencial do SUS, em que a **Atenção Básica** tem assumido papel central na organização da atenção à saúde e coordenação do cuidado na **Rede de Atenção à Saúde (RAS)**.

A atenção nutricional é parte da atenção integral à saúde que deve ser garantida pelo SUS nos diferentes pontos de atenção da rede. Tanto o fortalecimento da atenção básica, quanto da média e alta complexidade implicam também em investimento na atenção nutricional e, assim, representam a contribuição setorial para a garantia da SAN da população brasileira.

Todas as ações descritas neste balanço representam o esforço do Ministério da Saúde para que a população tenha acesso integral a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo assim, para a melhoria das condições de saúde, redução das iniquidades, para a promoção da qualidade de vida e da SAN, no âmbito do DHAA.

CONTROLAR E PREVENIR OS AGRAVOS E DOENÇAS CONSEQUENTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

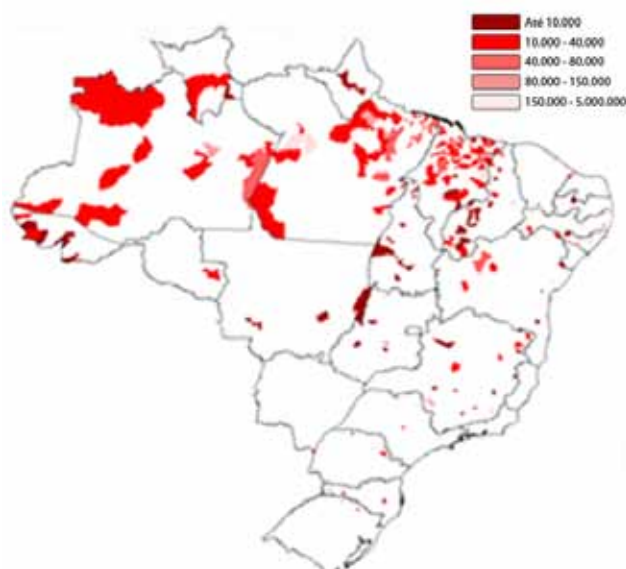
Deficiências Nutricionais

A **Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (ANDI)** foi instituída em 2012 com o objetivo de apoiar os municípios que apresentam alta prevalência deste agravo em

crianças menores de cinco anos de idade. Neste ano, participaram da agenda 212 municípios, sendo a maioria de pequeno porte e mais da metade localizada nos estados da região amazônica, como pode ser verificado na Figura abaixo.

Em 2013, quase 100% dos municípios atingiram as metas mínimas estabelecidas, repactuando-as para 2014. Ainda em 2013 foram incluídos à agenda 26 municípios de áreas de DSEI com altas taxas de mortalidade infantil, com objetivo de apoiar as ações voltadas a essa população específica.

Municípios que realizaram adesão à ANDI em 2012. Brasil, 2013.



Fonte: Ministério da Saúde

O **‘Vitamina A Mais - Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A’** é um programa do Ministério da Saúde (MS) em execução desde 2005, que busca prevenir a deficiência nutricional de vitamina A em crianças de seis a cinquenta e nove meses de idade e mulheres no pós-parto imediato. Até o início de 2012, o Programa era restrito à Região Nordeste, alguns municípios da Amazônia Legal e do norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, além de 12 DSEI. Com o lançamento da **Ação Brasil Carinhoso**, o programa foi ampliado para todos os municípios da Região Norte, 100% dos municípios pertencentes ao **Plano Brasil sem Miséria** das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul e para todos os DSEI.

Em 2012, foram administradas 4.056.956 doses de vitamina A para crianças de seis a 59 meses, aumento de 25,9% em relação ao ano anterior. Até outubro de 2013, a cobertura de suplementação alcançava 64,5% da meta anual, com administração de cápsulas de vitamina A em 3.184.386 crianças.

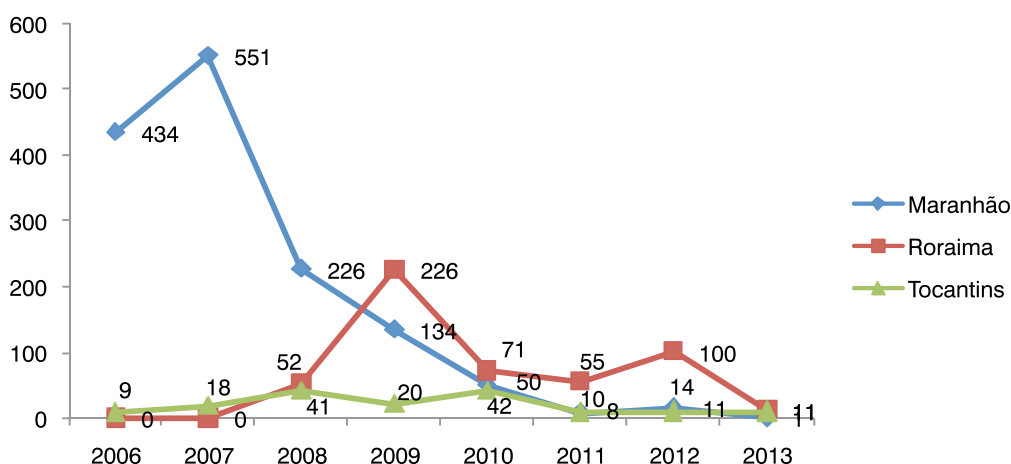
O **Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF)**, instituído em 2005, tem o objetivo de prevenir a ocorrência de anemia e potencializar o pleno desenvolvimento infantil, por meio da distribuição de suplementos para todas as crianças brasileiras. Com a **Ação Brasil Carinhoso**, o **PNSF** foi atualizado, sendo expandido o acesso aos suplementos de ferro em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e definidas novas diretrizes para o programa, que passou a ser descentralizado. Entre 2012 e 2013, foram distribuídos 8,8 milhões de frascos de sulfato ferroso para o atendimento de aproximadamente seis milhões de crianças menores de dois anos.

No Brasil, desde 2006, têm sido notificados casos de **Beribéri** nos estados do Maranhão e Tocantins. Em 2008, foram identificados casos no município de Uiramutã/RR.

Em 2012 foi publicado o Guia de Consulta para Vigilância Epidemiológica, Assistência e Atenção Nutricional dos casos de **Beribéri**, que objetiva a adoção de medidas de detecção, prevenção e controle do beribéri em tempo oportuno pelos profissionais de saúde, além de destacar os aspectos relativos à vigilância epidemiológica, assistência e atenção nutricional. Para apoiar a implementação do guia, o MS, em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde, vem realizando oficinas nos três estados.

No Gráfico seguinte é possível observar a evolução do número de casos de beribéri notificados até o segundo trimestre de 2012. Observa-se que houve diminuição nos casos notificados no Maranhão e em Tocantins desde 2008. Já Roraima apresentou aumento no número de casos notificados em 2012, com redução em 2013. A notificação contribui para o planejamento e implementação de ações de investigação, acompanhamento, prevenção e controle do beribéri.

Evolução dos números de casos de Beribéri notificados entre 2006 e o segundo trimestre de 2013.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade

Em 2011, foi publicado o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT, o qual reúne uma série de compromissos do MS, entre elas, a construção do Plano Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade, visando à redução da obesidade na infância e na adolescência e a detenção do crescimento da obesidade em adultos. A elaboração deste Plano ocorreu no âmbito da CAISAN, com participação do CONSEA e da OPAS/OMS.

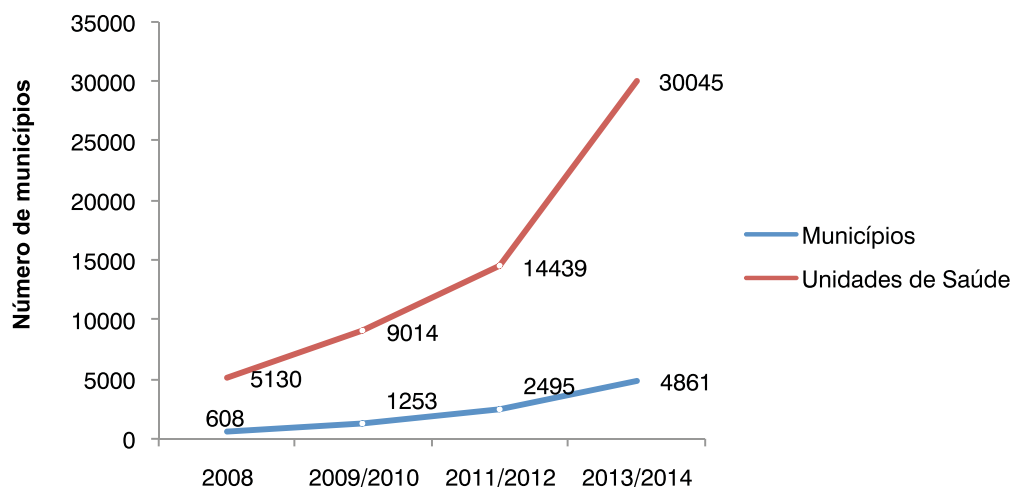
O Plano passou por uma consulta pública e foi apresentado ao Plenário do CONSEA. Em 2013 foi acordado que o Plano será publicado como “Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Promovendo Modos de Vida e Alimentação Adequada e Saudável para a População Brasileira”.

Ações do Ministério da Saúde voltadas à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e à Prevenção e Controle do Excesso de peso e Obesidade

O **Programa Saúde na Escola (PSE)**, Programa intersetorial do MS e do MEC instituído em 2007, contribui para o fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento integral dos educandos e fortalece a relação entre escolas e UBS para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento e a saúde integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Desde 2008, o número de municípios com adesão ao PSE e equipes de saúde participantes vem aumentando progressivamente, como pode ser verificado no gráfico a seguir. Como consequência, o número de educandos que participaram do programa aumentou de um para 18 milhões no mesmo período.

Evolução do número de municípios e equipes de saúde participantes do PSE entre 2008 e 2013. Brasil, 2013.



Fonte: Ministério da Saúde

Com o lançamento da **Ação Brasil Carinhoso**, creches e pré-escolas passaram a integrar as ações do PSE e o programa foi universalizado para todos os municípios. Assim, em 2013, 4.861 municípios realizaram adesão, sendo que 3.982 pactuaram realizar ações em creches e 4.768, em pré-escolas, atingindo 2.933.858 crianças.

Com objetivo de promover mobilização temática de uma questão de saúde a ser trabalhada ao longo do ano letivo, em 2012 foi lançada a Semana Saúde na Escola. Tanto em 2012 quanto em 2013, a prevenção da obesidade foi escolhida como tema prioritário para realização das ações.

O **Programa Academia da Saúde** tem o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população a partir da implantação de pólos com infraestrutura e profissionais qualificados. Os eixos de ações devem compreender atividades que proporcionem o resgate e a ampliação da autonomia dos indivíduos sobre as escolhas de modos de vida mais saudáveis.

Atualmente existem 2.866 pólos habilitados e 155 reconhecidos como similares em todo o país. O total de repasse desde o início do Programa até outubro de 2013 foi de mais de 175 milhões de reais.

Outra importante ação do MS é a **Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)**, lançada em 2012 como resultado da integração da Rede Amamenta Brasil e da Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável, as quais, juntas, formaram cerca de 4500 tutores entre 2008 e 2012, atingindo aproximadamente 35 mil profissionais.

A EAAB visa à qualificação do processo de trabalho dos profissionais da atenção básica para fortalecer ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar para crianças menores de dois anos de idade. Até novembro de 2013, foram formados cerca de 1.000 tutores, atingindo aproximadamente 5 mil profissionais da AB.

Dentre outras ações realizadas pelo MS relacionadas à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), em parceria com outros órgãos, estão as campanhas para a redução do consumo de sódio, estímulo ao consumo de frutas, legumes e verduras, apoio à Semana do Peixe e sensibilização de gestores da área da saúde para a compra de alimentos do PAA para a alimentação hospitalar.

No início de 2013 foi lançado o **Programa Peso Saudável**, que se constitui como um programa de controle de peso e PAAS em ambientes de trabalho. O Programa visa aumentar a conscientização individual sobre ações que ajudam a controlar o peso, de forma saudável, evitando o ganho de peso excessivo, por meio do incentivo à adoção de rotina de monitoramento do peso, desencadeando ações de autocuidado, à adoção de práticas alimentares saudáveis e de atividade física e à melhoria da qualidade de vida.

Ainda em 2013, foram publicados atos normativos para a organização do cuidado das pessoas com DCNT, instituindo a Rede de Atenção das Pessoas com Doenças Crônicas e a Linha de Cuidado para a Organização da Prevenção e do Tratamento do Sobrepeso e Obesidade e estabelecendo regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade.

Em relação à redução de sódio nos alimentos processados, entre 2011 e 2013, foram assinados **termos de compromisso com a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução do sódio em categorias prioritárias**, como pode ser observado abaixo. Até outubro de 2013, tinham sido retiradas dos alimentos 11,2 mil toneladas de sódio. A expectativa é de que, com os quatro acordos, a redução seja de 28,5 mil toneladas até 2020.

Categorias prioritárias pactuadas para redução do teor de sódio, por Termo de Compromisso assinado com a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação. Brasil, 2013.



Além da redução do sódio, foi acordado processo análogo para a redução da quantidade de açúcar nos alimentos, com início previsto para 2014.

CONTROLE A REGULAÇÃO DE ALIMENTOS

Regulação da Publicidade de Alimentos Ultraprocessados

Atualmente, a **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 24/2010** regulamenta a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura *trans*, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional. Tal resolução foi contestada judicialmente e a Advocacia Geral da União (AGU) recomendou sua suspensão.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem apelado para reverter a decisão, além de acompanhar a tramitação dos Projetos de Lei que tratam do assunto e encaminhando pareceres técnicos com manifestações e sugestões de inclusões e/ou alterações nos textos propostos.

A **Lei nº 11.265/2006**, que dispõe sobre a **comercialização de alimentos para lactentes e crianças da primeira infância bem como a de produtos de puericultura correlatos**, passou por várias avaliações jurídicas e o texto foi concluído no final de 2012. A proposta de Decreto foi encaminhada à Casa Civil e até o momento passa por avaliação jurídica, para posterior sanção da Presidenta da República.

Rotulagem de Alimentos

A Anvisa publicou a **RDC nº 54/2012**, que dispõe sobre **Informação Nutricional Complementar**. Esta Resolução alterou a forma de uso de termos como *light*, baixo, rico, fonte, não contém, entre outros, criou oito novas alegações nutricionais e estabeleceu, ainda, que todos os esclarecimentos ou advertências exigidos em função do uso de uma alegação nutricional devem ser declarados de forma a garantir a visibilidade e legibilidade da informação. Os alimentos produzidos a partir de janeiro de 2014 já devem seguir o novo regulamento. A norma aplica-se a toda mensagem transmitida de forma oral ou escrita, em qualquer meio de comunicação.

A Resolução **Grupo Mercado Comum (GMC) nº 26/03 do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) sobre rotulagem geral de alimentos** está em processo de revisão. Na proposta apresentada pelo Brasil, foram destacados itens importantes como: declaração de aditivos alimentares por extenso na lista de ingredientes com exceção de embalagens menores que 10cm²; declaração de alimentos e ingredientes que podem causar hipersensibilidade em pessoas sensíveis e melhorar a legibilidade. O tema ainda está sendo discutido no MERCOSUL

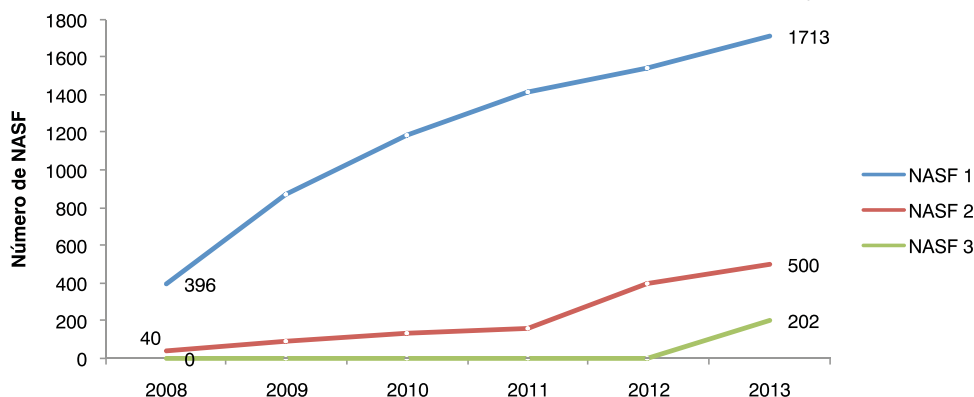
ATENÇÃO NUTRICIONAL NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

Como mencionado na contextualização da diretriz, o fortalecimento da AB implica em investimento na atenção nutricional. Em termos financeiros, entre 2010 e 2013 houve aumento de 66% no investimento, que passou de 9,7 para 16,1 bilhões de reais.

Para apoiar as equipes de atenção básica estão implantados 2.415 **Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)**, com projeção de ampliação para 4.026 até o final de 2014; além de terem sido

habilitadas 670 Equipes Multidisciplinares de Atenção Domiciliar e 322 Equipes Multidisciplinares de Apoio em 211 municípios, representando investimento de R\$ 120.862.720,00 desde a instituição do programa **Melhor em Casa**.

Crescimento dos NASF no Brasil entre 2008 e 2013. Brasília, 2013.



Fonte: Ministério da Saúde

Têm sido desenvolvidos instrumentos para organizar a atenção nutricional às **necessidades alimentares especiais** na RAS, em especial no âmbito da AB e Atenção Domiciliar. Destacam-se três frentes de atuação do MS:

- 1) Organização da base normativa, por meio da publicação de portaria que estabelece diretrizes e responsabilidades para os entes federados na organização da Terapia Nutricional na RAS; revisão da Portaria nº 120/2009 que trata da terapia nutricional em âmbito hospitalar e construção do protocolo clínico e diretrizes terapêuticas e da linha de cuidado para a alergia à proteína do leite de vaca e linha de cuidado para doença celíaca;
- 2) Investimento na qualificação para o cuidado, por meio de capacitação e educação permanente, com a elaboração do Manual de Terapia Nutricional no Domicílio e de um caderno de atenção básica focado nas necessidades alimentares especiais;
- 3) Apoio ao Ministério Público para qualificação das análises judiciais relacionadas à terapia nutricional.

O MS também desenvolve ações para promover, apoiar e incentivar o aleitamento materno. A iniciativa **Hospital Amigo da Criança** propõe uma certificação para os serviços que adotem uma série de critérios para a promoção do aleitamento materno. Atualmente há 320 hospitais credenciados, os quais são responsáveis por 31% dos nascimentos em 2012.

Outra importante iniciativa é a dos **Bancos de Leite Humano** que fornecem leite para crianças prematuras e/ou baixo peso. Atualmente, existem 212 bancos de leite em funcionamento, sendo que até setembro de 2013 foram atendidas 111.603 crianças.

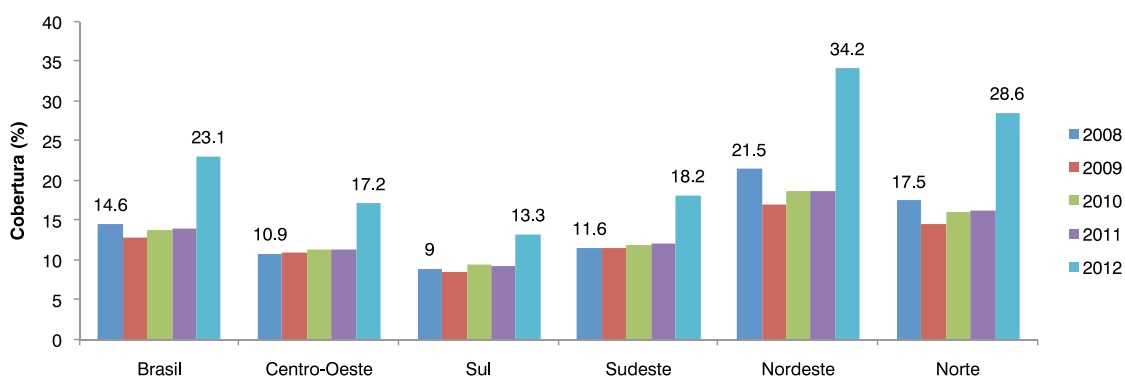
VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os primeiros esforços para delineamento da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) no Brasil surgiram na década de 70, porém, os marcos legais que incluíram a VAN no SUS e instituíram o SISVAN foram publicados em 1990. A agenda de VAN do público infantil foi reforçada nos serviços de saúde com a criação do **PBF**, em 2003, e a expansão das ações ocorreu a partir de 2004, quando o MS passou a recomendar o acompanhamento do estado nutricional em todas as fases do curso da vida.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), atualizada em 2011, reforça o amplo conceito de **VAN**, que subsidia o planejamento da atenção nutricional e das ações relacionadas à promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável nas esferas de gestão do SUS.

Em 2008 foi lançada a versão *online* do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional (SISVAN Web), utilizado na AB para registro de dados antropométricos e de consumo alimentar. A evolução da cobertura média nos municípios que inseriram esses dados no sistema pode ser observada no gráfico abaixo.

Comparação da cobertura média do SISVAN nos municípios entre 2011 e 2012. Brasil, 2013.



Fonte: SISVAN

A cobertura média do SISVAN nos municípios permaneceu em torno de 14% até 2011, ampliando para 23,1% em 2012. Cabe destacar que cerca de 70% dos dados inseridos no SISVAN correspondem às famílias beneficiárias do **PBF**, reforçando a importância da existência das condicionalidades de saúde do programa.

Para qualificar a VAN no âmbito da AB, o MS criou o incentivo financeiro para apoiar a compra de equipamentos antropométricos para as **UBS** e polos do **Programa Academia da Saúde**. Entre 2011 e 2013 foram contempladas 10.889 UBS e 90 polos do Programa Academia da Saúde. Ainda nesse sentido, destacamos a elaboração de manual técnico sobre organização da VAN na AB e a revisão e atualização dos formulários de marcadores de consumo alimentar do SISVAN.

O MS também financia e fomenta estudos que permitem analisar a tendência temporal do estado nutricional e do consumo alimentar da população brasileira. Destaca-se a POF, a Pesquisa Nacional de Saúde e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde.

DIRETRIZ 6

**PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA DE
QUALIDADE E EM QUANTIDADE SUFICIENTE**



INDICADORES

O acesso à água potável tem impacto fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, tendo sido recentemente declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como direito humano essencial, intrinsecamente relacionado com o direito à vida, à saúde e à alimentação.

O direito à água está compreendido também no DHAA, sendo responsabilidade do Estado assegurar esse direito a todos os cidadãos, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Em 2012, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos 62,8 milhões de domicílios particulares permanentes pesquisados no Brasil, 53,6 milhões eram atendidos por rede geral de abastecimento de água. Observou-se, entre 2003 e 2012, a manutenção do ritmo de crescimento e aumento de 3,54% na participação de domicílios com esse serviço, resultando em 85,4% do total de domicílios.

Variações climáticas que afetam a disponibilidade de água, poluição das fontes hídricas disponíveis e debilidade do acesso aos recursos hídricos são fatores que incidem na qualidade de vida das famílias.

O Semiárido brasileiro é uma região de elevadas temperaturas onde o regime pluvial é bastante irregular, com longos períodos secos e chuvas ocasionais concentradas em poucos meses do ano. O solo do Semiárido não consegue armazenar a água da chuva por ser muito raso, com rochas a poucos metros da superfície.

ACESSO À ÁGUA PARA POPULAÇÕES RURAIS

Um dos principais programas iniciados em 2003 foi a construção de cisternas no Semiárido, por meio de parceria entre governo e sociedade civil, representada pela Articulação do Semiárido (ASA). O papel desempenhado por cerca de 780 mil cisternas implementadas na última década tem sido fundamental para minimizar os efeitos da forte seca que atinge a região atualmente e que vem afetando o abastecimento de água e os sistemas produtivos locais. Além da universalização do acesso à água no Semiárido, o Programa está sendo implementado em outras regiões, como forma inclusive de enfrentar os impactos da desertificação, consequência das mudanças climáticas que ocorrem no mundo atualmente.

A lei nº 12.873/2013 instituiu o *Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas*, com a finalidade de promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

A lei também ratifica que, no âmbito do Programa Cisternas, a União, por intermédio do MDS, pode firmar parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios, os consórcios públicos constituídos como associação pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

A discussão sobre o atendimento da população do Semiárido ganhou expressiva dimensão com o lançamento do BSM e, mais especificamente, com o **Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água Para Todos**, que formalizou o compromisso do Governo Federal de universalizar o acesso à água para consumo humano à população rural do Semiárido com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 140,00. O *Programa Água para Todos* também envolve a implementação de tecnologias da água para produção e é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e dele fazem parte o MDS, MMA, FUNASA, FBB e Banco do Nordeste.

Utilizam-se como tecnologias da **1ª Água** (água para consumo) as cisternas, as quais têm a função de captar água pluvial e armazená-la para o período de seca, possuindo capacidade de 16 mil litros, e os sistemas coletivos de abastecimento, os quais procuram captar água de fontes diversas e distribuí-la a várias famílias próximas. Para a **2ª Água** (água para produção) são utilizadas tecnologias mais variadas, como cisternas, pequenas barragens, barragens subterrâneas, ambas pluviais, kits de irrigação, sistemas de produção familiar e sistemas de produção coletiva. Por meio do acesso à água de produção o Programa visa fornecer autonomia alimentar e estimular economicamente as famílias em situação de vulnerabilidade.

De 2003 a 2010 foram construídas 329.552 cisternas no semiárido brasileiro. A partir da implementação do BSM o ritmo de implementação fez com que a média anual passasse de 47 mil a 118 mil cisternas construídas por ano. **De 2011 até dezembro de 2013 foram 481.031 cisternas.** A meta do BSM, por meio do *Programa Água para Todos*, é implantar 750 mil cisternas até o final de 2014, atendendo às famílias em situação de pobreza e sem acesso à água, somente nessa região.

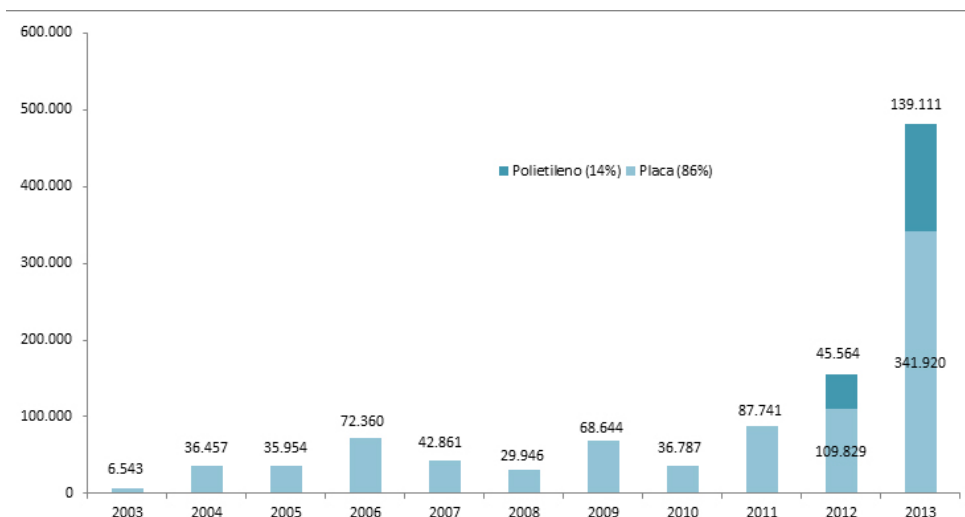
Até 2013, cerca de 1426 municípios do Semiárido foram contemplados, sendo que em 340 (24%) a demanda foi 100% atendida. O quadro abaixo mostra a evolução do número de cisternas implementadas a partir do BSM.

Total de Entregas de Cisternas do Programa (todos os executores)			
2011	2012	Out/2013	TOTAL
87.741	155.393	237.897	481.031

Fonte: SESEP/MDS

O gráfico abaixo apresenta o número de cisternas construídas desde 2003.

Quantidade de cisternas implantadas, por tipo, 2003-2013, Brasil.

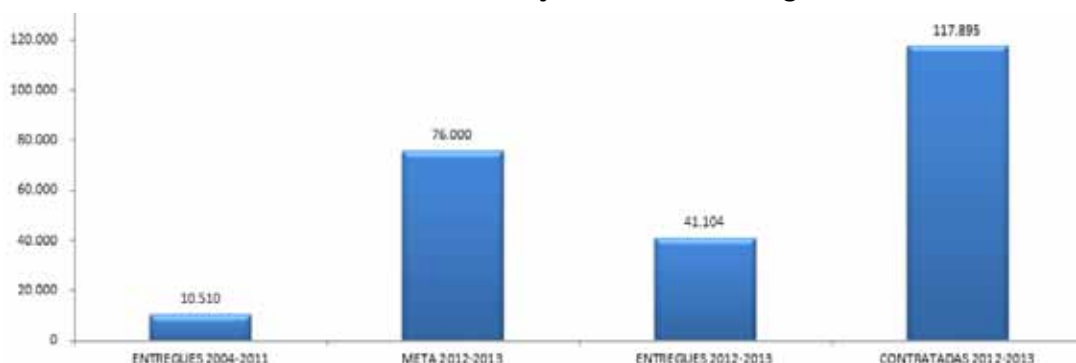


Fonte: SESEP/MDS

Em relação às escolas rurais, de 2008 a 2011 foram implementadas 874 cisternas. Em 2013, foram assinados contratos para implementação de 1.781 cisternas até 2014 e 1.281 em 2015.

O gráfico abaixo apresenta a situação quanto à instalação de tecnologias de captação, armazenamento e distribuição de água para produção (2ª água):

Cisternas de Produção e outras tecnologias



Fonte: SESEP/MDS

Os sistemas coletivos de abastecimento de água estão sendo executados no âmbito do *Programa Água para Todos* e perfazem um total de 329 sistemas (dez/2013) implementados, sendo que outros 363 estão contratados para comunidades rurais e quilombolas, e cuja execução será ainda iniciada (fonte SESEP/MDS). Também foram contratados um total de 114 poços para abastecimento de comunidades rurais e quilombolas.

SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS RURAIS, TERRAS INDÍGENAS E DEMAIS TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

As comunidades tradicionais residentes na região semiárida fazem parte do público contemplado pelo *Programa Água para Todos*. Em 2012 foram contratadas obras de saneamento em 218 comunidades rurais e a elaboração de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água para 165 comunidades e de esgotamento sanitário para 30 comunidades.

Segundo informações do INCRA, nos assentamentos rurais, foram concluídas obras para implementação de 160 sistemas de abastecimento de água beneficiando 5.935 famílias. Além disso, estão em execução obras de 1.227 sistemas de abastecimento de água, com previsão de conclusão ainda em 2013, cuja meta é atender 28.796 famílias, por meio do *Programa Água para Todos*. Até 2014, está prevista a construção de sistemas de abastecimento de água em 575 projetos de assentamento para atender 31.696 famílias.



DIRETRIZ 7

APOIO A INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DHAA EM ÂMBITO INTERNACIONAL E EM NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS



Nos últimos anos, tem-se verificado uma mudança no perfil da cooperação brasileira. De receptor de cooperação de organismos multilaterais, o Brasil tem se estabelecido cada vez mais como um prestador de cooperação horizontal e vem recebendo demandas significativas por intercâmbio de experiências nas áreas de desenvolvimento social, pesquisa agropecuária e saúde.

O compromisso com a cooperação técnica e humanitária internacional em SAN está fortemente ligado à prioridade política do Brasil com a erradicação da extrema pobreza. Alinhado ao aprendizado dos programas de combate à fome e à pobreza, bem como a experiências bem-sucedidas nacionalmente, que na última década retiraram milhões de brasileiros da situação de pobreza e de insegurança alimentar, o Governo Brasileiro tem priorizado, em seus compromissos internacionais, projetos que promovam o desenvolvimento sustentável para erradicação da fome e da pobreza.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

A cooperação humanitária do Brasil é parte integrante da estratégia brasileira de dupla tração (envolve ações emergenciais e estruturantes) para o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional. A Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) foi estabelecida formalmente em 1º de janeiro de 2004, no Itamaraty, a fim de garantir a interface externa da estratégia Fome Zero.

A cooperação humanitária brasileira busca a sustentabilidade social, econômica e ambiental, notadamente no que tange à segurança alimentar e nutricional, com base na proteção, promoção e provisão do DHAA que, por ser um direito humano, é fundamental e, portanto, universal, independentemente de fronteiras.

Apesar da redução orçamentária no ano de 2012, a cooperação humanitária mereceu destaque, com iniciativas notadamente junto a organismos internacionais, dentre os quais podem ser mencionados o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Por meio desses mecanismos multilaterais, assim como a partir do contato direto com as Representações Brasileiras no Exterior, tem sido viabilizadas respostas às principais crises de segurança alimentar na África e na América Latina em duas vertentes: estruturante e emergencial.

Na vertente estruturante, o programa *“PAA África - Purchase from Africans for Africa”* apresenta metodologia e modelo operacional bem-sucedidos da cooperação humanitária brasileira, por meio do qual cinco países da África Subsaariana – Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal – são apoiados pela parceria entre o Governo brasileiro, o PMA e a FAO, com atividades de recuperação agrícola para as compras locais para programas institucionais de alimentação escolar. No período de 2012 a 2013, iniciou-se e consolidou-se a Fase I (Piloto) de 18 meses de duração do programa, sendo que o balanço total foi de **5.187 agricultores participantes, com 434 escolas primárias como entidades receptoras de arroz, milho, feijão e/ou produtos diversos (incluindo perecíveis), e 124.468 estudantes atendidos pelo projeto.**

No que tange ao eixo emergencial foi sancionada, em 20 de junho de 2011, a Lei nº 12.429, a partir da qual **já foram doadas cerca de 320 mil toneladas de alimentos para países em situação de insegurança alimentar, maior contribuição brasileira já feita em gêneros alimentícios, com valor estimado em 160 milhões** de dólares. Estas doações já atenderam aproximadamente 2 milhões de pessoas por um período de cerca de 12 meses, em 37 países. Como resultado dessas doações, o Brasil passou a ser o 7º país doador do PMA no ano de 2012.

Com a previsão de esgotamento dos limites autorizados pela referida lei, encontra-se em fase final de elaboração marco regulatório para prestação de assistência alimentar internacional que permita dar continuidade às ações do Governo brasileiro nesse campo. O texto deverá ser submetido à PR até o final do ano de 2013, para posterior apresentação ao Congresso Nacional, tendo sido elaborado conjuntamente por diversos órgãos do Governo Federal, visando, principalmente, criar mecanismos permanentes de resposta humanitária emergencial.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), estabelecida pelo Decreto nº 94.973/1987, no âmbito do MRE, é responsável pelo planejamento, coordenação, execução, financiamento e monitoramento da cooperação técnica brasileira. A execução dos projetos e atividades compete, no entanto, às instituições brasileiras detentoras de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados em países que demandam esse conhecimento.

A Cooperação Técnica caracteriza-se pelo desenvolvimento de capacidades, pela transferência e compartilhamento de conhecimentos e tecnologias nacionais com possibilidade de adaptação a outras realidades, pela ênfase na capacitação de recursos humanos, pelo emprego de mão-de-obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país. Realiza-se com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento e baseia-se na relação entre Governos, respeitando a cultura e as instituições locais.

A Cooperação Técnica Sul-Sul pode ser diferenciada nas modalidades de cooperação técnica bilateral e trilateral. A cooperação bilateral prevê que ambos parceiros sejam países em desenvolvimento, enquanto a cooperação trilateral envolve, como parceiros, outro país em desenvolvimento, um país desenvolvido ou um organismo internacional. Existem, ainda, as modalidades de cooperação Sul-Sul em Bloco, a qual se dá no âmbito de organizações e/ou arranjos sub-regionais ou regionais como o MERCOSUL, União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e a cooperação Sul-Sul descentralizada, implementada entre dois ou mais entes subnacionais de países em desenvolvimento.

Dados Gerais da Cooperação Técnica e Humanitária

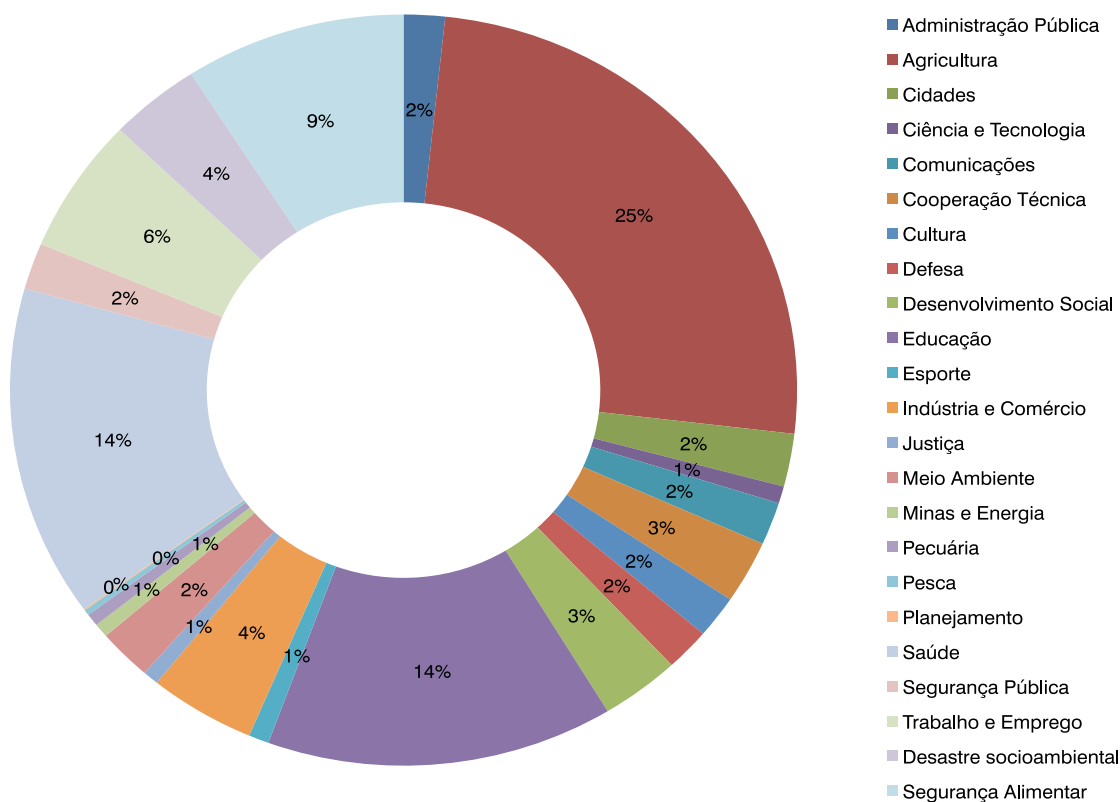
A partir de levantamento de informações realizado em novembro de 2013¹⁰ pela ABC e pela CGFOME

10 Esta seção corresponde a um levantamento preliminar da Cooperação Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional. Os dados e informações ainda estão em revisão e sujeitos, portanto, a alterações.

do MRE, e consulta a ministérios, identifica-se que o Brasil desenvolve, atualmente, 603 projetos e ações de cooperação internacional técnica e humanitária que movimentam cerca de US\$ 158 milhões.

Esses projetos são classificados em diversas categorias, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Projetos em andamento, por categoria¹¹



Fonte: MRE, 2013

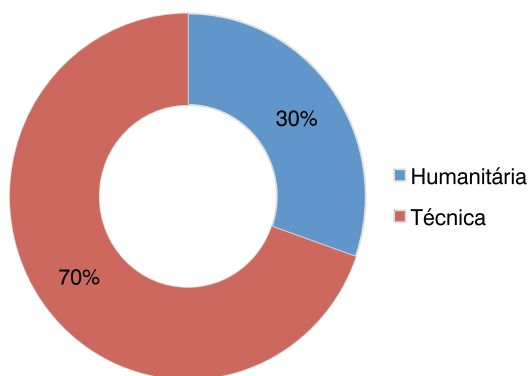
Em US\$ 126,49 milhões

Modalidades de Cooperação

Dos projetos em andamento, 56 relacionam-se ao tema da SAN nas modalidades de cooperação técnica e humanitária, conforme apresentado nos gráficos seguintes:

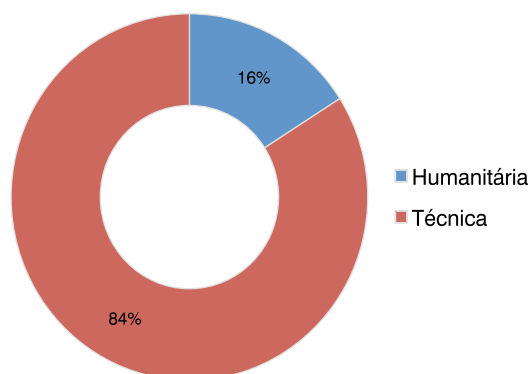
11 Há no Gráfico uma categoria denominada “Segurança Alimentar”, no entanto, há outras categorias que também abordam essa temática, como Agricultura, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Valores de projetos ainda sem classificação não foram incluídos no gráfico, razão pela qual os dados apresentados neste totalizam US\$ 126,49 milhões.

Número de Projetos de SAN em andamento, por modalidade de Cooperação



Em 56 projetos

Projetos de SAN em andamento, por modalidade de Cooperação



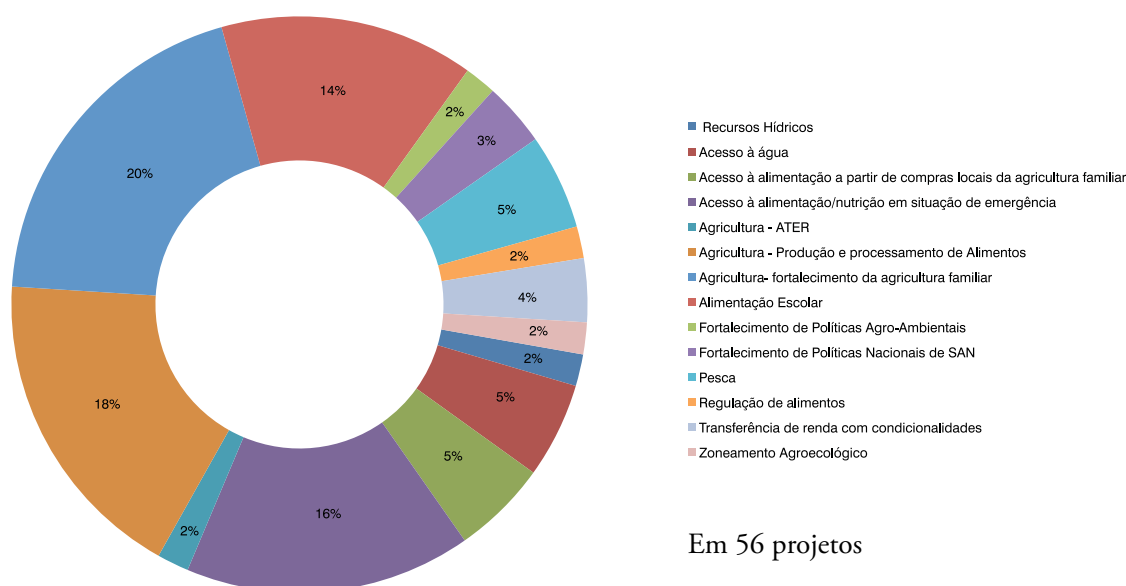
Em US\$ 71,85 milhões

Fonte: MRE, 2013

Tipologia dos Projetos em Segurança Alimentar e Nutricional

Os projetos classificados em SAN abordam diversos aspectos da PNSAN, tendo sido classificados em 14 tipologias de projetos. O gráfico abaixo apresenta o número de projetos em andamento, por tipologia, podendo se verificar um significativo número de projetos em “Alimentação Escolar”, “Agricultura”, com ênfase em “Fortalecimento da Agricultura Familiar” e em “Acesso à Alimentação”.

Número de Projetos de Cooperação em andamento, por tipo



Em 56 projetos

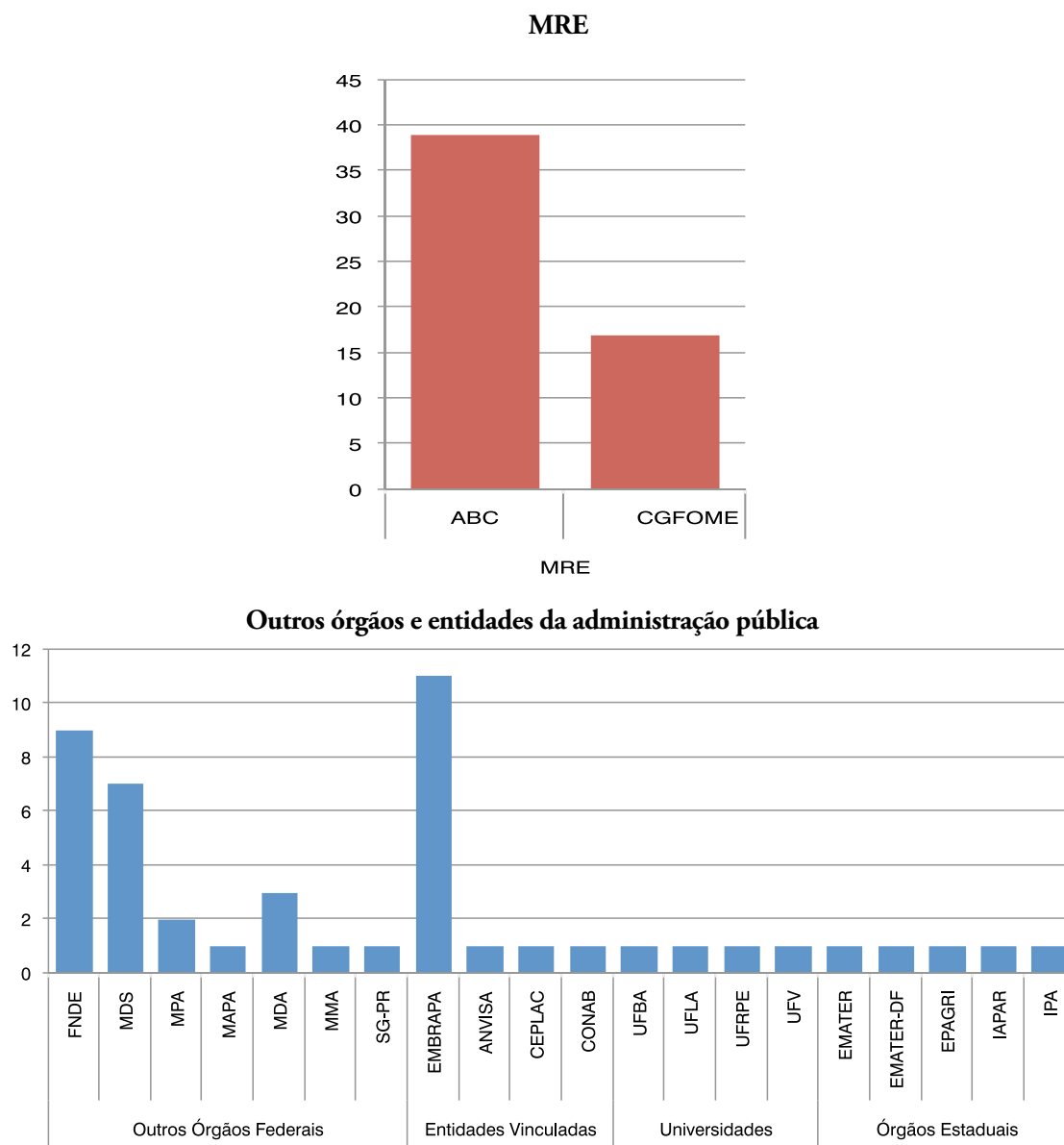
Fonte: MRE, 2013

Organizações envolvidas nos projetos em SAN

Órgãos e entidades nacionais

Todos os projetos em andamento em SAN, identificados nesse levantamento, envolvem o MRE, por intermédio da ABC ou da CGFOME. Além do MRE, 43 projetos envolvem também um ou mais órgãos e entidades da administração pública, apresentados abaixo pela frequência em que atuam nos projetos:

Frequência de participação de órgãos e entidades brasileiras nos projetos em andamento

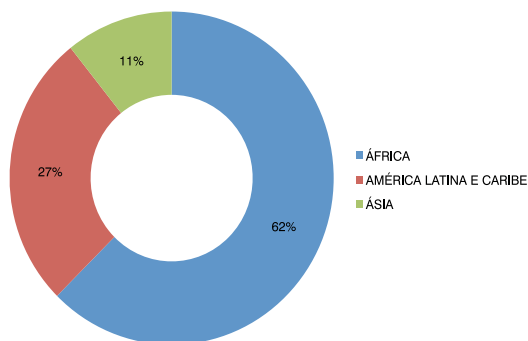


Fonte: MRE, 2013

Distribuição Geográfica dos Projetos em SAN

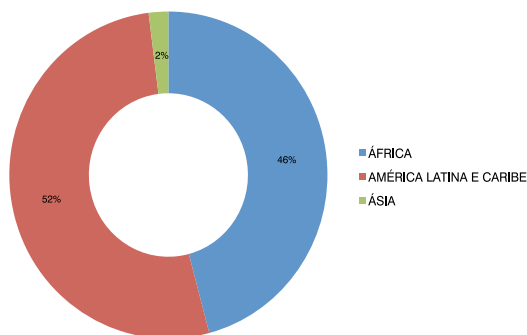
No que tange à distribuição geográfica dos projetos em andamento, identifica-se uma forte atuação na África e na América Latina e Caribe, conforme apresentado:

Número de projetos em andamento, por Região



Em 56 projetos

Projetos em andamento, por Região

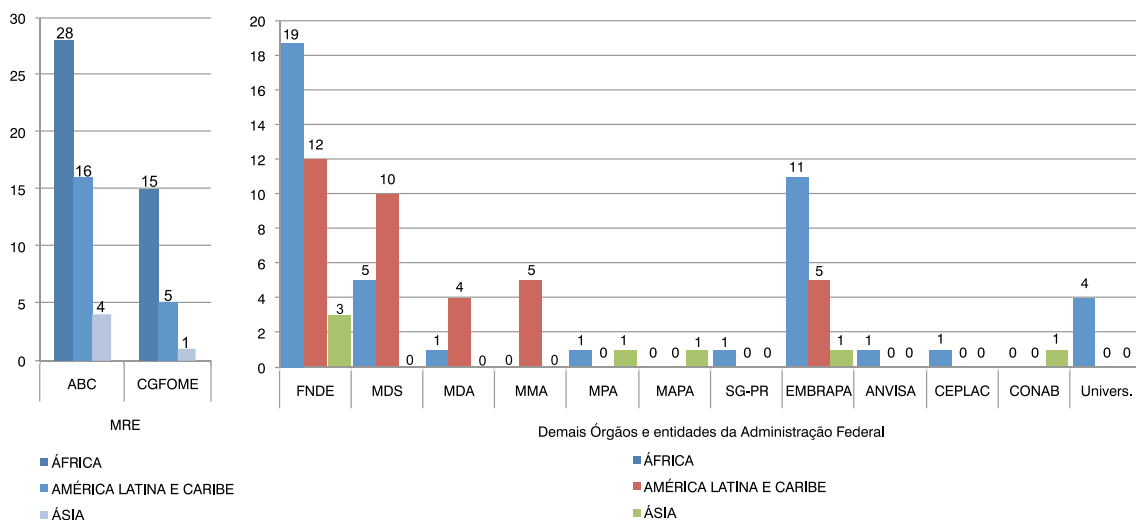


Em US\$ 71,85 milhões

Fonte: MRE, 2013

Atuação Regional dos Órgãos e entidades brasileiras

Apesar da predominância da atuação brasileira na relação com países africanos, este parâmetro varia significativamente se avaliada a atuação dos distintos órgãos e entidades envolvidos na cooperação. A inter-relação entre os órgãos e entidades federais com essas regiões é apresentada a seguir:



Fonte: MRE, 2013

ATUAÇÃO BRASILEIRA PARA GOVERNANÇA GLOBAL EM SAN

O DHAA constitui princípio norteador do posicionamento brasileiro em foros de negociação internacional para a governança global em segurança alimentar e nutricional. A defesa desse direito baseia-se na própria Constituição Federal, sendo reforçada pela LOSAN e pelo Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010. Esses preceitos legais são constantemente referidos em subsídios e intervenções brasileiras na esfera multilateral, fortalecendo o posicionamento do país internacionalmente, com base no histórico nacional de experiências bem-sucedidas e de valorização desse princípio norteador.

Foram mapeados aproximadamente 16 foros multilaterais em que ocorre atualmente a participação brasileira no debate em SAN, destacando-se o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS), a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF), a Reunião de Altos Funcionários sobre Agricultura Familiar da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social da UNASUL, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), o Grupo de Trabalho sobre Integração Social e Produtiva Associação Latino Americana de Integração (ALADI), entre outros.

A CGFOME coordena a posição brasileira nos diversos foros multilaterais de negociação internacional, por meio do Grupo de Trabalho Interministerial para coordenação no âmbito das iniciativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (GTI-FAO). Foram realizadas reuniões periódicas em 2012 e 2013, especialmente na preparação da delegação brasileira para a 40ª Sessão do CSA, realizada em outubro de 2013.

Tendo em vista a importância da democracia participativa para as políticas de segurança alimentar e nutricional, a CGFOME também conta entre suas atribuições com a tarefa de coordenar o diálogo com a sociedade civil. Encontra-se em tramitação no MRE a proposta de criação de um órgão institucional permanente de consulta, participação e diálogo da sociedade civil sobre a Política Externa Brasileira.

Esse esforço inédito de institucionalização de espaços para a participação social no debate e nas definições de diretrizes e prioridades da Política Externa do país corrobora com as iniciativas já existentes de integração da sociedade civil no escopo de segurança alimentar e nutricional. Em 2012, pela primeira vez, o Itamaraty passou a contar com rubrica orçamentária específica que permite o financiamento da participação da sociedade civil brasileira e internacional em eventos de interesse no campo da segurança alimentar e nutricional e da cooperação humanitária.

No que tange mais especificamente ao monitoramento dos acordos internacionais, o Brasil trabalhou especificamente junto ao CSA no Grupo de Trabalho sobre Monitoramento da SAN com base na experiência nacional, a partir da ativa participação de representantes do MDS e do CONSEA na elaboração de mecanismo de monitoramento das decisões e recomendações do Comitê. Durante a 40ª Sessão do CSA, realizada em outubro de 2013, foi apresentado documento resultante das discussões do referido grupo por meio de documento propositivo que foi integralmente aceito para a revisão das práticas futuras de monitoramento do referido Comitê.

DIRETRIZ 8

MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE RESPEITAR, PROTEGER, PROMOVER E PROVER O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA).

O DHAA está previsto entre os direitos sociais da Constituição e se realiza quando todas as pessoas têm acesso garantido e ininterrupto à alimentação adequada e saudável por meios próprios e sustentáveis.

Para a realização do DHAA é necessário que os Estados adotem medidas de proteção social, visando combater diretamente a fome por meio da introdução de programas de transferência de renda ou distribuição de alimentos. Contudo, isso não significa, necessariamente, que o direito à alimentação esteja sendo realizado. Para garantir esse direito fundamental, é necessário que os meios sejam assegurados (acesso a terra, água, ao território, trabalho e à renda) e que a elaboração de políticas públicas garantam a diversidade, a adequação nutricional e a sustentabilidade.

Além das medidas adotadas pelo Estado brasileiro para garantia do DHAA já apresentadas ao longo desta publicação, destaca-se o trabalho da Comissão Especial de Monitoramento de Violação do DHAA, instituída em maio de 2005, no âmbito do Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH). Sua criação foi o resultado de um longo processo de negociação entre a presidência do CONSEA e a SDH/PR, com a ativa participação do Grupo de Trabalho de DHAA do Ministério Público Federal e da Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural. Ela representa um marco de inovação nas atividades do CDDPH, voltado para a promoção dos direitos humanos, sendo a primeira Comissão Especial dedicada ao monitoramento da realização de direitos econômicos e sociais, culturais e ambientais no âmbito do próprio Conselho e também no Brasil.

A Comissão é um espaço capaz de receber, investigar e recomendar ações corretivas e reparadoras de violações do DHAA, tendo como meta agilizar respostas interinstitucionais às graves situações de fome, desnutrição e insegurança alimentar e nutricional a que estão submetidas milhões de famílias brasileiras. Todas as denúncias recebidas pela Comissão, desde que contenham suficientes informações para sua averiguação e monitoramento, são encaminhadas ao Ministério Público competente e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

Ao longo dos anos a Comissão Especial tem acompanhado casos emblemáticos como o Guarani-Kaiowá – MS, Sapê do Norte – ES, Vazanteiros – MG, Aldeia Indígena Jaraguá do Sul – SP e Orla Lagunar de Maceió – AL e, a partir de visitas *in loco* e elaboração de recomendações, tem obtido avanços importantes possíveis de serem constatados nas audiências públicas realizadas para o monitoramento dos casos.

Outra ação importante diz respeito à construção do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos coordenado pela SDH/PR. A proposta é sistematizar dados existentes, identificar necessidades de novos dados e criar indicadores que possibilitem aos formuladores de política, do governo e da sociedade civil monitorar a realização progressiva dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC). Foram realizadas oficinas técnicas para detalhamento dos atributos de cada direito, dentre eles o DHAA, e está previsto o lançamento do sistema no dia 19 de dezembro de 2013.

PRINCIPAIS DESAFIOS



PRINCIPAIS DESAFIOS

Este relatório teve como objetivo apresentar o balanço da execução do PLANSAN 2012/2015 enfatizando os principais resultados das ações e programas que compõe a PNSAN na perspectiva de apresentar sua evolução nos últimos 10 anos.

A despeito dos avanços e da consolidação de várias ações que fazem parte da agenda da segurança alimentar e nutricional no Brasil, podemos elencar alguns desafios que estão colocados para esta agenda e que devem ser priorizados no processo de consolidação da Política.


1. Em relação ao SISAN, há que se fortalecer a intersetorialidade e a participação social em todas as esferas de governo. Assim, na atual conjuntura, cabe aos estados e Distrito Federal a consolidação de seus conselhos e câmaras intersetoriais; a elaboração dos primeiros Planos estaduais de SAN e o incentivo e fortalecimento destas instâncias nos municípios sob sua jurisdição. Para os municípios, é hora de aderir ao Sistema e formar e/ou fortalecer conselhos e câmaras; elaborar Leis Orgânicas e planos municipais de SAN. Um tema recorrente neste processo de implementação do SISAN diz respeito à definição de responsabilidades dos entes federados na segurança alimentar e nutricional e o financiamento das ações de forma compartilhada entre os entes, assim como os recursos necessários para a gestão e manutenção do SISAN e de seus componentes, em especial das Câmaras Intersetoriais e dos Conseas. É necessário definir as prioridades das políticas públicas de SAN a serem implementadas a fim de que seja estabelecido o I Pacto de Gestão pelo DHAA no país
2. É necessário, ainda, fortalecer a noção do direito humano à alimentação adequada como direito da sociedade e dever do Estado, em seus três níveis de governo. Trata-se de incorporar a abordagem de direito aos programas e ações públicas, o que implica reforçar a obrigação dos agentes públicos e contribuir com o empoderamento dos sujeitos de direitos, garantindo formas com que possam exigir seus direitos.
3. A insegurança alimentar moderada e grave está fortemente interligada à pobreza e as desigualdades sociais. Segundo a PNAD 2009, 5% da população ainda convive com a insegurança alimentar grave no Brasil. Faz-se necessário construir e fortalecer políticas específicas para as populações que são mais vulneráveis à fome: povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, residente em áreas rurais, das Regiões Norte e Nordeste, população negra e outros.
4. Melhorar a qualidade da alimentação que chega à mesa do brasileiro é um grande desafio. Desta forma, é necessário fortalecer as ações que promovam a alimentação adequada e saudável de forma a reverter o aumento do sobrepeso e da obesidade e outras doenças decorrentes da má alimentação.
5. Uma das principais conquistas da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil foi a criação e consolidação de uma política de aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprir os mercados institucionais. Tanto o PAA quanto a compra dos 30% da agricultura familiar para o abastecimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE têm demonstrado o quanto foi acertado a criação de uma política de comercialização para a agricultura familiar no Brasil. Assim sendo, é necessário aprimorar e fortalecer os circuitos locais de abastecimento alimentar, consolidando cada vez mais estes programas.

6. Faz-se necessário efetivar, junto com os estados e municípios, a recém-criada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar e articular políticas indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a oferta de alimentos saudáveis.
7. Um dos principais determinantes da SAN é a questão do acesso a terra. É necessário consolidar as políticas de reforma agrária, acesso a terra e o processo de reconhecimento, demarcação, regularização e desintrusão de terras/territórios indígenas e quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais.
8. Um outro desafio é continuar a fortalecer a cooperação internacional sul-sul e seus instrumentos, dado que os resultados da política brasileira de SAN podem apoiar outros países nas suas estratégias de combate à fome e a pobreza, principalmente através do apoio à criação de políticas de incentivo para a produção de alimentos pela agricultura familiar.









Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 425, Brasília-DF, CEP 70054-906
Telefones: 61 2030-2023/1653
www.mds.gov.br
Fale com o MDS: 0800 707-2003



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

